

Nuno Teodósio Oliveira

**Os empresários desportivos à luz do direito português**



Instituto Superior Bissaya Barreto

# **Os empresários desportivos à luz do direito português**

Dissertação de Mestrado em Ciências Jurídico-Forenses pelo  
Instituto Superior Bissaya-Barreto, sob a orientação do  
Senhor Professor Doutor Rui de Alarcão e do Senhor  
Professor Doutor Leal Amado

*As ideias são prodigiosas – elas e a maneira como se associam.  
Num momento, descobrimos que atravessámos o mundo, que  
transpusemos o infinito entre dois pensamentos”.*

**FERNANDO PESSOA**

## AGRADECIMENTOS

Ao Excelentíssimo Senhor Professor Doutor Rui de Alarcão, por tudo o que me tem ensinado ao longo dos anos, pelo privilégio que tem sido ser seu assistente na licenciatura em Direito na disciplina de Teoria Geral do Direito Civil, pelo exemplo que a sua postura, enquanto Professor e cidadão, tem sido para mim e, sobretudo, pela sua Amizade, o meu mais profundo agradecimento.

Ao Excelentíssimo Senhor Professor Doutor Leal Amado, pela pronta disponibilidade em ter aceitado a co-orientação do presente trabalho e pela inspiração que a sua obra sempre se revelou para mim.

Ao Instituto Superior Bissaya – Barreto, que acreditou em mim e que ao longo destes cinco anos, revelou sempre uma postura de cooperação e incentivo na minha vida profissional.

À Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, onde aprendi e vivi o Direito, e a todos os meus Ilustres Professores.

Aos advogados da Manuel Rebanda, Pereira Monteiro e associados, em especial aos seus sócios, pela compreensão e incentivo constantes na conclusão desta investigação.

## **DEDICATÓRIA**

Aos meus Pais,  
à minha Avó Joaquina,  
à Kika.

À Ana.  
Ao Francisco.

## ÍNDICE

|   |                  |
|---|------------------|
| <b>Índice</b>   | <b>Página 6</b>  |
| <b>Siglas e Abreviaturas</b>  | <b>Página 10</b> |
| <b>Introdução</b>   | <b>Página 12</b> |
| <br><b>Capítulo I – O direito do desporto</b>   |                  |
| 1. A internormatividade do direito do desporto e a crise da especialidade   | <b>Página 15</b> |
| 2. Evolução do Direito do Desporto em Portugal  | <b>Página 18</b> |
| 3. Tendências recentes do direito do desporto. Breve referência ao empresário desportivo como novo protagonista no âmbito do desporto | <b>Página 21</b> |
| <br><b>Capítulo II – O empresário desportivo no continente americano</b>  |                  |
| 1. A figura do “ <i>sports agent</i> ” no panorama desportivo norte-americano   | <b>Página 23</b> |
| 1.1 A génese da regulação normativa da actividade do “ <i>sports agent</i> ”  | <b>Página 27</b> |
| 1.2 A tentativa de uma regulação uniforme   | <b>Página 28</b> |
| 1.3 A regulação estadual  | <b>Página 29</b> |
| 1.4 A regulação das associações de desportistas   | <b>Página 31</b> |
| 1.5 A regulação da <i>NCAA</i>  | <b>Página 32</b> |
| 1.6 Funções desempenhadas pelo “ <i>sports agent</i> ” nos EUA  | <b>Página 33</b> |
| 1.7 Conclusões  | <b>Página 35</b> |
| 2. O empresário desportivo à luz do direito brasileiro  | <b>Página 36</b> |

### **Capítulo III – O empresário desportivo na União Europeia**

|   |                  |
|---|------------------|
| 1. Perspectiva geral sobre a figura do empresário desportivo na União Europeia: o estudo independente solicitado pela Comissão Europeia em 2009 | <b>Página 41</b> |
| 2. As estruturas representativas dos agentes de jogadores a nível europeu e nacional  | <b>Página 46</b> |
| 3. Análise de direito comparado   | <b>Página 47</b> |
| 3.1 Em França   | <b>Página 48</b> |
| 3.2 Em Itália   | <b>Página 51</b> |
| 3.3 Em Espanha  | <b>Página 57</b> |
| 3.4 Em Inglaterra   | <b>Página 62</b> |

### **Capítulo IV – Análise do regime jurídico português**

|  |                  |
|--|------------------|
| 1. Considerações gerais  | <b>Página 64</b> |
| 2. O praticante desportivo profissional  | <b>Página 64</b> |
| 3. A disciplina legislativa do empresário desportivo no direito português  | <b>Página 66</b> |
| 4. A “questão de facto”: as funções desempenhadas pelo empresário desportivo   | <b>Página 69</b> |
| 5. A “questão de direito”: a qualificação jurídica dos contratos celebrado pelo empresário desportivo.               | <b>Página 74</b> |
| 5.1. Considerações gerais  | <b>Página 74</b> |
| 5.2 A qualificação jurídica como tarefa interpretativa: a doutrina dos elementos do contrato e a doutrina tipológica | <b>Página 75</b> |
| 5.3. Tipicidade ou atipicidade do contrato   | <b>Página 82</b> |
| 5.3.1 O contrato celebrado com o empresário desportivo: um contrato de agência?                                      | <b>Página 82</b> |
| 5.3.2 O contrato celebrado com empresário desportivo: um contrato de mediação?                                       | <b>Página 86</b> |
| 5.3.3 O contrato celebrado com o empresário desportivo: um contrato de mandato?                                      | <b>Página 91</b> |
| 5.3.4 O contrato celebrado com o empresário desportivo: união de contratos ou contrato misto?                        | <b>Página 96</b> |

|  |                   |
|--|-------------------|
| 5.3.4.1 Que “tipo” de contrato misto?  | <b>Página 99</b>  |
| 6. Regime jurídico aplicável aos contratos celebrados com o empresário desportivo: tentativa de sistematização das fontes na disciplina do contrato                    | <b>Página 101</b> |
| 6.1 O contrato celebrado pelo empresário desportivo como um contrato legalmente típico: regime jurídico aplicável ao <i>contrato de mandato</i>                        | <b>Página 102</b> |
| 6.2 O contrato celebrado pelo empresário desportivo como um contrato socialmente típico e legalmente atípico: regime jurídico aplicável ao <i>contrato de mediação</i> | <b>Página 106</b> |
| 6.3 O contrato celebrado pelo empresário desportivo como um contrato misto: regime jurídico aplicável ao <i>contrato misto atípico</i>                                 | <b>Página 108</b> |
| 7. Conclusões  | <b>Página 114</b> |

## **Capítulo V – A deontologia dos empresários desportivos**

|  |                   |
|--|-------------------|
| 1. Deveres do agente para com os jogadores   | <b>Página 116</b> |
| 2. Deveres recíprocos dos empresários: o dever de respeito e lealdade  | <b>Página 123</b> |
| 3. Deveres dos agentes para com os clubes: o dever de respeito pela relação laboral desportiva entre o jogador e o clube | <b>Página 125</b> |

## **Capítulo VI – Comentário ao Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa de 14 de Outubro de 2008**

|   |                   |
|---|-------------------|
| 1. Breve descrição da situação de facto   | <b>Página 127</b> |
| 2. Delimitação jurídica do problema   | <b>Página 128</b> |
| 2.1 A natureza jurídica da FIFA   | <b>Página 128</b> |
| 2.2 A não recepção do regulamento da FIFA no direito interno e a ausência de um acto de transposição pela FPF                                     | <b>Página 129</b> |
| 2.3 A inaplicabilidade do Regulamento Relativo aos Agentes de Jogadores (RRAJ) da FIFA ao caso concreto e a prevalência da estipulação contratual | <b>Página 133</b> |



|                          |                   |
|--------------------------|-------------------|
| <b>Conclusões finais</b> | <b>Página 134</b> |
| <b>Bibliografia</b>      | <b>Página 138</b> |
| <b>Webgrafia</b>         | <b>Página 145</b> |
| <b>Resumo</b>            | <b>Página 146</b> |
| <b>Summary</b>           | <b>Página 147</b> |

## SIGLAS E ABREVIATURAS

ABAF – Associação Brasileira de Agentes de Futebol  
Ac. – Acórdão  
AEAF - *Asociacion Espanola de Agentes de Futbolistas*  
AEBA - *Association of European Basketball Agents*  
AFAB – *Association Française des Agents de Basketball*  
AIACS – *Associazione Agenti Calciatori e Societa*  
ANAF – Associação Nacional de Agentes de Futebol  
APP – *Associazione Procuratori Pallacanestro*  
BFD – Boletim da Faculdade de Direito  
BMJ – Boletim do Ministério da Justiça  
CAAA – *California Athlete Agents Act*  
CBF – Confederação Brasileira de Futebol  
CC – Código Civil  
CÓD. COM. – Código Comercial  
CPP – Código de Processo Penal  
CRP – Constituição da República Portuguesa  
DFVV – *Deutsche Fussballspieler Vermittler Vereinigung*  
EFAA - *European Football Agents Association*  
FA – *Football Association*  
FAA - *The Football Agents Association*  
FIBA – *Fédération Internationale de Basketball*  
FIFA – *Federation Internationale Football Association*  
FIGC – *Federazione Italiana Gioco Calcio*  
FPI – *Federazione Pugilistica Italiana*  
IAAF – *International Association of Athletics Federations*  
IRB – *International Rugby Board*  
FPF – Federação Portuguesa de Futebol  
LBD – Lei de Bases do Desporto  
LBAFD – Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto  
MLB – *Major League Baseball*

MLS - *Major League Soccer*  
NBA – *National Basketball Association*  
NBPA - *National Basketball Players’ Association*  
NBPA - *National Baseball Players’ Association*  
NCAA - *National Collegiate Athletic Association*  
NCCUSL - *National Conference of Commissioners on Uniform State Laws*  
NFL - *National Football League*  
NFLPA - *National Football League Players Association*  
NHL – *National Hockey League*  
NHLPA - *National Hockey League Players’ Association*  
NSLA - *National Sports Lawyers Association*  
PSAA - *Professional Sports Agency Act*  
RLJ – *Revista de Legislação e Jurisprudência*  
RJCTD – *Regime Jurídico do Contrato de Trabalho Desportivo*  
RJD – *Revista Jurídica del Deporte*  
RDS – *Rivista di Diritto Sportivo*  
ROA – *Revista da Ordem dos Advogados*  
RRAJ – *Regime Relativo aos Agentes de Jogadores*  
SAD – *Sociedade Anónima Desportiva*  
SS – *Svenska Spelaragentforeningen*  
STJ – *Supremo Tribunal de Justiça*  
UAAA – *Uniform Athlete Agent Act*  
UASF - *Union des Agents Sportifs du Football*  
UCI – *União Ciclista Internacional*  
UE – *União Europeia*

## Introdução

*“Svolgere una riflessione propriamente giuridica sul ruolo del procuratore sportivo offre l’occasione per riflettere sul modo in cui si guarda, e poi giuridicamente si ricostruisce, il diritto dello sport come tale”<sup>1</sup>*

O presente trabalho tem por objecto discernir acerca do regime jurídico aplicável à actividade do empresário desportivo<sup>2</sup> e aos contratos por ele celebrados com praticantes desportivos, clubes ou sociedades anónimas desportivas. Apesar de, em Portugal, o legislador ter facilitado a tarefa do intérprete ao introduzir, no ordenamento jurídico, em 1998, um diploma legal que contempla normas legais que lhe são aplicáveis, a verdade é que a qualificação jurídica dos contratos celebrados pelo empresário desportivo, gera fortes hesitações na doutrina e na jurisprudência.

Não nos debruçaremos sobre a questão em concreto sem antes reflectirmos acerca do surgimento e da evolução do direito do desporto no contexto global e da crescente importância que este tem vindo a desempenhar. Trata-se de um pressuposto imprescindível para percebermos os aspectos específicos da figura do empresário desportivo: em que contexto é que exerce a sua actividade, que factores a condicionam, quais os interesses primordiais que o move.

Só após efectuarmos essa reflexão é que estaremos em condições de iniciar o nosso percurso de problematização em torno da figura do empresário desportivo, com referência ao seu surgimento no panorama do desporto profissional e à sua afirmação e enraizamento à escala global. Tal circunstância permitir-nos-á perceber o tratamento

---

<sup>1</sup> ANDREA ZOPPINI, “I Procuratori Sportivi nell’Evoluzione del Diritto dello Sport”, *Rivista di Diritto Sportivo*, 1999, p. 637.

<sup>2</sup> Preferiremos a designação de empresário desportivo face a qualquer outra, sobretudo por ser essa a que foi adoptada pelo nosso legislador. Todavia, e tendo em atenção que, quer ao nível de direito comparado, quer da análise doutrinal e jurisprudencial que fizemos, esta figura assume variadíssimas designações como as de “agente”, “representante”, “*manager*”, “intermediário” ou “mediador”. Mencionaremos, ao longo do trabalho, todas elas, cientes de que estaremos sempre a reflectir acerca da mesma figura e sem que qualquer alteração terminológica da nossa parte implique uma opção conceptual por qualquer regime jurídico.

jurídico, ao nível de direito comparado, que tem sido dado a esta figura e os concretos problemas suscitados por uma deficiente e incipiente regulamentação do fenómeno.

Centraremos, de seguida, a nossa análise no direito português, para avaliarmos de que forma o legislador nacional encarou este fenómeno e quais as opções que tomou em sede legislativa. Será por referência às funções concretamente desempenhadas pelo empresário desportivo e ao ordenamento jurídico globalmente considerado que poderemos ponderar acerca da qualificação jurídica dos contratos celebrados pelo empresário desportivo no âmbito da sua actividade. Face às dúvidas existentes na matéria, procuraremos também interrogar-nos sobre qual a atitude que deverá assumir o intérprete e qual o caminho que este deverá percorrer para almejar tal desiderato. Privilegiaremos uma análise crítica das opções tomadas em sede normativa, que será acompanhada de propostas de solução, essencialmente no âmbito de uma tão necessária, quanto lacunosa, deontologia para o empresário desportivo.

Não terminaremos a nossa exposição sem fazermos uma breve, mas imprescindível, menção a um específico caso decidido pela nossa Jurisprudência, relacionado com o tema dos empresários desportivos e no âmbito do qual tivemos intervenção activa. Terá sido esse, porventura, um dos factores que nos levou a iniciar este percurso. A investigação que tivemos ensejo de levar a cabo por ocasião da intervenção no processo judicial que motivou o Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa de 14 de Outubro de 2008, levou-nos a procurar saber mais, num percurso que, perante tão poucas respostas existentes, foi sendo animado sobretudo pelas dúvidas e pelas questões que surgiram a cada instante, tão legítimas quanto desafiantes e intelectualmente entusiasmantes.

A tarefa a que nos propomos é simultaneamente tentadora e perigosa, sabendo que se trata de uma matéria com escasso desenvolvimento na doutrina e na jurisprudência e que o tema em análise implica a convocação de conhecimentos de vária índole, dada a natureza interdisciplinar da questão, colocando-nos frequentemente perante a necessidade de reflectir acerca de temas de direito civil, laboral e comercial, mas também em matérias do domínio publicístico, relacionados com o direito administrativo e o próprio direito comunitário.

Com este trabalho, pretendemos fugir à tentação de nos colocarmos apenas na qualidade de meros observadores do *status quo*. Tentaremos analisar a concreta problemática sobre a qual reflectimos de uma perspectiva macroscópica, avançando com propostas de solução coerentes à luz do ordenamento jurídico em geral e não

apenas sob o prisma de um dos ramos de direito, tentando com isso contribuir para uma reflexão aprofundada do problema.

Em pleno século XXI, o Direito reinventa-se e problematiza-se a cada instante. Pretendemos colocar as interrogações certas, prescindindo do acessório e centrando-nos no núcleo essencial do problema. Animados pelo percurso trilhado, procuraremos ser audazes ao ponto de sugerir soluções coerentes, mas sobretudo justas e em harmonia com a intencionalidade normativa própria da juridicidade.

## Capítulo I – O Direito do Desporto

*“A história do direito do desporto constitui uma dialéctica permanente de autonomia e dependência”<sup>3</sup>*

O desporto é um direito fundamental, reconhecido por inúmeros textos internacionais e constitucionais<sup>4</sup>. Como qualquer fenómeno social, o desporto projecta-se no campo jurídico, cabendo ao Direito proceder ao enquadramento da actividade desportiva para que esta se projecte harmoniosamente no todo societário. De salientar que esta ligação entre desporto e direito não é uma *novidade de última geração*<sup>5</sup>: em Portugal, existe normação pública da actividade desportiva desde a década de 40 do século XX, sendo também dessa década a existência de doutrina avalizada sobre a matéria<sup>6</sup>. O direito do desporto tem-se afirmado através do surgimento de um complexo de normas regulador de toda a actividade desportiva, a impor uma coordenação entre a esfera estadual e não estadual, sendo essa a missão porventura mais ambiciosa que se lhe reconhece: proceder a uma associação harmoniosa de regras convergentes e lograr uma conciliação entre normas de sentido e conteúdo divergente.

### 1. A internormatividade do direito do desporto e a “crise” da especialidade

Corolário de um enamoramento prolongado entre Desporto e Direito, a relação íntima que hoje se estabelece entre ambos permite afirmar a existência de um Direito do Desporto, cuja actualidade, pertinência e abrangência, justificam a constatação de que se trata de uma área extremamente apetecível da investigação e práticas jurídicas. O

---

<sup>3</sup> BONINI, *apud* J. J. GOMES CANOTILHO, “Internormatividade desportiva e homo sportivus”, *Direito do Desporto Profissional*, Contributos de um curso de pós-graduação, Instituto de Direito das Empresas e do Trabalho, Cadernos, n.º6, Almedina, Fevereiro de 2011, p. 9.

<sup>4</sup> A Carta Olímpica afirma, no parágrafo 8, que a prática desportiva constitui um direito do Homem, direito esse também reconhecido na Carta do Desporto para Todos, oriunda do Conselho da Europa em 1976, e na Carta Europeia do Desporto de 1992. As Constituições que reconhecem tal direito são várias. Em Portugal, tal direito foi logo consagrado na Constituição de 1976. Mas tal sucede também em Espanha (1978), Brasil (1988), Hungria (1990), Moçambique (1990), Bulgária (1991) ou Rússia (1993).

<sup>5</sup> Cfr. JOSÉ MANUEL MEIRIM, *Temas de Direito do Desporto*, Coimbra Editora, 2006, p. 238.

<sup>6</sup> Para mais desenvolvimentos, *vide* CONSTANTINO FERNANDES, *O Direito e os Desportos (Breve estudo de direito desportivo)*, Lisboa, 1946, Procural Editora.

legislador inverteu, ao longo do último século, a tendência de votar o desporto ao ostracismo, registando-se uma inversão na indiferença que se evidenciou, ao longo dos tempos, no plano legislativo, face a qualquer tema relacionado com o desporto, o que obrigava a que os litígios neste âmbito fossem solucionados através do recurso às normas internas das associações privadas, nacionais ou internacionais, nas quais se integravam os clubes.

O surgimento e a afirmação de um Direito do Desporto, que congrega um conjunto de normas multidisciplinares, de direito administrativo, laboral, comercial, penal e civilístico, é hoje inquestionável. Efectivamente, a prática desportiva é uma actividade simultaneamente de intra-regulação, de auto-regulação e de hetero-regulação, o que se evidencia no tema que nos propomos desenvolver. O tratamento jurídico dado ao empresário desportivo, é particularmente elucidativo deste fenómeno, porquanto nos deparamos, *prima facie*, com um domínio de hetero-regulação por parte das entidades públicas, sejam os ordenamentos jurídicos dos respectivos Estados, sejam ordenamentos supra-estaduais. Contudo, não poderemos olvidar que, dadas as relações de natureza jusprivatística que se estabelecem entre o praticante desportivo, os clubes ou outras organizações desportivas e o empresário, seremos forçados a analisar o problema do ponto de vista do direito privado, partindo da qualificação jurídica dos contratos por este celebrados no âmbito da sua actividade profissional.

O Direito do Desporto reflecte uma situação de pluralidade de ordenamentos jurídicos, por força da justaposição de normas de direito estadual emanadas do poder público e normas de direito não-estadual, oriundas das organizações desportivas. Na visão de J.-P. KARAQUILLO<sup>7</sup>, o Direito do Desporto assenta numa base dualista, incluindo uma sistémica privada e uma sistémica pública. A *internormatividade* a que nos reportamos designa a existência, portanto, no âmbito do direito do desporto, de diferentes formas de interpenetração entre ordens jurídicas diferenciadas.

O ordenamento jurídico desportivo é habitualmente caracterizado por ser *originário, particular, uniforme, efectivo, autónomo* e de *carácter internacional*<sup>8</sup>. Trata-se, desde logo, de um ordenamento *originário* porque os sujeitos que o integram se juntam espontaneamente em torno de interesses e necessidades comuns, o que explica também as *particularidades* que lhe são inerentes, dada a prossecução de interesses

---

<sup>7</sup> In *Droit du Sport*, Paris, Dalloz, 1997, 2.<sup>a</sup> edição, pp. 43 e seguintes.

<sup>8</sup> Para mais desenvolvimentos, vide MASSIMO SEVERO GIANNINI, “Prime osservazione sugli ordenamenti giuridici sportivi”, *R.D.S.*, 1949, pp. 10 e seguintes.



específicos relacionados com as várias modalidades desportivas. Por seu turno, estamos perante um conjunto de normas jurídicas provenientes de autoridades organizativas próprias do ordenamento desportivo que são obrigatórias para os seus destinatários, o que explica a sua *uniformidade e efectividade*. Além disso, tais entidades têm legitimidade e competência para procederem a uma normação própria e *autónoma*<sup>9</sup> de amplos aspectos relacionados com o fenómeno desportivo e que, não raras vezes, contendem com a regulação do ordenamento geral. Por último, o seu *carácter internacional* resulta da constatação de estarmos perante normas provenientes de entidades “extra-Estado” e até “supra-Estado”.<sup>10</sup>

Tradicionalmente, o Direito do Desporto era visto como um ramo de direito especial, atentas as características descritas. Todavia, ANDREA ZOPPINI<sup>11</sup> refere, a este propósito, que assistimos actualmente a uma crise da especialidade do direito desportivo, resultante da progressiva erosão de áreas tradicionalmente sob o seu domínio, a favor do direito comum. Assim, as normas do direito criminal, obrigacional, laboral, societário, fiscal, ou europeu são recorrentemente aplicadas no contexto desportivo em matérias tão díspares como o *doping*, as regras de concorrência, as cláusulas de transferência, os direitos de imagem, os direitos televisivos, as medidas de segurança nos recintos desportivos, etc. Tal constatação é particularmente evidente em três domínios. Em primeiro lugar, a intensa comercialização que os direitos de personalidade, e mais propriamente os direitos de imagem, conhecem no âmbito do desporto profissional, é disso exemplo. Por outro lado, a cotação em bolsa das sociedades anónimas desportivas, leva-nos a constatar que o respectivo regime jurídico aplicável nos remete para a aplicação das normas do direito comercial e das sociedades comerciais. Por último, recordar que a sentença do caso *Bosman*<sup>12</sup> retirou um espaço

---

<sup>9</sup> LUIS CAZORLA PRIETO rejeita que o Direito do Desporto tenha autonomia científica, pelo menos enquanto direito do desporto em sentido estrito. Fará sentido falar antes num Direito Fiscal, Administrativo ou Laboral em matéria desportiva, mas não num verdadeiro Direito do Desporto, porque este não terá nem categorias nem princípios jurídicos próprios. Neste sentido, *vide* LUIS MARIN HITIA, “Trabajo centrado en la delimitación de la figura de los agentes de jugadores profesionales”, in [www.iusport.es](http://www.iusport.es)

<sup>10</sup> Neste sentido, J. J. GOMES CANOTILHO, “Internormatividade desportiva e homo sportivus”, *Direito do Desporto Profissional*, *cit.*, pp. 8-13. A este propósito, refere o autor que o ordenamento desportivo mundial se estrutura sob a forma de pirâmide, encontrando-se no topo o Comité Olímpico Internacional e as Federações Desportivas Internacionais, estando estas subordinadas àquele. As Federações Desportivas Nacionais, por seu turno, estão subordinadas às Federações Desportivas Internacionais, da mesma forma que os Comitês Olímpicos Nacionais o estão em face do Comité Olímpico Internacional, como resulta do artigo 31.º da Carta Olímpica.

<sup>11</sup> *Ob. cit.*, p. 639.

<sup>12</sup> A sentença de 15 de Dezembro de 1995 do Tribunal de Justiça da CE, referente ao atleta Jean-Marc Bosman, teve um impacto à escala planetária, apesar de, à data, vincular apenas os 15 Estados-membros

significativo de aplicação das normas especiais, resultante da afirmação do princípio da livre circulação dos trabalhadores no espaço da União Europeia. Consequentemente, daqui decorre que a aplicação de uma qualquer norma especial do chamado direito do desporto ficará sempre condicionada à sua conformidade com as normas do direito comunitário nesta matéria.

Daí que, acompanhando ZOPPINI<sup>13</sup>, digamos que a principal causa da erosão da especialidade do ordenamento jurídico desportivo radica na mercantilização do fenómeno desportivo e a inerente atracção pela lógica e leis de mercado. O desporto tem vindo a perder a capacidade de regulação do fenómeno desportivo a partir de compreensões especificamente desportivas. O fenómeno atingiu uma tal relevância sócio-económica, que o direito do desporto passa a ser determinado pela economia do desporto, dada a sua multidimensionalidade.

Partindo destas considerações, podemos afirmar que a abordagem da actividade dos empresários desportivos e seu enquadramento jurídico, constitui um terreno ideal para vislumbrar, em termos práticos, tal circunstancialismo<sup>14</sup>, porquanto as respostas às questões que iremos suscitar encontrar-se-ão, muitas delas, fora do ordenamento jurídico desportivo.

## 2. Evolução do Direito do Desporto em Portugal

Em Portugal, o percurso efectuado pelo legislador no que ao desporto profissional diz respeito, inicia-se sobretudo a partir dos anos 60 do século passado. Até aqui, e desde o século XIX, é de registar algum alheamento e até alguma aversão<sup>15</sup> da

---

da EU e a Islândia, o Liechtenstein e a Noruega, membros do EEE (Espaço Económico Europeu). Esta decisão declarou a ilegalidade das normas que previam o direito de um clube exigir de outro clube o pagamento de uma indemnização, após a cessação do vínculo laboral, por se tratar de uma violação do artigo 48.º do Tratado da Comunidade Europeia, referente à livre circulação de pessoas, bens e serviços no espaço da (então) Comunidade Europeia. O Tribunal considerou ainda inaplicáveis as cláusulas de nacionalidade, por serem incompatíveis com as regras do Tratado de Roma sobre concorrência dos trabalhadores, in <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:61993J0415:ES:HTML>

<sup>13</sup> Refere a este propósito ZOPPINI que “*le cause della crisi e dell’erosione della specialità dell’ordinamento sportivo si possono, dunque, ascrivere alla «mercantilizzazione» del fenomeno sportivo, all’attrazione dalle logiche del mercato*”, ob. cit., p. 639.

<sup>14</sup> O Tribunal Administrativo Regional de Lazio, de 16 de Dezembro de 1999, n.3925, considera, a este propósito, que “*l’attività del procuratore non resta delimitata nell’ambito dell’ordinamento speciale, ma si volge essenzialmente nell’ordinamento generale, con la conseguenza che per l’esercizio della attività relativa vigono le ordinarie regole abilitative, ove previsto dall’ordinamento stesso, né vi è luogo ad un’attività di autónoma normazione organizzativa da parte della federazione sportiva al di là dei confini dell’ordinamento speciale*”. Cfr. ZOPPINI, ob. cit., p. 644.

<sup>15</sup> Esta rejeição é particularmente evidente se analisarmos o decreto n.º 21.110, de 4 de Abril de 1932, que aprovou o Regulamento da Educação Física dos liceus e que incluía as seguintes asserções:

parte do legislador perante o fenómeno desportivo, verificando-se apenas algumas produções legislativas avulsas que contendiam com aspectos que nada tinham a ver com o desporto profissional. Apenas em 1960, com a entrada em vigor da Lei n.º 2104, de 30 de Maio de 1960, que estabeleceu a classificação dos praticantes de desporto como amadores, não amadores e profissionais, é que o desporto profissional conquista a sua carta de alforria<sup>16</sup>. Da análise da panóplia legislativa relacionada com o desporto profissional em Portugal, podemos considerar que, até à actualidade, a respectiva evolução normativa percorre três ciclos temporais<sup>17</sup>.

O primeiro período, entre 1960 e 1990, foi caracterizado pelo surgimento embrionário do desporto profissional, pela caracterização dos praticantes desportivos profissionais e pela definição do respectivo regime aplicável em matérias como a segurança social e a fiscalidade<sup>18</sup>.

O segundo período, intercalado entre 1990 e 1996, é comumente identificado como sendo o verdadeiro responsável pela edificação de toda a estrutura jurídica do desporto profissional português, sobretudo por ocasião da entrada em vigor da Lei de Bases do Sistema Desportivo<sup>19</sup> que, de forma inovadora, introduziu princípios, conceitos e um conjunto de elementos de carácter jurídico que impulsionaram a intervenção legislativa em várias vertentes<sup>20</sup>. Particularmente relevante neste período, e

---

“ – Não podem ser aceites os desportos anglo-saxónicos e os jogos atléticos, bem como os desafios e matches em geral, especialmente os de foot-ball, visto ser nulo ainda o seu papel educativo e cujos malefícios são óbvios.

- Os atletas marcam a decadência dos povos.

- Quando é benéfica uma certa emulação, que serve de estímulo, tanto é maléfica a competição desportiva, a qual, despertando e fomentando um estado especial de espírito, exerce sobre ele uma tal influência que chega a imprimir no carácter um mau cunho, a que nem mesmo aqueles a quem uma sã formação moral foi inculcada conseguem escapar de todo, tanto o espírito maléfico que anima a competição desportiva é deletério.

- Os desportos estão fora do génio do povo português”

<sup>16</sup> Neste sentido, MARIA JOSÉ CARVALHO, *Elementos Estruturantes do Regime Jurídico do Desporto Profissional em Portugal*, Coimbra Editora, 2009, p. 31.

<sup>17</sup> Para mais desenvolvimentos, vide MARIA JOSÉ DE CARVALHO, *ob. cit.*, pp. 71-83.

<sup>18</sup> A título de exemplo, referir o Despacho do Secretário de Estado da Segurança Social de 17 de Fevereiro de 1976, publicado no DR, III Série, de 8 de Maio de 1976, que integra os desportistas profissionais no Regime Geral da Previdência em termos semelhantes aos restantes trabalhadores; o Decreto-Regulamentar n.º 57/83, de 24 de Junho, que reestruturou o esquema de segurança social dos jogadores profissionais de futebol; o Decreto-Lei n.º 413/87, de 31 de Dezembro, que introduziu alterações ao Código do Imposto Profissional, tendo em vista a adequação do respectivo regime ao curto período de duração da actividade profissional do desporto.

<sup>19</sup> Lei n.º 1/90, de 13 de Janeiro.

<sup>20</sup> O desenvolvimento normativo que se lhe seguiu determinou a criação de um regime transitório de enquadramento fiscal dos agentes desportivos, mediante entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 95/90, de 20 de Março, a obrigatoriedade de efectivação de um seguro desportivo, resultante do Decreto-Lei n.º 146/93, de 26 de Abril e da Portaria n.º 757/93, de 26 de Agosto, e a instituição de um contrato de trabalho do praticante desportivo, tendo em conta o disposto na Lei n.º 85/95, de 31 de Agosto, que

correlato do disposto na Lei de Bases nesta matéria, foi o estabelecimento do regime jurídico das federações desportivas<sup>21</sup> e das sociedades desportivas<sup>22</sup>.

O terceiro período, desde 1996 até à actualidade, serviu, por um lado, para clarificar e alterar alguns dos diplomas a que fizemos referência. Neste sentido, a Lei de Bases do Sistema Desportivo foi alvo de uma revisão em 1996, através da Lei n.º 19/96, de 25 de Junho, sendo posteriormente revogada em 2004, com a entrada em vigor da nova Lei de Bases do Desporto (LBD), a Lei n.º 30/2004, de 21 de Julho. Em 1999, o legislador também interveio fixando o regime disciplinar das federações desportivas, através da Lei n.º 112/99, de 3 de Agosto. Por outro lado, este período mais recente marca de forma indelével os traços actuais do desporto em Portugal. Destacamos, desde logo, a entrada em vigor da Lei n.º 28/98, de 26 de Junho, que estabeleceu o novo regime jurídico do contrato de trabalho do praticante desportivo e do contrato de formação desportiva, revogando o Decreto-Lei n.º 305/95, de 18 de Novembro: trata-se de um diploma legal imprescindível para o tema em análise, dado que foi neste diploma que o legislador incluiu a definição e regulamentação da actividade do empresário desportivo. Mais recentemente, será de salientar a entrada em vigor da Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto (LBAFD), que revogou a anterior LBD, através da Lei n.º 5/2007, de 16 de Janeiro. Também o regime jurídico das federações desportivas foi alvo de tratamento legislativo, constante do Decreto-Lei n.º 248-B/2008, de 31 de Dezembro. Por último, e pela sua importância, de mencionar Lei n.º 27/2009, que estabelece o regime jurídico da luta contra a dopagem no desporto<sup>23</sup>.

---

concedeu autorização ao Governo para estabelecer o regime jurídico do contrato de trabalho do praticante desportivo, o que foi efectivado através do Decreto-Lei n.º 305/95, de 18 de Novembro.

<sup>21</sup> Através do Decreto-Lei n.º 144/93, de 26 de Abril, que reconheceu expressamente o carácter profissional das competições e instituiu as ligas profissionais. Este diploma foi posteriormente alterado pelo Decreto-Lei n.º 111/97, de 9 de Maio, diploma que estabelece o regime jurídico das federações desportivas e as condições de atribuição do estatuto de utilidade pública desportiva.

<sup>22</sup> Mediante o Decreto-Lei n.º 164/95, de 21 de Junho.

<sup>23</sup> Entre outros diplomas legislativos recentes em matéria desportiva, de realçar a Lei n.º 50/2007, de 31 de Agosto (que estabelece um novo regime de responsabilidade penal por comportamentos susceptíveis de afectar a verdade, a lealdade e a correcção da competição e do seu resultado na actividade desportiva), o Decreto-Lei n.º 248-A/2008 (que disciplina o regime de acesso e de exercício da actividade de treinador do desporto), o Decreto-Lei n.º 10/2009, de 12 de Janeiro (que estabelece o regime jurídico do seguro obrigatório desportivo) e a Lei n.º 39/2009, de 30 de Julho (que estabelece o regime jurídico do combate à violência, ao racismo, à xenofobia e à intolerância nos espectáculos desportivos, de forma a possibilitar a realização dos mesmos em segurança). Para mais desenvolvimentos, *vide* PLMJ, *A nova legislação do desporto comentada*, Wolters Kluwer/ Coimbra Editora, Maio de 2010.

### **3. Tendências recentes do direito do desporto. Breve referência ao empresário desportivo como novo protagonista no âmbito do desporto.**

Refere UDO STEINER<sup>24</sup> que o desporto se encontra hoje subordinado à hierarquia dos tempos televisivos, do *prime-time*, assistindo-se a uma visível integração do desporto no sistema de comunicação e de consumo globais. Essa globalização do fenómeno desportivo determinou a crise<sup>25</sup> do esquema tradicional do desporto, isto porque a globalização do desporto exigiu, por um lado, avultadíssimos investimentos por parte das várias organizações desportivas que se viram forçadas a pedir a intervenção do Estado como indispensável parceiro de financiamento e, por outro, potenciou os litígios entre atletas e clubes ou sociedades anónimas desportivas, dado que qualquer sanção, qualquer questão jurídica, poderá implicar o pagamento de grandes somas pecuniárias.

No processo de desenvolvimento e afirmação dos empresários desportivos, há um marco legal fundamental, que acabou com a relação dominante dos clubes sobre os jogadores, permitindo a abertura de um novo mercado de transferências em que aqueles assumiram um papel primordial: a sentença do caso BOSMAN. Trata-se de uma decisão que declarou a ilegalidade das normas que previam o direito de um clube exigir de outro clube o pagamento de uma indemnização, após a cessação do vínculo laboral do atleta, por se tratar de uma violação do artigo 48.º do Tratado da Comunidade Europeia, referente à livre circulação de pessoas, bens e serviços no espaço da (então) Comunidade Europeia. O Tribunal considerou ainda inaplicáveis as cláusulas de nacionalidade, por serem incompatíveis com as regras do Tratado de Roma sobre concorrência dos trabalhadores. Esta sentença teve um impacto à escala global e revolucionou todo o mundo do futebol.

É neste contexto de globalização do fenómeno desportivo que surgiram e se afirmaram os empresários desportivos, que têm vindo a assumir uma posição cada vez mais central em toda a estrutura, organização e desenvolvimento do próprio desporto, sendo legítimo concluir que hoje estes sujeitos não são apenas actores secundários deste palco à escala global, assumindo-se progressivamente como protagonistas desse guião. Aliás, e a este propósito, de referir que ao aumento de litigiosidade entre atletas e clubes

---

<sup>24</sup> “Sport und Freizeit”, Isensee/Kirchhof, *Handbuch des Staatsrechts*, Vol. IV, 3.ª ed., 2006, Berlim, p. 773, nota 24, *apud* GOMES CANOTILHO, *cit.*, pp. 20 e 21.

<sup>25</sup> Opinião sustentada por GOMES CANOTILHO, *cit.*, p. 21, com a qual concordamos.

a que fizemos referência, não é, naturalmente, alheia a crescente intervenção dos empresários desportivos como um terceiro interveniente nesta relação tradicionalmente dual.

## Capítulo II – O empresário desportivo no continente americano

### 1. A figura do “*sports agent*” no panorama desportivo norte-americano

*“(He’s) short and slick, he wears a gold chain around his neck and a diamond ring on his pinky finger; he’s armed with a stream of fast talk and a package of promises to fatten his wallet at the expense of the athlete”<sup>26</sup>*

Os primeiros “*sports agents*” surgiram nos Estados Unidos da América, intimamente ligados com o início da profissionalização do fenómeno desportivo, pelo que o estudo do ordenamento jurídico norte-americano, nesta matéria, é imprescindível para termos um correcto enquadramento do tema que nos propomos desenvolver.

A particularidade, neste aspecto, da realidade norte-americana, prende-se com o facto de que a emergência, a autonomização e a consequente profissionalização do desporto moderno teve lugar à margem de qualquer intervenção do poder central, uma vez que o Estado sempre optou por não vislumbrar o desporto como uma questão que lhe incumbisse regular. Consequentemente, toda a estrutura organizacional e funcional do desporto foi sendo feita no âmbito privatístico, corolário de uma reconhecidamente ampla autonomia privada, o que permitiu que vários promotores e organizadores de espectáculos desportivos tivessem, ainda em pleno século XIX, algum espaço de manobra e a possibilidade de se evidenciarem neste meio<sup>27</sup>, muitas vezes à custa da inexperiência e da ingenuidade dos próprios atletas. Todavia, desde a criação da Primeira Liga Desportiva (a *Major Baseball’s National League*) em 1876, até início da década de setenta, já em pleno século XX, que, em regra, eram os próprios desportistas

---

<sup>26</sup> LEIGH STEINBERG, *apud* KENNETH SHROPSHIRE, THIMOTHY DAVIS, *The Business of Sports Agents*, University of Pensylvania Press, Philadelphia, 2003, p. 19

<sup>27</sup> G. Spalding é um desses exemplos. Trata-se de um ex-jogador de *baseball*, que posteriormente passou a desempenhar funções relacionadas com a organização de eventos desportivos desta modalidade, vindo depois a exercer as funções semelhantes às de um “*sports agent*”. G. Spalding organizou, em 1888, uma *tour* mundial de *all-stars* do *baseball* norte-americano. A partir daí, decidiu convencer jovens promessas do *baseball* norte-americano para o acompanhar em digressões mundiais, pelo montante de 50 dólares semanais. G. Spalding desempenhou um papel determinante na profissionalização da modalidade, sendo inclusivamente um dos membros fundadores da Liga Nacional de *Baseball*. Para mais desenvolvimentos, vide LAMSTER M., *Spalding’s World Tour: The Epic Adventure That Took Baseball Around The Globe And Made It America’s Game*, The Perseus Books Group, 2007.

que negociavam directamente com os clubes, sem que neste processo intervesse qualquer outro sujeito nesta tradicional relação dual. As excepções ocorreram no âmbito da Liga de *Baseball* norte-americana, com atletas como Grange, “Babe” Ruth, Koufax ou Drysdale, que tiveram a rara oportunidade de recorrer aos serviços de um “*sports agent*”. Os “*sports agents*” foram, durante largo tempo, considerados pelos responsáveis dos clubes como “*persona non grata*”<sup>28</sup>, sobretudo porque lhes interessava continuar a negociar directamente com o atleta, dada a sua natural falta de preparação, de conhecimentos e de experiência para defender os seus interesses<sup>29</sup>. Refere ICÍAR ALZAGA RUIZ<sup>30</sup> que Bob Wolf<sup>31</sup> e Marty Blackman terão sido dos primeiros verdadeiros “*sports agents*”, cabendo-lhe assessorar jogadores profissionais de

---

<sup>28</sup> M. J. GREENBERG e T. J. GRAY, na sua obra *Sports Law Practice*, 2.<sup>a</sup> Ed., vol. I, Lexis Law Publishing, Charlottesville, 1998, p. 946, aludem a um episódio ilustrativo desta dificuldade que os *sports agents* encontraram nos primeiros tempos juntos dos clubes. Em 1967, o jogador de *Baseball* dos Green Bay Packers, Jim Ringo, pretendia que um agente o representasse no âmbito das negociações tendentes à renovação de contrato com o seu clube: “*Falei por telefone com Vince Lombardi – o presidente do clube e treinador da equipa – antes de reunir com ele e disse-lhe que estaria acompanhado do meu agente*”. No dia da reunião, Lombardi recebeu-os e passados alguns minutos levantou-se e dirigiu-se a um telefone próximo do local onde estavam reunidos. Quando regressou, disse ao agente de Ringo o seguinte: “*Receio que deve estar a negociar com a equipa errada na cidade errada. O seu cliente já não faz parte da nossa equipa, acabámos de aceitar uma oferta dos Philadelphia Eagles*”.

<sup>29</sup> As técnicas negociais revelaram-se cada vez mais agressivas de parte a parte, muito por via da intervenção dos “*sports agents*” no processo negocial. De salientar, entre muitas das técnicas negociais praticadas no âmbito do desporto, a técnica do “*hold-out*”, que consiste basicamente na circunstância do agente aconselhar o atleta a não alinhar em nenhuma competição pela sua formação enquanto não lograr a renovação do contrato pelos montantes pretendidos. Trata-se de uma técnica que perdura até aos dias de hoje, embora mais refinada, dado que o atleta não pode, sem justificação plausível, recusar-se a cumprir com a sua prestação de trabalho, pelo que, por vezes, um rendimento desportivo muito insuficiente, uma lesão com tempo de recuperação indefinida, são escapatórias possíveis para atingir o mesmo objectivo. Naturalmente que esta técnica não é exclusiva dos atletas, uma vez que os próprios clubes, não raras vezes, em pleno processo negocial de renovação do contrato de trabalho do atleta, confrontados com uma indefinição “*ad eternum*” da parte deste ou com o pedido de valores astronómicos para renovarem o vínculo desportivo laboral, enveredam por colocá-lo à parte do grupo de trabalho, sabendo que, com isso, o seu rendimento desportivo diminuirá, o que prejudicará sempre o atleta, colocando-o por vezes perante o dilema de ter que percorrer uma “*travessia do deserto*” do ponto de vista da ausência competitiva, para posteriormente, desvinculado do clube, poder vincular-se a outro com condições salariais substancialmente melhoradas, ou ter que ceder às pretensões do clube.

<sup>30</sup> *Ob. cit.*, p. 203

<sup>31</sup> Bob Wolf relata a dificuldade que teve no início da sua actividade enquanto empresário para intervir na defesa dos interesses dos clientes, dado que os clubes pretendiam continuar a negociar directamente com o atleta. Refere a este propósito um episódio ocorrido em 1966, quando representava o jogador de *Baseball*, Earl Wilson, nas negociações com o seu clube Detroit Tigers: “*No Inverno de 1966, Earl Wilson celebrou um dos primeiros contratos do mundo do desporto negociado por um agente. Eu fui esse agente. Assessoriei Earl por telefone, desde o meu quarto de hotel, enquanto ele se reunia com a direcção do clube. Naquela altura, os responsáveis dos clubes rejeitavam sentar-se à mesa com os agentes dos desportistas. Por isso, acordámos o seguinte. Se Earl tinha qualquer dúvida, pedia desculpa por uns instantes, dirigia-se ao telefone mais próximo e ligava-me para o hotel. Earl tinha ganho 18 jogos na temporada anterior e tínhamos decidido o montante mínimo que o clube lhe deveria pagar. De uma maneira clandestina, conseguimos negociar o contrato que Earl merecia com os Detroit Tigers*”, WOOLF, R., “*Agent on Campus*”, in LAPCHICK, R. e SLAGHTER, B., *The Rules of the Game. Ethics in College Sports*, American Council on Education, New York, 1989, p. 99.



basquetebol e de futebol americano, no âmbito das negociações referentes aos contratos que os ligavam aos clubes.

Apesar do seu surgimento esporádico ter decorrido ainda no século XIX, podemos afirmar que, de forma significativa, a implantação da figura do “*sports agent*” (que inicialmente emergiu como um “*player agent*”, assumindo apenas a representação e defesa dos interesses contratuais do desportista) no panorama desportivo dos E.U.A., ocorreu já no século XX<sup>32</sup>, estando intimamente ligada à transição do amadorismo para o profissionalismo a que se assistiu em várias modalidades: além do *baseball*, foi também no boxe e na luta livre que primeiramente assumiu algum protagonismo, para depois se estender a outros desportos<sup>33</sup>.

Terá sido, todavia, apenas na segunda metade do século XX que se verificou um acentuado crescimento da actividade destes “*sports agents*”. Esta crescente importância no panorama desportivo e económico deveu-se a vários factores. Alguns autores<sup>34</sup> começam por identificar um primeiro factor que nos parece decisivo para esta rápida expansão e que se relaciona com o facto de, a partir de 1972, a jurisprudência americana ter declarado a inconstitucionalidade de cláusulas de reserva<sup>35</sup> e de cláusulas de opção<sup>36</sup>, que limitavam de sobremaneira a margem de liberdade negocial dos desportistas. Acresce que a criação de ligas profissionais (que acentuou a disputa salarial entre clubes de ligas diferentes), o progressivo crescimento dos salários (que se traduziu numa maior necessidade, da parte dos desportistas, de dispor de uma assessoria abrangente, quer ao nível da contratualização, quer ao nível do apoio em matéria contabilística e fiscal) e difusão dos eventos desportivos através de meios radiofónicos e audiovisuais,

---

<sup>32</sup> KENNETH SHROPSHIRE, THIMOTHY DAVIS, *The Business of Sports Agents*, *ob. cit.*, p. 9, consideram que Charles C. Pyle terá sido o primeiro empresário desportivo de que se tem conhecimento, tendo concluído o primeiro contrato em nome de um desportista profissional em 1925, nos termos do qual o seu representado, Harold “Red” Grange, jogador de futebol americano, receberia 3.000,00 USD por cada partida que efectuasse pela equipa dos Chicago Bears e 300.000,00 USD como contrapartida da imagem comercial deste.

<sup>33</sup> Neste sentido, *vide* “Agentes deportivos: ¿Qué futuro?”, por JUAN de DIOS CRESPO PÉREZ, disponível em [www.iusport.es](http://www.iusport.es), 27 de Dezembro de 2006, alterado a 8 de Janeiro de 2008.

<sup>34</sup> ICÍAR ALZAGA RUIZ, “La figura del representante de deportistas en el derecho estadounidense”, *Revista Jurídica del Deporte*, 2003-2, n.º 10, pág.204, D. L. DUNN, “Regulation of Sports Agents, Since at First it Hasn’t Succeeded Try Federal Legislation”, *Hastings Law Journal*, n.º 39, 1988, pp. 1033 e seguintes e L. S. SOBEL, “The Regulation of Sports Agents: an Analytical Primer”, *Baylor Law Review*, n.º 39, 1987, pp. 703 e ss.

<sup>35</sup> De acordo com as cláusulas de reserva, o clube detinha um direito perpétuo sobre os serviços do desportista. Para mais desenvolvimentos, *vide* WEISTART, J.C. & LOWELL, C.H., *The Law of Sports*, 2.ª edição, West Group, Saint Paul, 1979, pp. 64 e seguintes.

<sup>36</sup> Com base nas cláusulas de opção, o clube podia renovar, unilateralmente, o contrato com o desportista por um ano. *Vide*, a este propósito, WEISTART, J.C. & LOWELL, C.H., *The Law of Sports*, *cit.*, p. 65.

potenciaram a possibilidade dos desportistas obterem benefícios económicos decorrentes da exploração da sua imagem. Por todos estes factores, o desportista, dada a sua impreparação para lidar com muitas destas matérias, passou a sentir necessidade de ter quem o representasse, quer na sua relação com o clube, quer perante o domínio público, alguém que tivesse capacidade para defender os seus interesses. Estava aberto o caminho para o surgimento destes “intermediários” no âmbito do desporto profissional.

A figura do “*sports agent*” implantou-se definitivamente na realidade desportiva e no ordenamento jurídico norte-americano<sup>37</sup> assumindo o papel de “*actor central no teatro da negociação contratual*”<sup>38</sup> e desempenhando uma função relevante no âmbito da negociação do contrato entre jogador e clube, que cedo se ampliou a outros domínios, como os da contabilidade, do marketing, de assuntos fiscais, de patrocínios ou da própria gestão da carreira<sup>39</sup>, o que determinou o surgimento de pessoas colectivas (“*sport management firms*”<sup>40</sup>) que reuniam no seu seio profissionais qualificados em todas estas áreas, de maneira a assegurar uma efectiva e ampla prestação de serviços ao praticante desportivo.

A análise do contexto no âmbito do qual se desenvolveram e afirmaram os agentes de jogadores nas ligas profissionais norte-americanas, remete-nos ainda para uma breve consideração, à qual se refere LEAL AMADO, e que se relaciona com a tutela dos interesses dos praticantes desportivos<sup>41</sup>. Nestas ligas profissionais norte-americanas, os interesses da classe eram inicialmente prosseguidos através da via sindical, através da convenção colectiva que, no domínio desportivo, fixava as condições mínimas de trabalho aplicáveis. Aos “*sports agents*” estava reservada a tutela dos interesses individuais de cada atleta. Estes profissionais, devidamente autorizados pelo respectivo sindicato e nos precisos termos dessa autorização, passaram a intervir no processo negocial com o objectivo de conseguir o melhor contrato possível para o

---

<sup>37</sup> Estima-se que, actualmente, sejam mais de dez mil pessoas a exercerem a actividade de agente desportivo nos E.U.A.

<sup>38</sup> LEAL AMADO, *Vinculação versus Liberdade – o processo de constituição e extinção da relação laboral do praticante desportivo*, Coimbra Editora, 2002, p.488.

<sup>39</sup> Len Elmore, advogado e antigo jogador profissional de basquetebol na NBA, avançou com a seguinte definição do “*sports agent*”: “*The sport representative, or agent, plays many roles. He must be best friend, big brother, father figure, financial advisor, coach, and negotiator for his client. An athlete may not always be looking for all these traits, but most would be lost without some of them*”, in M. J. GREENBERG e T. J. GRAY, *Sports Law Practice*, cit., p. 938.

<sup>40</sup> Para mais desenvolvimentos, vide M. J. GREENBERG e T. J. GRAY, *Sports Law Practice*, cit., pp. 939 e seguintes.

<sup>41</sup> *Ob. cit.*, p.490

desportista, contribuindo de forma decisiva para a subida astronómica dos valores salariais pagos aos atletas.

A circunstância dos sindicatos não intervirem no processo individual de negociação entre praticante desportivo e seu agente e o clube, permitiu inúmeras situações de abuso por parte dos agentes, o que foi potenciado pela ausência de regulação normativa e deontológica da actividade.

Daí que as estruturas sindicais, no sentido de protegerem os interesses profissionais dos praticantes desportivos, tenham iniciado a regulação da actividade dos agentes desportivos que pretendiam actuar no âmbito destas ligas profissionais, já no decurso dos anos oitenta do século passado. Nesse sentido, instituíram “*agent certification programs*” e inseriram cláusulas nas convenções colectivas de trabalho que vinculavam os clubes a negociar apenas com “*union-certified agents*”.

Como refere LEAL AMADO<sup>42</sup>, a partir daqui, e para poder actuar legitimamente no seio destas ligas profissionais, o “*sports agent*” necessita de ser um “*union-certified agent*”, tendo obrigatoriamente que cumprir os requisitos e as condições impostas pelos regulamentos sindicais, sobretudo a partir de 1983, data em que a Associação Sindical dos Jogadores da Liga de Futebol Americano (NFLPA), elaborou a primeira regulamentação sobre a matéria.

### 1.1 A génese da regulação normativa da actividade do “*sports agent*”

*“Want to be a professional sports agent? It’s easy. As easy as being a ditchdigger. Maybe easier. Want to dig a ditch? Grab a shovel and start digging. Want to be an agent? Open your mouth and declare yourself one”*<sup>43</sup>

Este enquadramento permite-nos explicar melhor as razões que estiveram na génese da regulação da actividade dos agentes desportivos.

---

<sup>42</sup> *Ob. cit.*, p.491.

<sup>43</sup> NIGHTINGALE, “Are agents a pack of parasites? Some gouge, lie and cheat clients; others do honest, competent jobs”, *The Sporting News*, Feb. 6, 1982, *apud* M. J. GREENBERG & J. T. GRAY, *Sports Law Practice*, Vol. I, *cit.*, p. 937.

Nos E.U.A., têm sido várias as tentativas de alcançar uma regulamentação normativa federal unitária, algo que ainda permanece por alcançar, como teremos oportunidade de referir mais detalhadamente. Foram as associações de desportistas as verdadeiras precursoras nesta tarefa de regulamentação da figura dos agentes desportivos, sendo que alguns Estados aprovaram também normas próprias na matéria.

Apesar da crítica a que continuam sujeitos, pela opinião pública em geral e pelos clubes em particular, sendo frequentes as tomadas de posições públicas da parte de dirigentes desportivos particularmente acintosas do papel desempenhado por eles, o facto é que os “*sports agents*” constituem-se hoje como uma componente visível das relações laborais dos desportistas profissionais, sendo evidentes os benefícios que advêm para estes da intervenção do agente no âmbito das negociações com os respectivos clubes e, de uma forma mais abrangente, da assessoria que lhes é prestada a vários níveis.

## **1.2 A tentativa de uma regulação uniforme**

Apesar da doutrina norte-americana propugnar a necessidade de uma regulamentação unitária da figura dos empresários desportivos, tal ainda não sucede presentemente, apesar dos avanços que se têm registado no plano legislativo. Do ponto de vista da evolução histórica, de salientar que as associações de desportistas foram as primeiras a regulamentar a figura dos agentes desportivos. Num sistema jurídico tradicionalmente ancorado no precedente judiciário, não espanta que tenha sido precisamente o caso *United States vs Walters & Bloom*<sup>44</sup> a espoletar, da parte da *National Collegiate Athletic Association* (doravante, NCAA<sup>45</sup>), o estabelecimento de um

---

<sup>44</sup> Em meados dos anos 80, Norby Walters era um dos representantes mais conhecidos do meio artístico norte-americano – entre os seus clientes destacavam-se artistas como Marvin Gaye ou Patti Labelle. Lloyd Bloom, era um jovem agente que iniciava a sua carreira profissional e sugeriu a Walters representar não apenas artistas mas também desportistas, indo angariar muitos deles à Liga Universitária. Uma vez que a NCAA proibia que qualquer desportista universitário contactasse com agentes, Walters e Bloom recorreram a outros meios: Bloom contactava com os jovens, oferecia-lhes dinheiro, bilhetes de avião, automóveis, entradas gratuitas em espectáculos em troca da celebração de um contrato de representação com os agentes, mal se tornassem jogadores profissionais. Naturalmente, que o contrato de representação era assinado ainda enquanto o atleta era universitário, mas com data posterior à real, para contornar a proibição da NCAA.

<sup>45</sup> A NCAA é o organismo encarregado de regular o desporto universitário e de organizar as competições desportivas entre as Universidades estado-unidenses. Para mais desenvolvimentos, vide FLUHR, P. N., “The Regulation of Sports Agents and the Quest for Uniformity”, *Sports Lawyers Journal*, n.º 6, 1999, p. 8.

código estrito de conduta que os agentes deveriam observar sempre que contactassem com desportistas da Liga Universitária. Entre 1982 e 1985, a *National Sports Lawyers Association* (doravante, *NSLA*) redigiu o *Professional Sports Agency Act* (doravante, *PSAA*), apresentando-o ao Congresso em 1985. Da exposição de motivos do *PSAA*, resultava a necessidade de se aprovar uma regulação uniforme, para evitar que os agentes que quisessem violar a lei se refugassem nos Estados com legislação mais permissiva<sup>46</sup>. Entre várias propostas, o documento em causa fixava os requisitos para o exercício da profissão, o processo de concessão de licenças e instituiu um registo de agentes desportivos. Todavia, o Congresso rejeitou a sua aprovação, invocando-se para tal a falta de sanções severas para o incumprimento dos deveres aí previstos, assim como a falta de uma titulação específica para exercer a profissão de agente.

No início de 1997, a *NCAA*, juntamente com a *National Conference of Commissioners on Uniform State Laws* (doravante *NCCUSL*)<sup>47</sup>, começou a redigir um documento que permitisse uniformizar toda a fragmentada legislação aplicável aos agentes desportivos. Daqui resultou a aprovação, em 2001, por parte da *NCCUSL*, do *Uniform Athlete Agent Act* (doravante, *UAAA*)<sup>48</sup>, cujo conteúdo aproveitaria não só aos próprios agentes, uma vez que não teriam que registar-se em cada Estado onde pretendessem exercer a sua profissão, mas também aos desportistas, que teriam os mesmos direitos nos vários Estados. Em termos muito gerais, o *UAAA* introduz a obrigatoriedade de registo dos agentes sob pena de nulidade do contrato, a necessidade de observância de “cláusulas-padrão”<sup>49</sup>, ou a obrigação de notificar a instituição de ensino da celebração de um contrato de representação por parte de um estudante seu.

Em face deste *UAAA*, cada Estado deve decidir se adere ou não ao referido projecto, sendo que, presentemente, são quarenta os Estados que já aderiram. Por outro lado, o Estado da Califórnia tem já legislação vária aprovada, com base no *UAAA*, e os Estados de Michigan e Ohio têm legislação não relacionada com o *UAAA*, destinada a

---

<sup>46</sup> Neste sentido, ICÍAR ALZAGA RUIZ, “La figura del representante de deportistas en el derecho estadounidense”, *Revista Jurídica del Deporte*, 2003 – 2, n.º 10, pp. 215 e seguintes.

<sup>47</sup> A *NCCUSL* é uma organização nacional responsável por redigir leis uniformes no sentido de as aplicar a todos os Estados norte-americanos, congregando mais de 300 advogados, juizes, professores e juristas indicados pelos respectivos Estados.

<sup>48</sup> Disponível em [www.law.upenn.edu/bll/archives/ulc/uaaa/aaa1130.htm](http://www.law.upenn.edu/bll/archives/ulc/uaaa/aaa1130.htm)

<sup>49</sup> Entre estas cláusulas padrão específicas, incluem-se a do método de cálculo da percentagem a ser paga ao agente ou a que prevê expressamente que o contrato possa ser denunciado no prazo de 14 dias após a celebração do mesmo.

regular o fenómeno dos *sports agents*. Presentemente, são apenas sete os Estados norte-americanos que não têm legislação destinada a regular esta actividade<sup>50</sup>.

### 1.3 A regulação estadual

Em 1981 a Califórnia tornou-se o primeiro Estado federado a legislar no sentido de impedir os abusos, de práticas desleais e deontologicamente reprováveis, que se verificavam, de forma crescente, no seio da actividade desportiva, por parte dos “*sports agents*”, através da entrada em vigor do *California Athlete Agents Act*<sup>51</sup>, que os define da seguinte forma: “*Athlete agent means any person who, directly, or indirectly, recruits or solicits an athlete to enter into any agent contract, endorsement contract, financial services contract, or professional sports services contract, or for compensation procures, offers, promises, attempts, or negotiates to obtain employment for any person with a professional sports team or organization or as professional athlete*”.<sup>52</sup>

Conforme salienta LUIS MARÍN HITA<sup>53</sup>, apesar de subsistirem ainda regulamentações díspares entre os vários Estados, a verdade é que se pode afirmar que a maioria apresenta elementos comuns. Assim, e a título meramente exemplificativo, cabe

---

<sup>50</sup> Falamos dos Estados do Alasca, do Maine, de Massachussets, de Montana, de Nova Jérсия, de Puerto Rico, de Vermont e Virgínia.

<sup>51</sup> Alguns exemplos de obrigações que resultam do *California Athlete Agents Act* (disponível em <http://definitions.uslegal.com/u/uniform-athlete-agent-act/>) : a) No ponto 18897, estabelece-se que todo o contrato celebrado com um agente desportivo deve ser redigido a escrito e incluir, de forma discriminada, os serviços a que o agente fica vinculado; b) No ponto 18897.2 determina-se a obrigatoriedade do agente abrir uma conta bancária sempre que o agente receber o salário em nome do atleta, vinculando o agente a depositar toda e qualquer quantia que receba em nome do atleta na referida conta; c) No ponto 18897.23. determina-se que: (a) Todo o agente desportivo tem de ter registos com informação vária do atleta, quantias recebidas, etc; (b) Esses registos devem ser guardados, pelo menos, durante sete anos; d) No ponto 18897.27 regula-se o problema dos conflitos de interesses, proibindo-se que o agente desportivo tenha qualquer participação, a título de propriedade ou sociedade, em entidades directamente envolvidas na regulação da actividade desportiva desenvolvida pelo seu representado; e) No ponto 18897.37 estatui-se que nenhum agente desportivo pode dar falsas informações ou fazer falsas promessas ao seu cliente no que se refere à possibilidade de obtenção de trabalho.

<sup>52</sup> Acrescenta-se ainda que a noção de “*athlete agent, does not include a person licensed as an attorney, dealer in securities, financial planner, insurance agent, real estate broker of sales agent or tax consultant, or other professional person, when the professional person offers or provides the type of services customarily provided by that profession, except and solely to the extent that the professional person also recruits or solicits an athlete to enter into any agent contract, or for compensation procures, offers, promises, attempts, or negotiates to obtain employment for any person with a professional sports team or organization or as professional athlete. Athlete agent does not include any person acting solely on behalf of a professional sports team or organization*”, M. J. GREENBERG e T. J. GRAY, em *Sports Law Practice*, Vol. I, cit., pp. 937 e 938.

<sup>53</sup> Ob. cit., p. 216.

referir que são vários os Estados que obrigam os agentes a depositar uma fiança<sup>54</sup>, a registar-se<sup>55</sup>, e que estabelecem a responsabilidade civil ou penal dos mesmos, na eventualidade de violação de alguns dos deveres impostos. Alguns Estados obrigam os agentes a apresentar anualmente uma relação que discrimine todas as comissões efectivamente cobradas aos clientes<sup>56</sup>, outros proíbem a venda ou publicação de informação confidencial do desportista<sup>57</sup>, assim como a publicidade dos seus serviços sem que haja registo prévio<sup>58</sup>.

#### 1.4 A regulação das associações de desportistas

Actualmente, são quatro as Associações de Desportistas nos Estados Unidos da América que regulam a actividade dos agentes desportivos.

A *National Football League Players Association* (doravante, *NFLPA*), aprovou, no dia 1 de Agosto de 1983, um quadro normativo específico nesta matéria, denominado de *NFLPA Regulations Governing Agents*, tornando-se a primeira associação de desportistas norte-americana a regular esta actividade. A este impulso criador por parte da *NFLPA*, seguiu-se, em 1985, a *National Baseball Players' Association* (doravante, *NBPA*), mediante aprovação do *NBPA Regulations Governing Agents*, a 01 de Junho de 1985. Posteriormente, a 1 de Março de 1987, a *National Basketball Players' Association*, aprovou o *NBPA Regulations Governing Player Agents* e finalmente, a 1 de Abril de 1995, a *National Hockey League Players' Association*, aprovou o *NHLPA Regulations Governing Agents*.

No sentido de apurar o exacto alcance do aumento dos agentes desportivos<sup>59</sup>, a *NFLPA* elaborou um estudo em 1986 e concluiu que o número de agentes era já

---

<sup>54</sup> Entre os Estados que obrigam o agente a depositar uma fiança, de salientar que as quantias variam entre os 25.000 USD (como na Califórnia e Iowa) e 100.000 USD (como sucede no Arkansas, Geórgia, Mississípi, Texas).

<sup>55</sup> No entanto, apesar desta obrigatoriedade, o procedimento em si varia de Estado para Estado. Por exemplo, no Arkansas, em Iowa, no Texas ou no Mississípi, foi instituído um registo próprio para o efeito, enquanto que, na Florida, os agentes deverão registar-se no Registo dos Trabalhadores Autónomos.

<sup>56</sup> Vide artigo 821.623 do Código de Oklahoma e artigo 8-26-24 do Código de Alabama.

<sup>57</sup> Vide artigo 9ª.4 do Código de Iowa.

<sup>58</sup> Vide artigo 43-4ª-16 do Código da Geórgia.

<sup>59</sup> Para ilustrar o significativo aumento dos agentes desportivos, Bob Woolf conta o seguinte episódio: “Houve uma altura em que ia assistir *Jogo das Estrelas Norte vs Sul*, para ver entre seis a dez atletas. Eu era o único agente presente. Cinco anos mais tarde, havia já 500 agentes, entre os hotéis e o campo, fazendo com que a ratio agente/jogador passasse de cinco para um” (tradução nossa). M. J. GREENBERG e T. J. GRAY, *Sports Law Practice*, cit., pp. 962.

superior ao número de jogadores da *NFL*<sup>60</sup>. Consequentemente, a *NFLPA* adoptou em 1987 uma medida que obrigava a que todos os *NFL agents* se registassem, mediante o pagamento anual de uma quota no valor de 200 dólares. Após a sua implementação, o número de agentes registados, 750, passou a ser inferior ao de jogadores (1260). Em 1998, dados da *NFLPA* davam conta que havia 760 agentes registados, mas 360 não tinham clientes. Também nesta data, estimava-se serem 1500 os agentes registados nas quatro ligas profissionais (*NFL*, *MLB*, *NBA*, *NHL*), que representavam o total dos 3500 jogadores.

De acordo com ÍCIAR ALZAGA RUIZ<sup>61</sup>, o esquema comum adoptado por estas Associações vai no sentido de permitir apenas ao agente que esteja validamente registado no respectivo sindicato, poder intervir em negociações em nome dos desportistas. Outras obrigações que impendem sobre o agente são, por exemplo, a necessidade de informar sobre eventuais conflitos de interesses que possam vir a ocorrer, não oferecer quaisquer bens ou serviços a desportistas para potenciar a sua clientela e limitar as suas comissões a determinadas quantias máximas previamente estabelecidas, sob pena de aplicação de sanções disciplinares, que podem ir de uma mera sanção pecuniária, a uma suspensão ou expulsão da profissão.

De salientar, no entanto, um obstáculo importante relacionado com o âmbito de aplicação destas normas oriundas das associações de desportistas. Os desportistas das Ligas Universitárias não fazem parte destas associações de desportistas profissionais, pelo que não estão protegidos por esta regulamentação aquando da negociação do seu primeiro contrato. Tal situação permite, por exemplo, que um agente que não esteja registado num sindicato possa assessorar um desportista aquando da celebração do seu primeiro contrato enquanto desportista profissional, ou até que possa oferecer bens e serviços no sentido de angariar um potencial cliente nestas condições, sem que se lhe possam aplicar estas normas regulamentares.

No futebol, a primeira convenção colectiva designada de *Collective Bargaining Agreement*, foi estabelecida em 2004, entre a *MLS (Major League Soccer)* e a Associação de Jogadores, e prevê que seja desenvolvido um programa de certificação de agentes, o que ainda não foi feito até à presente data. Deste modo, a actividade dos “*sports agents*” no âmbito do futebol encontra a sua regulamentação no Regulamento

---

<sup>60</sup> SHROSPSHIRE, *Carreers in Sports Law*, Carrer Series, American Bar Association, p. 10.

<sup>61</sup> “La figura del representante” (...), *cit.*, p. 217.



relativo aos Agentes de Jogadores (RRAJ) da FIFA, dado que a *U.S.Soccer Federation* é associada da FIFA<sup>62</sup>.

### 1.5 A regulação das Ligas Universitárias

Algumas ligas universitárias possuem regulamentos próprios, como é o caso da *NCAA (National Collegiate Athletic Association)*, organismo com competência para regular o desporto universitário e organizar as competições desportivas entre as Universidades dos Estados Unidos da América.

A *NCAA* proíbe que os desportistas da Liga Universitária aceitem qualquer bem ou serviço de um “*sports agent*”, proibindo-os também de iniciar negociações com um representante. As regras particularmente restritivas da actividade do “*sports agent*” encontram o seu fundamento no artigo 2.9 do regulamento desportivo da *NCAA*, que vislumbra o desporto universitário como estritamente amador<sup>63</sup>.

Apesar disso, a doutrina dá conta da forma como os agentes têm ultrapassado estas proibições regulamentares, nomeadamente através do estabelecimento de relações indirectas com parentes próximos, amigos, ou companheiros do atleta universitário, algo que dificulta a fiscalização por parte da *NCAA*.

Todavia, a regulação da *NCAA* apenas tem força vinculativa para as Universidades e desportistas da Liga Universitária, mas não para os agentes, estando o seu âmbito subjectivo de aplicação restrito aos primeiros. Consequentemente, um agente que não cumpra as regras impostas pela *NCAA*, não sofre, directamente, qualquer sanção, ao contrário do que sucede com o estudante, que previsivelmente será expulso da Liga e sancionado monetariamente pela Universidade. O estudante-atleta poderá sempre obter conselhos de um advogado sobre o conteúdo da proposta contratual referente ao primeiro contrato profissional que irá assinar, mas não poderá ser representado por ele ou por qualquer “*sports agent*” na negociação ou formalização do mesmo.

---

<sup>62</sup> Cfr. [www.ussoccer.com](http://www.ussoccer.com)

<sup>63</sup> De acordo com este artigo 2.9, “*student-athletes shall be amateurs in an intercollegiate sport, and their participation should be motivated primarily by education and by physical, mental and social benefits to be derived. Student participation in intercollegiate athletics is an avocation, and student athletes should be protected from exploitation by professionals and commercial enterprises*”.

## 1.6 Funções desempenhadas pelo *sports agent* nos EUA. Breve referência.

Relativamente às funções desempenhadas pelo “*sports agent*” no panorama desportivo norte-americano, não se observam relevantes particularidades face às funções desempenhadas por este sujeito noutros ordenamentos jurídicos, assumindo como termo de comparação o que ocorre na União Europeia e, mais especificamente, em Portugal. Em regra, estamos perante um profissional que representa desportistas profissionais durante as negociações tendentes à celebração de um contrato, que negocia patrocínios e direitos de imagem do seu cliente e que procede a um aconselhamento no domínio pessoal, fiscal e até jurídico (sobretudo se se tratar de um advogado). Tendo por base a proposta de BOB RUXIN<sup>64</sup>, é possível enunciar as funções desempenhadas pelo “*sports agent*” no desporto norte-americano, cabendo-lhe, designadamente:

- a) Determinar o valor de mercado do atleta;
- b) Convencer o clube a pagar ao seu representado o valor correspondente à sua cotação no mercado;
- c) Proteger os direitos do seu cliente através da negociação de cláusulas contratuais que vão ao encontro das suas necessidades e interesses;
- d) Acautelar o futuro do atleta, após o *terminus* da sua carreira desportiva profissional, tanto do ponto de vista financeiro como ocupacional;
- e) Angariar outras formas de rendimentos extra-desportivos para o atleta, seja através da presença em eventos públicos, anúncios televisivos, radiofónicos, patrocínios, etc;
- f) Aconselhar o atleta relativamente à sua conduta enquanto cidadão e no âmbito da sua relação com os *media*, gerindo da melhor forma a imagem pública e privada do atleta;

A este propósito, MARTIN GREENBERG<sup>65</sup> faz uma distinção entre aqueles agentes que não se querem envolver para além da sua intervenção nas negociações

---

<sup>64</sup> *An Athlete's Guide to Agents*, apud M. J. GREENBERG e T. J. GRAY, *Sports Law Practice*, cit., p. 964.

<sup>65</sup> Refere o autor, a este propósito, o seguinte: “*Some agents don't want to get involved in anything besides contract negotiations, whereas others will deal with everything but that. The non-negotiators call themselves agents. They're representatives. And then there are the full service, one-stop shopping types,*

contratuais (caso em que estaremos perante um representante do atleta) e aqueles que oferecem uma vasta gama de serviços ao atleta, à semelhança do que sucede com um qualquer “*shopping center*”.

Iremos discernir, em capítulo subsequente, acerca da qualificação jurídica do contrato celebrado com o empresário desportivo à luz do direito português, tendo precisamente por base as funções por eles desempenhadas, que como teremos oportunidade de assinalar, não assumem contornos distintivos face às que são levadas a cabo pelo “*sports agent*” nos Estados Unidos da América.

## 1.7 Conclusões

*“Anyone can be an agent; every frustrated jock, every accountant who is bored, every lawyer who is doing pig iron contracts feels that athletic representation could be a lot more exciting, and it offers some vicarious thrills”<sup>66</sup>*

Apesar do crescimento exponencial do número de “*sport agents*” e da tentativa de harmonização legislativa entre os vários Estados, a verdade é que, neste âmbito, o sistema norte-americano revela lacunas evidentes que urge solucionar. Deste modo, e para além do tratamento jurídico diversificado que esta figura sofre de Estado para Estado, de salientar que a regulação das Associações de Desportistas acaba por não lograr uma protecção adequada dos jogadores da Liga Universitária aquando da celebração do seu primeiro contrato enquanto desportista profissional. Acresce também que a NCAA, por não ter competência material para regulamentar a figura do agente desportivo, não pode sancionar as condutas abusivas da parte destes.

Tais circunstâncias contribuem para a constatação de que é cada vez mais premente proceder a uma regulamentação legislativa uniforme a nível nacional. A

---

*who offer a whole smorgasboard of services: money management, tax planning and investments (...), securing investment contracts and appearances, resolving disputes, personal counselling”. M. J. GREENBERG e T. J. GRAY, Sports Law Practice, cit., p. 964.*

<sup>66</sup> R. RUXIN, *An Athlete’s Guide to Agents*, 22, 1989, *apud* GREENBERG, MARTIN J., & GRAY, JAMES T., *Sports Law Practice, cit.*, Vol. I, p. 937.

UAAA tem desempenhado um papel central na obtenção desse desiderato, embora restem ainda oito Estados que não o adoptaram.

## 2. O empresário desportivo à luz do direito brasileiro

*“No Brasil tivemos uma explosão tardia, se comparada á Europa e Estados Unidos, da actividade de agente de jogadores. Explosão tardia e totalmente descontrolada, não só por parte da CBF, da péssima legislação (...) como dos próprios clubes que não se prepararam adequadamente para lidar com esse novo mercado desportivo de transferências”.*<sup>67</sup>

No Brasil, a actividade dos empresários desportivos teve também um crescimento exponencial nos últimos anos. No âmbito do futebol, são 333<sup>68</sup> os agentes licenciados<sup>69</sup> actualmente pela Confederação Brasileira de Futebol, o que evidencia o enorme poder que detêm no panorama desportivo brasileiro e que reflecte uma crescente dependência de clubes e de jogadores face à actividade por estes exercida. Julgamos pertinente efectuarmos uma breve alusão ao regime jurídico brasileiro, por um lado, de modo a que tenhamos um termos de comparação com o que sucede nos E.U.A. e em Portugal. Por outro lado, foi com base no ordenamento jurídico brasileiro que FELIPE LEGRAZIE EZABELLA editou uma das mais relevantes obras atinentes com o tema sobre o qual nos pronunciamos.

Do ponto de vista histórico, e entre os diplomas legislativos relevantes no âmbito do desporto, de destacar a Lei 6.354, de 2 de Setembro de 1976, que disciplinava o

---

<sup>67</sup> FELIPE LEGRAZIE EZABELLA, *O agente Fifa e o direito civil brasileiro*, Quartier Latin, 2010, p. 38.

<sup>68</sup> Cfr. [www.fifa.com](http://www.fifa.com)

<sup>69</sup> Estes agentes têm uma Associação (Associação Brasileira de Agentes de Futebol – doravante, ABAF), que tem como objectivos fundamentais proceder à dignificação da profissão de agentes mediante a fiscalização do cumprimento de legislação em vigor, promover a união dos associados e a defesa dos seus interesses, representar os associados em juízo ou fora dele, entre outros. Neste sentido, cfr. [www.abaffutebol.com.br](http://www.abaffutebol.com.br)

passse<sup>70</sup>: ao abrigo desta “Lei do Passe”, e nos termos do artigo 13.º, parágrafo 2.º, o atleta tinha sempre direito a, no mínimo, 15% do montante do passe, devido e pago pelo empregador cedente.

Posteriormente, entrou em vigor a Lei n.º 9.615/98, mais conhecida por “Lei Pelé”, onde se destacam os artigos 28.º, 93.º, 94.º e 96.º. De acordo com esta Lei, o legislador diferenciou as expressões “direitos federativos” e “direitos económicos”, o que acabou por assumir uma relevância extraordinária no desporto brasileiro. Esclarece, a este propósito, ÁLVARO MELO FILHO<sup>71</sup>, que os *direitos económicos* representam uma percentagem que adquire um terceiro (clubes, sociedade ou pessoa física) sobre a utilidade de uma futura venda dos *direitos federativos*. O que se tem evidenciado, de acordo com o autor, é que tais direitos económicos, têm sido alvo de um “*rateio entre clube (detentor dos direitos federativos) e empresários (detentores dos direitos económicos)*, e, por ocasião da cessão onerosa do atleta, o empresário (e não mais o jogador) é quem embolsa 10% a 20% do valor auferido pelo clube de origem. Em suma, os 15% que antes beneficiavam os atletas, hoje, como consequência da Lei Pelé, constituem ganhos dos empresários”.

A legislação brasileira aplicável aos empresários desportivos foi, até 2011, bastante escassa, sendo de destacar, apenas um único parágrafo na “Lei Pelé”, mais especificamente, o parágrafo 7.º do artigo 28.º, que foi introduzido nessa Lei pela chamada Lei da Moralização (Lei 10.672/03). Vislumbra-se aí, nesse ano de 2003, a primeira tentativa de regulamentação da actividade do empresário desportivo, ainda que de forma muito ténue. Consagrava o referido parágrafo que “*é vedada a outorga de poderes mediante instrumento procuratório público ou particular relacionados a vínculo desportivo e uso de imagem de atletas profissionais em prazo superior a um ano*”.

Desde 2001 que se evidenciaram alguns esforços para preencher o vazio legislativo existente nesta matéria. No que respeita ao agente desportivo, assinalam-se três Projectos de Lei que foram objecto de discussão no Congresso Nacional: os Projectos de Lei n.ºs 4.874/2001, 6404/2002 e 5.186/2005.

Pela sua importância, de destacar este último, que visava disciplinar juridicamente o agenciamento de menores de idade no Brasil. Particularmente

---

<sup>70</sup> Nos termos do artigo 11.º do referido diploma legal, “*entende-se por passe a importância devida por um empregador a outro, pela cessão do atleta durante a vigência do contrato ou depois do seu término, observadas as normas desportivas pertinentes*”.

<sup>71</sup> Apud FELIPE LEGRAZIE EZABELLA, *ob. cit.*, p. 49.

elucidativa da necessidade de uma intervenção legislativa neste domínio, a exposição de motivos que esteve na génese do pedido de urgência na aprovação do diploma em causa, em 28/06/2005, alertava: *“Para impedir a acção nefasta de agentes e empresários desportivos que, com a cumplicidade de dirigentes oportunistas, mais têm contribuído para os efeitos nocivos da prática desportiva dentro das respectivas entidades que operam nas chamadas escolinhas sem dar o mínimo contributivo à formação de atletas (...)”*<sup>72</sup>.

Sucede que, apenas no ano de 2011, se verificou a entrada em vigor do diploma legislativo pretendido, o que veio a suceder, através da publicação, no Diário Oficial da União do dia 17 de Março, da Lei Federal n.º 12.395, que vem repor algum equilíbrio de interesses entre clubes e empresários desportivos, após a entrada em vigor da “Lei Pelé”.

De acordo com a nova legislação, em vigor desde Março deste ano, os empresários deixam de poder representar jogadores ou fazer negócios envolvendo atletas com idade inferior a 18 anos. Acresce que o clube, além de ter o direito de assinar o primeiro contrato profissional com o atleta, passa a ter preferência na primeira renovação do vínculo contratual. A lei protege ainda o clube na seguinte circunstância: caso haja um clube a oferecer uma proposta melhor ao atleta, se o clube formador igualar a proposta, terá direito a ficar com o jogador. Importante registar também uma alteração em matéria de duração máxima do primeiro contrato profissional: enquanto que anteriormente, aos 16 anos, o clube apenas poderia celebrar contrato com o jogador por três anos, actualmente, passa a poder assinar por cinco. Por último, de mencionar também outra alteração fortemente protectora dos interesses dos clubes nesta matéria: enquanto que até agora, as cláusulas de rescisão para transferências internas eram fixadas mediante multiplicação do salário anual do atleta por 100, de acordo com a nova lei, tal valor obtém-se multiplicando-se o salário anual por 2000. Por seu turno, as cláusulas de rescisão do atleta para transferências para o estrangeiro continuam sem qualquer limitação em termos de valor.

Apesar da entrada em vigor desta Lei, a verdade é que continua por efectuar uma verdadeira regulamentação legislativa uniforme da actividade do agente de jogadores, pelo que a tarefa tendente à qualificação jurídica do contrato celebrado entre agente e

---

<sup>72</sup> Cfr. <http://netica.org.br>

praticante desportivo assume particular relevância, no sentido de identificar qual o regime jurídico aplicável. Partindo da análise do contrato celebrado entre o Agente FIFA e o futebolista, refere FELIPE EZABELLA<sup>73</sup> que se trata de um contrato consensual, bilateral, oneroso, por prazo determinado e *intuitu personae*. Assim, e sabendo que o agente desempenha um conjunto amplo de funções e presta uma variedade assinalável de serviços ao cliente, este contrato apresenta semelhanças com alguns modelos contratuais típicos constantes do Código Civil Brasileiro, como sejam a agência, o mandato ou a prestação de serviços. Todavia, esses traços comuns não são, de acordo com o autor, suficientes para que o mesmo se possa subsumir a um tipo contratual pré-existente, pelo que este mesmo contrato é vislumbrado como um contrato atípico, com características próprias que o distingue dos demais.

De referir, por último, que no caso específico do futebol, e apesar do primeiro regulamento da FIFA ser de 1994, a CBF apenas adoptou um regulamento específico no dia 8 de Outubro de 2001, através da Resolução de Directoria n.º 07/01, e na sequência de novo regulamento oriundo da FIFA, aprovado a 10 de Dezembro de 2000. Este regulamento encontra-se presentemente desactualizado e a necessitar de reforma urgente, de acordo com FELIPE EZABELLA<sup>74</sup>, tendo em consideração que, desde 2001, o número de agentes no âmbito do futebol se multiplicou e a FIFA tem vindo a introduzir importantes alterações a que urge dar sequência, sobretudo no recente RRAJ que entrou em vigor em Janeiro de 2008.

---

<sup>73</sup> *Ob. cit.*, p. 180.

<sup>74</sup> *Ob. cit.*, p. 97.

### Capítulo III – O empresário desportivo na União Europeia

*“Sports agents in Europe exercise their profession mainly in sports with high economic potential, practised by professional sportspersons or which have a wide following. While they offer a variety of services and in some cases have very different professional profiles, sports agents in Europe – whether official or unofficial – deal mostly with the sports which generate the largest revenues or which benefit from media coverage of the Olympic Games”*<sup>75</sup>

Na União Europeia, há apenas cinco países<sup>76</sup> que adoptaram uma lei geral sobre a actividade do agente desportivo: França, Bulgária<sup>77</sup>, Grécia<sup>78</sup>, Hungria<sup>79</sup> e Portugal. No que às Federações Internacionais diz respeito, apenas quatro procederam à respectiva regulação: a FIFA (*Federation Internationale Football Association*),<sup>80</sup> a FIBA

---

<sup>75</sup>Cfr. COMISSÃO EUROPEIA, (Directorate-General for Education and Culture), “Study on Sports Agents in the European Union”, Novembro, 2009, in [http://ec.europa.eu/sport/what-we-do/doc55\\_en.htm](http://ec.europa.eu/sport/what-we-do/doc55_en.htm).

<sup>76</sup> Na Áustria, está em curso um projecto-lei que visará regular todo o desporto profissional. No artigo 10.º desse projecto-lei estabelece-se que os agentes de jogadores apenas poderão exercer a sua actividade desde que cumpram todos os requisitos enunciados pela respectiva Federação desportiva. De acordo com tal projecto, os agentes de jogadores serão as “*personas físicas ou legais que, contra remuneração, põem em contacto um desportista profissional e uma entidade desportiva com o objectivo de estabelecer uma relação contratual no âmbito do desporto profissional*” (tradução nossa).

<sup>77</sup> Na Bulgária, o diploma legislativo a que fazemos referência é a Lei do Desporto e da Actividade Física, de 9 de Julho de 1996, actualizada recentemente pela Lei de 30 de Maio de 2008. A actividade do agente de jogadores, vem regulada nas alíneas b), c) e d) do artigo 35.º.

<sup>78</sup> Trata-se da Lei 2725/1999, que disciplina o desporto amador e profissional, no seu artigo 90§9, alterado pela Lei 3479/2006, pelo que tal artigo passou a ser o 90§5, que determina que o agente desportivo é “*a pessoa que actua como intermediária no âmbito de negociações de um contrato desportivo entre treinadores ou praticantes desportivos profissionais ou remunerados e clubes ou organizações desportivas*” (tradução nossa). De salientar que, na Grécia, há três categorias de desportistas: os profissionais, os remunerados e os amadores. De acordo com este artigo 90§5, os agentes de jogadores apenas poderão representar desportistas profissionais ou remunerados.

<sup>79</sup> Na Hungria, a Lei do Desporto, de 2000, posteriormente alterada em 2004, estipula no seu artigo 11º, que apenas agentes comerciais registados na federação nacional ou internacional que preencham todos os requisitos constantes da regulamentação federativa poderão intervir em contratos de mediação.

<sup>80</sup> A FIFA, no seu Regulamento relativo a Agentes de Jogadores, que entrou em vigor em 2008, define agente de jogadores como “*a pessoa física que, mediante remuneração, coloca em contacto jogadores e clubes com o propósito de negociar ou renegociar um contrato de trabalho desportivo ou serve de intermediário entre dois clubes no sentido de concluir um acordo de transferência, de acordo com as regras estabelecidas no presente regulamento.*” (tradução nossa).



(*Fédération Internationale de Basketball*)<sup>81</sup>, a IAAF (*International Association of Athletics Federations*), e a IRB (*International Rugby Board*). Apesar disso, em 2009, eram mais de 4000 os agentes desportivos que exerciam a sua actividade profissional devidamente licenciados para o efeito, estimando-se que outros 2000 o fizessem de forma não oficial, o que perfaz cerca de 6000 agentes desportivos activos no espaço da União Europeia<sup>82</sup>.

### **1. Perspectiva geral sobre a figura do empresário desportivo na União Europeia: o estudo independente solicitado pela Comissão Europeia em 2009**

Tal como sucedeu nos Estados Unidos da América, também na Europa o surgimento e a afirmação dos empresários desportivos teve na génese a profissionalização do desporto, que na Europa terá tido o seu início em 1885, mais especificamente em Inglaterra, com a decisão por parte da “*Football Association*” em autorizar jogos de futebol de natureza profissional. Aliás, e no que ao futebol diz respeito, os empresários desportivos marcaram presença efectiva nesta modalidade desde os primórdios da competição, com a efectivação das primeiras transferências de jogadores. Todavia, durante a fase em que o futebol era pura e simplesmente um fenómeno desportivo amador, a intervenção destes era manifestamente limitada a um papel de aconselhamento e de participação em processos de natureza mais sensível. Com a profissionalização do futebol, assistiu-se também a um processo de profissionalização da actividade do empresário desportivo, acompanhada da necessidade de regulação da profissão.

Um estudo independente solicitado por parte da Comissão Europeia em 2009, identificou 32 modalidades desportivas no âmbito das quais a figura do empresário

---

<sup>81</sup> A FIBA, no seu Regulamento, apesar de não fornecer uma noção de agente desportivo, refere-se, no ponto H.5.1., à actividade “daqueles que se vinculam a efectuar ou contribuir para a transferência internacional de jogadores e treinadores” (tradução nossa).

<sup>82</sup> É no futebol que existe o maior número de agentes desportivos, tendo-se apurado em 2009, 3350 agentes devidamente habilitados para o exercício desta actividade, estimando-se que haverá mais cerca de 900 agentes que o faziam sem estarem nessas condições. No râguebi identificaram-se 193 agentes licenciados, no basquetebol 183, no atletismo 90 e no boxe apenas 1 (apesar de se estimar serem mais de 300 os agentes não licenciados a exercer a sua actividade no âmbito do boxe). No total das restantes modalidades desportivas, eram 247 os agentes licenciados, estimando-se entre 543 e 988 os que não têm licença para o efeito. Para mais desenvolvimentos, COMISSÃO EUROPEIA, “Study on Sports Agents in the European Union”, *cit.*, in [http://ec.europa.eu/sport/what-we-do/doc55\\_en.htm](http://ec.europa.eu/sport/what-we-do/doc55_en.htm), p. 45.

desportivo tem presença activa<sup>83</sup>, sendo que todas elas têm um denominador comum e que se relaciona com o potencial económico que advém da sua prática<sup>84</sup>. Os principais objectivos deste estudo passavam por mencionar qual o papel actual desempenhado pelo agente desportivo no espaço da União Europeia, por analisar e descrever os problemas suscitados pelo desempenho desta actividade e por identificar as leis e os regulamentos aplicáveis nesta matéria e de que forma tal disciplina normativa consegue oferecer uma resposta adequada àqueles problemas previamente identificados.

As modalidades desportivas que incluem mais empresários desportivos são, naturalmente, o futebol, por larga margem, merecendo também referência especial o rãguebi, o basquetebol e o atletismo<sup>85</sup>. No caso específico do futebol<sup>86</sup>, há agentes de jogadores a exercer activamente a sua actividade em todos os 27 países da União Europeia, estimando-se que existam actualmente cerca de 3000 agentes de jogadores licenciados, o que evidencia bem a forma como o mercado de agentes de jogadores tem vindo a crescer, em razão directamente proporcional ao poder que estes vêm assumindo junto dos atletas e dos próprios clubes. A este propósito, estima-se igualmente que, no âmbito do futebol, uma em cada quatro transferências internacionais de futebolistas profissionais tenha a intervenção de um agente desportivo devidamente licenciado para o efeito. Os agentes em actividade têm perfis diferentes: uns são ex-atletas, outros empresários com ligações privilegiadas nos vários sectores económicos, outros ainda

---

<sup>83</sup> Na União Europeia, em 2009, havia apenas cinco países (Chipre, Estónia, Letónia, Lituânia e Malta) em que os empresários desportivos intervínham em somente uma ou duas modalidades desportivas. Se tivermos em conta a presença activa destes em três a cinco modalidades desportivas, identificávamos outros cinco países, entre os quais Portugal, Bulgária, Eslováquia, Irlanda, Luxemburgo. A intervenção de empresários desportivos entre seis a dez modalidades desportivas diferentes ocorria em dez países membros da União Europeia, como a Áustria, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, Grécia, Hungria, Holanda, Polónia, Roménia e Eslovénia. Por seu turno, os países em que a intervenção destes profissionais é mais eclética ocorre noutros seis membros da União Europeia, como a França, a Alemanha, a Itália, a Espanha, a Suécia e o Reino Unido, porquanto o seu âmbito de actuação se estende a mais de dez desportos diferentes. Cfr. “Study on Sports Agents in the European Union”, *cit.*, pp. 33-36.

<sup>84</sup> A influência que os agentes de jogadores vêm assumindo também do ponto de vista económico é tal que o estudo a que nos reportamos caracteriza-os como “*influencial economic actors*”. Prova disso é que se estima que, no que concerne aos agentes de jogadores de futebol, as comissões anuais auferidas por estes relacionadas com transferências de jogadores ronda os 200 milhões de euros.

<sup>85</sup> Em 2009, o número oficial de agentes desportivos no futebol era de 2913. Por sua vez, no rãguebi eram 193, no basquetebol 183 e no atletismo 93. Cfr. [www.fifa.com](http://www.fifa.com), [www.irb.com](http://www.irb.com), [www.fiba.com](http://www.fiba.com), [www.iaaf.org](http://www.iaaf.org).

<sup>86</sup> Trata-se da única modalidade que tem empresários desportivos em todos os países da União Europeia. No pólo oposto, de salientar que há modalidades desportivas que apenas têm empresários a operar num dos países da União Europeia, como sucede com o críquete e a ginástica (no Reino Unido), ou a vela (em França).

são *casual agents*, agentes/treinadores e até agentes que são familiares<sup>87</sup> dos próprios atletas.

Uma conclusão relevantíssima deste estudo prende-se com a análise da incidência económica da actividade desenvolvida pelos agentes de jogadores ao nível dos países membros da União Europeia. O desporto em geral gerou, em 2007/2008, aproximadamente 14,6 biliões de euros, o que representa 0,1% do Produto Nacional Bruto da UE, sendo que, desse montante, 2 biliões (cerca de 14%) terão provindo directamente de transferências de jogadores com intervenção de agentes de jogadores. Aliás, se calcularmos como sendo de 10% a comissão média de cada empresário a este nível, chegamos à conclusão que os agentes desportivos a operar na UE terão auferido cerca de 200 milhões de euros no referido biénio<sup>88</sup>.

Em termos de quantitativo remuneratório, haverá três classes de agentes, consoante se trate de:

a) Modalidades desportivas com uma presença massiva de agentes desportivos, como no futebol, no atletismo, no boxe, no ciclismo, no basquetebol, ou no ténis, em que há uma competição acesa pela angariação dos atletas. Aqui, a remuneração anual dos agentes varia, em média, entre 13.000,00 € e 3750.000,00 €<sup>89</sup>;

---

<sup>87</sup> Curiosamente, a categoria de agentes que são familiares dos próprios atletas é particularmente significativa. A este propósito, de referir que no top 15 dos agentes de jogadores mais bem remunerados referente ao ano de 2008, estão, por exemplo, Roberto de Assis (também ex-jogador de futebol profissional, tendo alinhado em clubes como o Sporting Clube de Portugal, irmão de Ronaldinho Gaúcho, que actualmente alinha pelo Flamengo, mas era, em 2008, jogador do AC Milan, e que auferiu 25,5 milhões de euros), Jorge Messi e Cláudio Biancucchi (respectivamente, pai e tio de Lionel Messi, considerado actualmente o melhor jogador de futebol do mundo, jogador do FC Barcelona, Bola de Ouro da FIFA em 2010, que auferiram a quantia de 24,4 milhões de euros), Anthony Hamilton (pai de Lewis Hamilton, condutor de Formula 1, que recebeu em 2008 a quantia de 18,8 milhões de euros) e Bosco Leite (pai do futebolista Kaká, que em 2008 era jogador do AC Milan e que alinha presentemente no Real Madrid FC, que foi remunerado no montante de 13,7 milhões de euros). Cfr. “Study on Sports Agents in the European Union”, *cit.*, pp. 52 e 53.

<sup>88</sup> O estudo adverte, todavia, para o facto de que, sobretudo no âmbito do futebol, 80% das comissões são pagas pelos clubes, persistindo ainda práticas desleais nesta matéria, resultantes, por exemplo, de comissões secretas. Daí que seja muito difícil analisar com total exactidão o peso económico da actividade dos agentes de jogadores na União Europeia.

<sup>89</sup> No top 10 das sociedades que se dedicam ao agenciamento de atletas/treinadores no âmbito do futebol, encontrava-se, em 2009, a Gestifute, do agente FIFA Jorge Mendes, que representava cerca de 73 praticantes desportivos profissionais, com um valor de mercado estimado de 435 milhões de euros. Prevê-se, aliás, que Jorge Mendes, eleito o melhor empresário do mundo pela Globe Soccer em 2010, tenha já movimentado 650 milhões de euros em transferências de jogadores. Entre as mais avultadas, encontram-se as de Cristiano Ronaldo (do Manchester United para o Real Madrid, por 96 milhões de euros), de Angel Di Maria (do SL Benfica para o Real Madrid, por 33 milhões de euros), de Anderson (do FC Porto para o Manchester United, por 31,5 milhões de euros), de Pepe (do FC Porto para o Real Madrid por 30 milhões de euros), de Ricardo Carvalho (do FC Porto para o Chelsea por 30 milhões de euros), de Danny (do Zenit S. Petersburgo para o Dínamo de Moscovo, por 30 milhões de euros), de Nani (do Sporting CP para o Manchester United, por 25,5 milhões de euros), de Bosingwa (do FC Porto para o Chelsea FC, por 20,5 milhões de euros) e de Paulo Ferreira (do FC Porto para o Chelsea FC por 20 milhões de euros). De seguida, encontrava-se a Stellar Football, que incluía agentes FIFA como David Manasseh, Jonathan

b) Modalidades desportivas com uma presença moderada dos agentes desportivos, como no caso do râguebi, do andebol ou do voleibol, sendo a sua intervenção neste âmbito particularmente recente, algo a que não é alheio o facto de se tratarem de modalidades ainda num processo de profissionalização, não gerando receitas tão elevadas como noutras, em que a transição para a profissionalização não só está finalizada, como também devidamente consolidada. A remuneração anual destes agentes varia, geralmente, entre 10.000,00 € e 585000,00 €.

c) Modalidades desportivas em que a intervenção dos agentes é feita de forma residual ou praticamente insignificante, como sucede na ginástica, no judo, no badminton, ténis de mesa, surf, etc., sendo irrelevante o peso económico da actividade por eles desenvolvida.

Em termos de remuneração, verifica-se uma heterogeneidade no que concerne à forma como esta é efectuada. Assim, se é verdade que há desportos, como sucede com o atletismo<sup>90</sup>, em que a comissão é paga pelo próprio atleta, a maior parte dos agentes é remunerado pelo clube, como sucede no caso do futebol ou do basquetebol. Há ainda um *tertium genus*, que envolve uma remuneração mista das outras duas partes envolvidas no processo negocial, ou seja, atleta e clube<sup>91</sup>.

Questiona-se também, no âmbito do estudo, se haverá a necessidade de se avançar para uma regulamentação uniforme da actividade destes agentes de jogadores por parte da União Europeia. A resposta proposta pelo estudo é negativa<sup>92</sup>, posição com a qual concordamos. Por um lado, trata-se de uma actividade que estará naturalmente sujeita à disciplina normativa do Tratado da União Europeia<sup>93</sup> e aos seus princípios norteadores, nomeadamente no que toca à livre circulação de pessoas, bens e serviços. Por outro lado, as directivas comunitárias<sup>94</sup> em matérias como a prestação de serviços

---

Barnett e Ertan Gorksu, que representava 218 atletas, com um valor de mercado estimado de 302 milhões de euros.

<sup>90</sup> Sucede frequentemente no atletismo o agente organizar também “*meetings*”, caso em que o agente recebe, não apenas a comissão da parte do atleta que representa, mas também uma comissão pela organização do evento.

<sup>91</sup> De salientar que o termo “clube” é aqui utilizado numa acepção que pretende abranger quer a entidade desportiva para a qual trabalha o desportista, seja o clube desportivo, a equipa de automobilismo, de ciclismo, etc., quer a entidade não desportiva, como patrocinadores, por exemplo.

<sup>92</sup> “Study on Sports Agents in the European Union”, *cit.*, pp. 5 e 6.

<sup>93</sup> In <http://www.ecb.europa.eu/ecb/legal/pdf/ce32120061229pt00010331.pdf>

<sup>94</sup> Por exemplo, a Directiva 2006/123/EC do Parlamento Europeu e do Conselho de 12 de Dezembro de 2006 acerca da prestação de serviços no âmbito do mercado interno ou a Directiva 2005/36/EC do

no mercado interno ou sobre o reconhecimento de qualificações profissionais no espaço da União Europeia serão também disciplina legislativa a ter em conta, sobretudo quando se trata de agentes que pretendem estabelecer-se ou exercer ocasionalmente a sua actividade num país membro da União Europeia diferente do da sua nacionalidade.

A este propósito, o Acórdão do Tribunal de Primeira Instância das Comunidades Europeias (vulgarmente conhecido como o Acórdão *Piau*<sup>95</sup>), constitui um exemplo<sup>96</sup> de

---

Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 Setembro de 2005, relacionada com o reconhecimento de qualificações profissionais no espaço da União Europeia.

<sup>95</sup> Como antecedentes deste processo T-193/02 estiveram as queixas apresentadas, em primeiro lugar, pela empresa dinamarquesa *Multiplayers International* e, mais tarde, pelo cidadão francês Laurent Piau junto da Comissão Europeia, que justificou a instauração da parte desta de um processo de infracção contra a FIFA, acusando-a de que Regulamento relativo à actividade dos agentes de jogadores (Regulamento adoptado pela FIFA a 20 de Maio de 1994, modificado a 11 de Dezembro de 1995, tendo entrado em vigor a 1 de Janeiro de 1996) continha disposições violadoras da concorrência, mais precisamente, o carácter obrigatório da licença FIFA, a proibição da sua atribuição a pessoas colectivas, a impossibilidade dos clubes e dos jogadores recorrerem ao serviço de agentes que não disponham da licença e a exigência da apresentação de uma garantia bancária. Na sequência deste processo administrativo desencadeado pela Comissão, a FIFA adoptou novo regulamento aplicável à actividade dos agentes de jogadores, que entrou em vigor a 1 de Março de 2001, sendo alterado a 3 de Abril de 2002. Neste regulamento, a FIFA manteve a obrigatoriedade de licença para o exercício da actividade de agente de jogadores e a proibição da sua concessão a empresas, alterando todavia vários aspectos do regime de acesso à profissão. Face a estas modificações, a Comissão entendeu que o Regulamento eliminara as principais restrições da concorrência, e que o carácter obrigatório da licença, apesar de se consubstanciar numa limitação de acesso ao mercado, seria todavia passível de justificação, pelo que entendeu que não haveria interesse comunitário em prosseguir a acção. Face a esta decisão, Laurent Piau solicitou junto do TPI a respectiva anulação.

No acórdão, de destacar o facto do TPI da CE, entender que a FIFA deve ser juridicamente considerada uma associação de empresas, porquanto agrupa no seu seio associações nacionais que devem ser consideradas empresas por via da actividade económica que prosseguem. Consequentemente, todas as decisões tomadas pela FIFA em matérias que extravasem a esfera estritamente desportiva estão sujeitas ao controlo comunitário da Comissão, do TPI e do próprio Tribunal de Justiça. Contrariamente ao que a Comissão havia decidido, o TPI entendeu que o comportamento da FIFA atinente com a regulamentação da actividade de agente de jogadores teria que ser analisado não apenas à luz do artigo 81.º do Tratado da CE, que proíbe os acordos e as decisões de associações de empresas que violam a concorrência, mas também do artigo 82.º, que proíbe, por seu turno, que as empresas que detêm uma posição dominante num determinado mercado, utilizem esse poder económico de forma restritiva da concorrência. Isto porque entendeu o TPI que a actividade dos agentes de jogadores desenvolve num mercado em que os serviços prestados por estes são adquiridos por jogadores e pelos clubes e no âmbito do qual a FIFA detém uma posição dominante. A este propósito, o Tribunal interrogou-se, inclusivamente, sobre qual a legitimidade da FIFA para elaborar uma regulamentação que fixa as regras de acesso e de exercício de uma profissão, porquanto a mesma deveria emanar de uma entidade com autoridade pública.

O TPI concluiu no sentido da inexistência de posição dominante por parte da FIFA, considerando que as restrições da concorrência que resultavam do Regulamento revelavam-se justificadas. Criticando tal posição, vide ANTÓNIO JOSÉ ROBALO CORDEIRO, “Crónica de Jurisprudência”, *Desporto & Direito, Revista Jurídica do Desporto*, n.º 6, Ano II, Maio - Agosto de 2005, Coimbra Editora, pp. 375 – 413.

<sup>96</sup> Outro exemplo dessa intervenção efectuada pelas instituições comunitárias no âmbito do desporto profissional decorre do processo C-265/03, que opôs o atleta Igor Simutenkov contra o Ministério de Educación y Cultura y Real Federación Española de Fútbol. O Tribunal de Justiça da Comunidade Europeia proferiu Acórdão a 12 de Abril de 2004, declarando o seguinte: “O artigo 23.º, n.º1, do Acordo de Parceria e de Cooperação entre as Comunidades Europeias e os Estados-Membros, por um lado, e a Federação da Rússia, por outro, assinado em Corfu, em 24 de Junho de 1994, e aprovado em nome das Comunidades Europeias através da Decisão 97/800/CECA, CE, Euratom, do Conselho e da Comissão, de 30 de Outubro de 1997, deve ser interpretada no sentido de que se opõe à aplicação a um desportista

intervenção das instituições comunitárias no âmbito do desporto profissional, mais especificamente no que concerne à avaliação dos efeitos que o Regulamento da FIFA sobre o exercício da actividade dos agentes de jogadores, poderá ter no mercado único.

Relativamente à disciplina jurídica dos contratos celebrados com agentes de outras nacionalidades, defende-se que, desde logo, a legislação interna de âmbito contratual será suficiente para proceder à respectiva regulamentação.

## **2. As estruturas representativas dos agentes de jogadores a nível europeu e a nível nacional**

Até este momento, os agentes desportivos têm uma associação representativa dos seus interesses a nível europeu apenas em duas modalidades desportivas.

No futebol, trata-se da *EFAA*<sup>97</sup> (*European Football Agents Association*), fundada em 2007, por iniciativa das associações nacionais de agentes de jogadores de sete países da União Europeia, entre os quais Portugal, Itália, França, Reino Unido, Alemanha, Espanha e Holanda. Esta associação tem como principais objectivos assegurar o profissionalismo e transparência da actividade desenvolvida pelos agentes e representar as associações nacionais a nível europeu.

No basquetebol, a *AEBA* (“*Association of European Basketball Agents*”)<sup>98</sup> foi criada em 1999, no sentido de reunir as várias estruturas representativas destes agentes a nível nacional e assegurar a transparência da actividade desenvolvida pelos mesmos. Actualmente, esta associação conta com 120 membros, a maior parte dos quais com uma licença FIBA. Esta associação tem desempenhado um papel relevante no sector, porquanto cooperou com a FIBA no sentido de estabelecer a regulamentação que lhes é aplicável.

A nível nacional, encontramos várias estruturas representativas de agentes de jogadores nas várias modalidades, pelo que faremos menção apenas às que nos parecem mais relevantes.

---

*profissional de nacionalidade russa, contratado regularmente por um clube com sede num Estado-Membro, de uma regulamentação adoptada por uma federação desportiva do mesmo estado, por força da qual os clubes só podem utilizar nas competições de âmbito nacional um número limitado de jogadores de Estados terceiros não pertencentes ao acordo sobre o Espaço Económico Europeu.”*

<sup>97</sup> Cfr. [www.eufootballagents.com](http://www.eufootballagents.com)

<sup>98</sup> Cfr. <http://aeba-basketballagents.org>

No basquetebol, há apenas duas estruturas representativas: a *Associazione Procuratori Pallacanestro*, em Itália, que reúne cerca de 60% dos agentes licenciados para o efeito, e a *AFAB, Association Française des Agents de Basketball*, criada em 2002 e que reúne cerca de 30% do total de agentes com licença para exercer a actividade em França.

No futebol, são oito as associações nacionais de agentes de futebol conhecidas. Na Alemanha, a *DFVV (Deutsche Fussballspieler Vermittler Vereinigung)*<sup>99</sup>, em Inglaterra a *FAA*<sup>100</sup> (*The Football Agents Association*), em Espanha a *AEAF (Asociacion Espanola de Agentes de Futbolistas)*<sup>101</sup>, em França a *UASF (Union des Agents Sportifs du Football)*, em Itália a *AIACS (Associazione Agenti Calciatori e Societa)*<sup>102</sup>, na Holanda a *ProAgent*<sup>103</sup>, em Portugal a *ANAF (Associação Nacional de Agentes de Futebol)*<sup>104</sup> e na Suécia a *Svenska Spelaragentforeningen*.

Também existem associações representativas dos interesses dos agentes de jogadores no rãguebi, nomeadamente em Inglaterra, França e Itália

Vejamos, agora de forma mais detalhada, de que forma a regulamentação desta figura tem sido efectuada nalguns países europeus.

### 3. Análise de direito comparado

No âmbito da União Europeia, decidimos centrar o nosso estudo nos ordenamentos jurídicos francês, italiano, espanhol e inglês, antes de nos determos no português. A análise do regime jurídico francês surge, em nossa opinião, como obrigatória, dado que foi o primeiro país da União Europeia a legislar sobre a actividade dos empresários desportivos.

---

<sup>99</sup> Na Alemanha, dos 259 agentes licenciados no âmbito do futebol, nem 20% faziam parte desta estrutura representativa. Cfr. [www.spielervermittler-vereinigung.de](http://www.spielervermittler-vereinigung.de)

<sup>100</sup> Em Inglaterra, dos 560 agentes licenciados, há 392 que, em 2009, eram membros da FAA, o que representa uma adesão de 70%.

<sup>101</sup> Espanha é o país com menor presença dos agentes desportivos licenciados nas respectivas estruturas representativas. No caso do futebol, dos 558 agentes licenciados em 2009, apenas 44 eram membros da AEAF, o que representa uma percentagem ínfima de 7,89%. Cfr. [www.agentesdefutbolistas.com](http://www.agentesdefutbolistas.com)

<sup>102</sup> Em Itália, a taxa de adesão é particularmente significativa, pois dos 563 agentes desportivos licenciados em 2009, 500 eram membros da AIACS. Cfr. [www.agenticalcio.com](http://www.agenticalcio.com)

<sup>103</sup> Cfr. [www.pro-agent.nl](http://www.pro-agent.nl)

<sup>104</sup> Em Portugal, dos 53 agentes licenciados existentes em 2009, 35 eram membros da ANAF, ou seja, 66%.

Por outro lado, em Itália, e apesar de se tratar de um dos países da União Europeia com mais empresários desportivos, não há ainda uma lei uniforme sobre a matéria. Veremos, no entanto, que no âmbito do futebol, a regulamentação do empresário desportivo tem evoluído significativamente na *FIGC*, havendo inúmeras soluções de inegável mérito que nos apraz registar.

A referência ao ordenamento jurídico espanhol assume relevância, essencialmente, pelo destaque que a regulamentação da actividade do empresário desportivo tem merecido na doutrina e na jurisprudência, em contradição com a ausência de legislação uniforme sobre a actividade do empresário desportivo. Também em Inglaterra, país no qual se iniciou a profissionalização do desporto, mais especificamente no futebol, se verifica uma ausência de lei geral sobre a matéria, parecendo-nos, no entanto, da maior relevância, destacar algumas soluções regulamentares recentes, no futebol, que foram adoptadas pela *FA*.

Esta incursão ao nível de direito comparado na União Europeia permitir-nos-á ter uma perspectiva geral sobre os pontos em comum e sobre as diferenças verificadas ao nível da regulamentação da actividade dos empresários desportivos.

### 3.1 Em França

*“L’intermédiaire du sport est avant tout un intervenant entre ceux qui cherchent un emploi, les sportifs, et ceux qui peuvent en offrir un, les groupements sportifs, les organisateurs de spectacles sportifs ou les collectivités territoriales”<sup>105</sup>*

Em França, a actividade do “intermediário desportivo” foi particularmente evidente a partir dos anos 90<sup>106</sup>, apesar de o legislador francês ter já intervindo em 1984

---

<sup>105</sup> THOMAS COLLARDEAU, *L’agent sportif*, Mémoire présenté dans le cadre du DEA de Droit des Affaires, Institut de Droit des Affaires d’Aix-Marseille, 2001, p. 4, *apud* ANDRÉ DINIS DE CARVALHO, “A profissão de empresário desportivo – uma lei simplista para uma actividade complexa?”, *Desporto & Direito, Revista Jurídica do Desporto*, n.º2, Janeiro – Abril de 2004, Coimbra Editora, p. 255.

<sup>106</sup> Neste sentido, *vide* SERGE PAUTOT, *Le Sport et la loi*, Guide juridique pratique, Éditions Jûris Service, 1997.



através da introdução do artigo 15-2 na Lei 84-610 de 16 de Julho<sup>107</sup>. Com a progressiva preponderância<sup>108</sup> que lhe foi sendo reconhecida, o legislador francês veio alterar a redacção desta lei, primeiramente em 1992, através da Lei 92-652, de 13 de Julho, e posteriormente, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 2000-627, de 6 de Julho, que estabelece que *“toda a pessoa que exerça, a título ocasional ou habitual, mediante remuneração, a actividade que consiste em colocar em contacto as partes interessadas na conclusão de um contrato relativo ao exercício remunerado de uma actividade desportiva, deve ser titular de uma licença de agente desportivo”*.

Tratou-se, verdadeiramente, de uma regulamentação pioneira a nível europeu, conforme refere JEAN-PIERRE KARAQUILLO<sup>109</sup>. A designação inicial de “intermediário desportivo” foi posteriormente alterada aquando da entrada em vigor da Lei n.º 2000-627, de 6 de Julho de 2000, uma vez que o artigo 7.º veio modificar a redacção do artigo 15.º-2 da Lei n.º 84-610 de 16 de Julho de 1984, adoptando a designação de “agente desportivo”. Trata-se, em bom rigor, de uma mera alteração terminológica, à qual não corresponde uma alteração substancial das funções por ele exercidas, dado que este agente continua a ser definido como *“toute personne exerçant à titre occasionnel ou habituel, contre rémunération, l’activité consistant à mettre en rapport les parties intéressées à la conclusion d’un contrat relatif à l’exercice rémunéré d’une activité sportive”*, o que potencia os riscos de uma representação simultânea das partes envolvidas no processo negocial<sup>110</sup>. A actividade deste agente desportivo está dependente, desde a alteração legislativa de 2000<sup>111</sup>, da concessão de uma licença da competência das federações desportivas. Os agentes que exerçam a actividade sem a

---

<sup>107</sup> Como salienta LEAL AMADO, *Vinculação versus Liberdade*, ob. cit., p. 493, de acordo com a anterior redacção da lei francesa, a actividade deste intermediário apenas podia ser exercida após declaração prévia junto da autoridade administrativa, tendo o Ministro dos Desportos, mediante parecer da comissão de controlo da actividade dos intermediários do desporto, a prerrogativa de interditar, temporária ou definitivamente, o exercício de tal actividade a qualquer intermediário desportivo, cuja conduta tivesse atentado contra os interesses materiais ou morais de um ou mais desportistas ou de uma ou mais entidades desportivas.

<sup>108</sup> França é o país da União Europeia em que os “agentes desportivos” exercem a sua actividade profissional em mais modalidades desportivas, ao todo dezoito, que vão desde as mais tradicionais, como o futebol, o basquetebol o atletismo, o boxe, o voleibol, o andebol, o golfe ou o ciclismo, a outras menos habituais, como o ténis, o motociclismo, a vela ou o *wrestling*. Em 2009, eram sensivelmente 440 os intermediários desportivos oficiais, de acordo com os dados apurados pela União Europeia.

<sup>109</sup> JEAN-PIERRE KARAQUILLO, “La réglementation de l’activité d’intermédiaire du sport: une réglementation de transition?”, in *Droit du Sport: la loi n.º 92-652 du 13 juillet 1992*, Paris, 1994, p.107.ss.

<sup>110</sup> Neste sentido, vide LEAL AMADO, ob. cit., págs. 492 e 493.

<sup>111</sup> Na anterior redacção da lei francesa, a actividade do intermediário do desporto dependia de uma declaração prévia junto da autoridade administrativa, podendo o Ministro dos Desportos interditar o exercício de tal actividade a quem já tivesse causado prejuízos económicos ou morais a um ou mais desportistas ou a clubes. Para mais desenvolvimentos, cfr. LEAL AMADO, cit., pág. 493.

respectiva licença poderão, nos termos do artigo 15.º – 2, ser sujeitos a várias sanções, entre as quais a possibilidade de aplicação de uma pena de prisão por um ano.

O pioneirismo francês nesta matéria é particularmente evidente se tivermos em conta também a proposta de lei apresentada junto da “*Assemblée Nationale*”, denominada de proposta “*Rochebloine*”<sup>112</sup>, relativa ao estatuto dos agentes desportivos que, todavia, tarda em merecer a respectiva aprovação. Esta proposta de lei aborda inúmeros aspectos meritórios<sup>113</sup>, relacionados com os agentes desportivos estrangeiros<sup>114</sup>, o regime das incompatibilidades<sup>115</sup>, o *numerus clausus*<sup>116</sup>, o modo de remuneração dos agentes, a noção de colaborador do agente desportivo e a própria responsabilidade das partes.

Um dos aspectos que cumpre salientar relaciona-se com a remuneração dos agentes, dado que este é um aspecto fundamental para o correcto enquadramento jurídico desta figura: o legislador francês, em coerência com a própria noção de agente desportivo, admite que este seja remunerado quer pelo seu representado, quer pelo próprio clube, quer por ambos<sup>117</sup>. A legalização de tal prática contrariava, no domínio do futebol, o artigo 12.3 do anterior Regulamento da FIFA sobre agentes de jogadores, de 10 de Dezembro de 2000, que dispunha que “*o agente de jogadores apenas poderá receber remuneração do cliente que tenha contratado os seus serviços e de nenhuma outra parte*”. A entrada em vigor do Regulamento da FIFA sobre os agentes de jogadores, a 1 de Janeiro de 2008 (após a sua aprovação pelo Comité Executivo da FIFA a 29 de Outubro de 2007), dissipou alguns destes problemas, com a redacção do

---

<sup>112</sup> Nome de um deputados responsáveis pela sua criação, François Rochebloine, sendo que o outro deputado criador da mesma foi Edouard Landrain.

<sup>113</sup> Para mais desenvolvimentos, vide JUAN DE DIOS CRESPO PÉREZ, “Agentes deportivos: qué futuro?”, *cit.*, de 27 de Dezembro de 2006, in [www.iusport.es](http://www.iusport.es)

<sup>114</sup> Trata-se de um aspecto a exigir uma regulamentação urgente da parte do legislador francês, uma vez que a lei em vigor não permite que um agente estrangeiro não comunitário, não residente em França, intervenha numa operação desportiva realizada exclusivamente neste país, o que é contrário ao direito comunitário. A proposta de lei pretendia permitir que os extracomunitários que não vivam em França pudessem trabalhar esporadicamente como agentes desportivos, desde que observassem alguns dos requisitos estabelecidos na lei.

<sup>115</sup> Da proposta consta que a licença de agente desportivo se deve restringir apenas às pessoas físicas (e não jurídicas), que não sejam membros de uma qualquer entidade desportiva, aqui entendida no sentido o mais abrangente possível, e independentemente de serem ou não remunerados.

<sup>116</sup> A *ratio legis* da exigência deste *numerus clausus* radica no pressuposto de que a abundância será sinónimo de fraqueza moral: quanto mais agentes, menos trabalho, daí a consequente necessidade de alguns recorrerem a práticas desleais. Trata-se, em nosso entendimento, de um juízo criticável e com uma sustentação jurídica inviável, como defende também JUAN DE DIOS CRESPO PÉREZ, *ob. cit.*

<sup>117</sup> Trata-se do fenómeno a que a terminologia anglo-saxónica designa de “serving two masters”.

artigo 20.º, que estabelece as condições de remuneração do agente<sup>118</sup> na eventualidade da ter sido contratado pelo desportista ou pelo clube.

A natureza jurídica do contrato celebrado com este “agente desportivo” não é clara. THOMAS COLLARDEAU<sup>119</sup> entende que, regra geral, tais contratos se deverão reconduzir à figura jurídica da mediação, dado que o mediador apenas desenvolve os actos preparatórios do contrato, ficando as partes livres de o celebrar ou não. Todavia, não afasta a hipótese de o mesmo ser qualificado também como um mandato, nos casos (excepcionais) em que o empresário tenha poderes para celebrar um contrato-promessa de trabalho. Nesta situação estaríamos perante um contrato misto, com elementos típicos da mediação e do mandato.

### 3.2. Em Itália

*“L’avvento dei procuratori sportivi a contributo, in maniera forse decisiva, a spostare l’ago della bilancia a favore degli atleti, a scapito del potere contrattuale tradizionalmente nelle mani dei club”*

120

Itália é dos países da União Europeia com maior número de empresários desportivos<sup>121</sup>, cujo âmbito de actividade se estende a doze modalidades desportivas diferentes. No entanto, não existe ainda nenhum diploma legislativo que discipline a actividade dos empresários desportivos<sup>122</sup>. Em face da ausência de uma disciplina legislativa unitária nesta matéria, a análise do regime jurídico dos empresários desportivos terá que ser feita, forçosamente, por referência aos fenómenos de auto-regulação, essencialmente no âmbito do futebol e do boxe.

No domínio do futebol, são 721 os agentes de futebolistas licenciados em actividade em Itália, o maior número de toda a União Europeia. Desde 1990 até hoje,

---

<sup>118</sup> Actualmente, são 276 os agentes de futebolistas licenciados em França. Neste sentido, vide [www.fifa.com](http://www.fifa.com).

<sup>119</sup> THOMAS COLLARDEAU, *L’Agent Sportif*, cit., p. 24 e seguintes.

<sup>120</sup> ANDREA ZOPPINI, *ob. cit.*, p. 637.

<sup>121</sup> Em 2009, o número oficial de empresários desportivos era de 618, sendo 563 deles no âmbito do futebol.

<sup>122</sup> Para mais desenvolvimentos, vide MARIO SANINO, *Diritto Sportivo*, Cedam, Padova, 2002, pp. 64 e seguintes.

assistiu-se a uma metamorfose da figura de “*mediatore che diviene prima procuratore e poi agente di calciatori*”.<sup>123</sup>

A regulamentação da actividade dos “*procuratori sportivi*”, tomando por base esta modalidade desportiva, começou por encontrar a sua previsão no Regulamento da FIGC (*Federazione Italiana Gioco Calcio*), em 1990. O artigo 1.º do Regulamento da FIGC, qualificava a actividade do procurador como aquela “*destinata ad assistere il calciatore professionista nella definizione dei termini del rapporto contrattuale che lo lega alla società, dalla durata al compenso e ad ogni altra pattuizione del contratto inerente la prestazione sportiva, nonché ad assisterlo nella cessione dei diritti della personalità*”. Significa isto que, em tal regulamento, a figura do “*procuratore sportivo*” era considerada como a pessoa física que presta um serviço de assistência, ou de mandato sem representação, a favor ou no interesse de jogadores profissionais, na actividade dirigida à regulamentação jurídica com sociedades desportivas. A regulamentação do “*procuratore*” no *calcio* encontra a sua razão de ser na necessidade e na exigência de uma tutela específica do atleta no âmbito deste desporto profissional. ANDRÉ DINIS DE CARVALHO<sup>124</sup> refere, a este propósito, que os elementos qualificativos da disciplina jurídica dos “*procuratori sportivi*” são a inscrição, num registo próprio, mediante requisitos específicos e mediante um tecto máximo de jogadores que poderão representar, dos procuradores para assim exercerem a respectiva actividade. O cerne desta disciplina radica na norma que proíbe que os jogadores se façam representar por sujeitos diversos dos que sejam procuradores desportivos, estabelecendo também, quanto aos demais agentes, uma proibição de ter negociações, manter contactos, com vista à celebração de um contrato.

Já no regulamento seguinte, em 1997, sob influência da sentença do caso Bosman e do primeiro regulamento da FIFA de 1994, alterou-se a denominação para “*procuratore di calciatori*”, regulamentando-se a relação com o atleta e deixando de parte a que se estabelece com clubes. Sedimentava-se, com este outro regulamento, um sistema autónomo e uma qualificação profissional autónoma, susceptível de ser caracterizada como uma “*sorta di ordine professionale (quindi da un proprio consiglio e da una propria disciplina), cui si accede superando un esame e prestando una garanzia*

---

<sup>123</sup> MATTEO DI FRANCESCO, *Il ruolo dell'agente di calciatori tra ordinamento sportivo e ordinamento statale*, Bari, Cacucci Editore, 2007, pp. 27-36.

<sup>124</sup> “Empresário Desportivo – Condições de exercício de profissão – Direito à escolha de profissão”, *Desporto & Direito, Revista Jurídica do Desporto*, n.º 1, Setembro – Dezembro de 2003, Coimbra Editora, pp. 168 e 169

*personale al fine d'iscriversi in un apposito albo*"<sup>125</sup>, que suscitava questões duvidosas em face do próprio direito civil italiano e em face da própria liberdade de prestação de serviços propugnada no seio do direito comunitário. Daí que ZOPPINI<sup>126</sup>, em face do regulamento em vigor em 1999, alertasse que o caminho que via perfilar-se no horizonte do legislador desportivo italiano seria um destes: ou se permitia a entrada do “*procuratore*” no próprio ordenamento jurídico desportivo, sujeitando-o a todos os direitos e obrigações da “*lex speciali*” ou, inversamente, se assegurava uma progressiva liberalização da actividade do “*procuratore di calciatori*”, ficando este subordinado apenas à regulação do ordenamento jurídico geral, nomeadamente do direito civil.

Em 2001, alterou-se de novo a designação para “*agenti di calciatori*”, com o regulamento aprovado a 22 de Novembro e que entrou em vigor em 2002, que instituiu um registo de agentes junto da FIGC, fazendo depender igualmente a qualificação e o exercício da actividade de agente da existência de uma licença específica, atribuída pela própria FIGC ou outra federação estrangeira. Todavia, enquanto que, em face do anterior regulamento, as sociedades e os clubes desportivos deveriam obrigatoriamente recorrer a procuradores desportivos, de acordo com este novo regulamento prevê-se que tal actividade só seja exercida por advogados devidamente inscritos no registo, disciplinando-se também as modalidades e requisitos do mesmo. O novo regulamento previa também que o agente pudesse constituir uma sociedade da qual fosse o representante legal, cujo objecto social fosse exclusivamente a actividade de representação, para desenvolver a sua actividade, à qual conferiria os direitos económicos e patrimoniais que derivam do contrato estabelecido com o jogador, desde que este o autorizasse expressamente. Previa-se, por último, os direitos e deveres do agente, da sociedade e do jogador, estatuinto-se que quaisquer controvérsias entre agentes, entre agentes e jogadores ou clubes seriam dirimidas por uma comissão arbitral específica constituída para o efeito.

A designação de “*agenti di calciatori*” perdura até hoje, em face do novo “*Regolamento FIGC per Agenti di Calciatori*” que foi aprovado a 28 de Dezembro de 2006 e entrou em vigor a 1 de Fevereiro de 2007<sup>127</sup>. Tal regulamento teve em linha de conta o RRAJ da FIFA, que estabelece, no seu preâmbulo, que cabe a cada Federação nacional adoptar o seu próprio regulamento em harmonia com as definidas pela

---

<sup>125</sup> ANDREA ZOPPINI, *ob. cit.*, p. 641.

<sup>126</sup> *Ob. cit.*, p. 645.

<sup>127</sup> Cfr. [www.figc.it](http://www.figc.it)

Federação Internacional. Como tal, as regras essenciais são parametrizadas pelas da FIFA, nomeadamente no que concerne à necessidade de exame para obter licença, ao seguro obrigatório, à assinatura de código de ética e à necessidade de redução a escrito dos contratos com prazo máximo de 2 anos. De salientar que, contrariamente ao que conta do RRAJ da FIFA, que prevê uma remuneração de 5% em caso de ausência de estipulação das partes, o “*Regolamento da FIGC per Agenti di Calciatori*” prevê que o agente seja remunerado em 3%.

Particularmente relevante neste regulamento é o artigo 15.º, que dispõe acerca dos conflitos de interesses: sob pena de nulidade do contrato, além de outras sanções possíveis<sup>128</sup>, não poderá o agente representar o interesse de mais de uma parte numa negociação entre equipas, ou entre equipas e atleta. É também proibido ao agente receber qualquer quantia ou celebrar contrato com um clube pelo qual actuam jogadores que sejam representados por ele. Este normativo consagra ainda uma medida de “quarentena” para o agente que tenha intervindo na transferência de um jogador para um clube, consagrando a proibição, durante 12 meses, do agente poder receber qualquer quantia desse clube; *mutatis mutandis*, se tiver actuado, ao serviço de um clube, na contratação de um atleta, estar-lhe-á vedada, por 12 meses, qualquer possibilidade de estabelecer acordos com esse atleta ou receber quantias. Por último, de salientar ainda que, nos termos do artigo 15.º, n.º 5, se proíbe que os treinadores sejam agenciados.

Todavia, sabemos que a actividade destes profissionais pode ser muito mais diversa e complexa do que a que resulta da análise desta disciplina jurídica no domínio do futebol. Se tivermos em conta o “*contrato di procura sportiva*” regulado na FPI (*Federazione Pugilistica Italiana*), constatamos que a natureza deste contrato e as funções desempenhadas pelos “*procuratori*” assumem contornos distintos que convém referir.

Tendo por base o disposto nas “*Condizione Generali del Contrato di Procura*” da F.P.I., verificamos que o pugilista tem que constituir um procurador a quem confira mandato pleno e exclusivo para o representar junto da F.P.I. e em todos os assuntos que estejam relacionados com os interesses e a carreira profissional do atleta. Em especial, o pugilista tem as obrigações de, entre outras, e ao abrigo deste contrato, seguir

---

<sup>128</sup> Outras sanções possíveis em face do regulamento são a censura, a multa, a suspensão ou a revogação da licença, cuja apreciação e aplicação está confiada ao órgão de justiça desportiva da Federação Italiana, cabendo recurso para a *Camera de Conciliazione e Arbitrato perl o Sport*, junto do Comité Olímpico Italiano.

diligentemente as orientações e as directrizes do seu “*procuratore*” em tudo o que diga respeito à sua formação desportiva e às próprias condições de eficiência física, seguir o treino prescrito pelo “*procuratore*”, no local e com a duração indicadas, e salvo consentimento expresso deste, não frequentar academias ou outros locais privados para a prática desportiva e não participar em combates de pugilato, mesmo que apenas de exibição<sup>129</sup>.

Por outro lado, ao “*procuratore*” cabe tratar dos interesses económicos e pessoais do atleta, como se fossem os seus, desde que relacionados com a carreira e actividade desportiva do próprio atleta. Em especial, cabe-lhe dirigir a carreira desportiva do atleta para que esta possa atingir o maior sucesso possível e conservar e aumentar o seu prestígio, tratar de todas as questões burocráticas e administrativas inerentes à actividade desportiva, dirigir o treino e dar as melhores instruções técnico-profissionais ao atleta, seja pessoalmente, seja através de um instrutor idóneo e devidamente habilitado para o efeito, escolhido por si, para assim potenciar as capacidades técnico-profissionais do atleta, adiantar o pagamento de despesas inerentes ao treino do atleta, bem como despesas de viagem e estadia, que lhe serão reembolsadas posteriormente através da dedução aos montantes recebidos pelo pugilista ou até suspender a actividade desportiva deste, quando entender que a sua condição física o aconselha.

Deste modo, e tendo em conta não só o artigo 3.º do regulamento da F.P.I., que determina que “*tutti i pugili professionisti debbono stipulare, all’atto del tesseramento, un contratto di procura sportiva con un procuratore tesserato*”, bem como as restantes normas do regulamento e as condições gerais supra enunciadas, cumpre averiguar se estamos perante a figura clássica do agente desportivo, ou eventualmente, perante uma figura com contornos distintos, susceptíveis de levar a um enquadramento diverso. Tal tarefa é tanto mais difícil se tivermos em consideração que, da análise do Regulamento da F.P.I., não consta qualquer definição de “*procuratore sportivo*”. GIACOMO BORRIONE<sup>130</sup> sustenta, por isso, que incumbe ao intérprete recorrer às normas do

---

<sup>129</sup> Cabe ainda ao *procuratore* escolher o treinador de pugilato que o vai acompanhar, devendo o atleta respeitar escrupulosamente as instruções deste. Tal obrigação resulta da alínea f) das Condições Gerais, que estipula que o pugilista “*si obbliga a ricevere ed a seguire com ogni attenzione gli insegnamenti dell’istruttore di pugilato che il suo procuratore vorrà assegnargli*”, obrigação esta que está intrinsecamente ligada a uma outra, a que resulta do al. g), que estipula que o atleta “*si obbliga ad astenersi dal ricevere insegnamenti e lezione da istruttori di pugilato che a ciò non siano espressamente designati dal suo procuratore*”.

<sup>130</sup> GIACOMO BORRIONE, “Osservazione sul contratto di procura sportiva nel pugilato professionistico”, *R.D.S.*, 1999, pp. 650.

Código Civil Italiano vigente, em matéria de mandato<sup>131</sup>, para procedermos ao correcto enquadramento da figura em causa. Da análise das obrigações e da natureza jurídica do contrato, constantes do Regulamento da F.P.I., resultará a compreensão sobre se estamos efectivamente perante um mandato ou se, diversamente, caso haja uma discrepância face ao regime jurídico do mandato, perante uma outra figura com uma natureza jurídica distinta. Ora, assumindo que do Regulamento resulta estarmos perante uma figura, a do “*procuratore sportivo*”, que é o sujeito habilitado a subscrever contratos com atletas profissionais e assim dirigir, a título oneroso, a carreira desportiva destes, em termos abstractos nenhuma dúvida se levantaria quanto à sua subsunção à figura do mandato<sup>132</sup>. Todavia, em face da leitura das condições gerais supra aludidas, e do binómio direitos-deveres do “*procuratore*”, entende BORRIONE<sup>133</sup> que “*il contratto di procura sportiva predisposto dalla Federazione prevede un vincolo di subordinazione*”, sobretudo se recordarmos que o *procuratore* tem o poder de estabelecer os horários dos treinos, o direito de impor um modo específico de preparação física ou o poder-dever de tratar de todos os instrumentos técnicos para o desenvolvimento da actividade do pugilista.

Nesse sentido, defende o autor que estamos perante um contrato misto, que combina elementos típicos do mandato e elementos típicos do contrato de trabalho (dada a possibilidade de impor o horário e o local de trabalho), devendo o intérprete, por via do recurso ao critério da absorção, aplicar o regime jurídico do contrato de trabalho, por se tratar do conteúdo negocial de maior relevo.

Tal solução afigura-se-nos como de afastar à luz do regime jurídico português, dado que somos da opinião que dificilmente se poderá conceber que, no âmbito de uma qualquer relação estabelecida entre empresário e praticante desportivo profissional, e independentemente da modalidade desportiva, possamos admitir qualquer vínculo de subordinação jurídica que justifique a subsunção ao regime do contrato do trabalho. Como teremos oportunidade de justificar no capítulo IV, o contrato celebrado com o empresário desportivo deverá ser enquadrado, ou numa das modalidades (típicas ou atípicas) da prestação de serviços, ou considerado como um contrato atípico.

---

<sup>131</sup> O artigo 1703 do Código Civil italiano estatui que “*Il mandato è il contratto con il quale una parte si obbliga a compiere uno o più atti giuridici per conto dell'altra*”.

<sup>132</sup> Isto apesar da existência de um elemento perturbador e juridicamente anómalo, que tem a ver com a obrigação, imposta pela F.P.I., de se subscrever um “*contratto di procura sportiva*”, o que coloca em causa a liberdade negocial do pugilista, prevista no art.1322.º do Código Civil italiano.

<sup>133</sup> *Ob. cit.*, p. 652.



### 3.3. Em Espanha

Em Espanha, para além da dificuldade resultante de se utilizar, indistintamente, para designar a mesma figura, os termos de “representante”, de “intermediário” e de “agente”, a questão torna-se mais complexa tendo em conta que também não existe uma regulamentação jurídica estatal nesta matéria. A regulamentação em vigor resulta exclusivamente do fenómeno associativo, preferencialmente no âmbito do futebol<sup>134</sup>, por via do RRAJ (Regulamento relativo a Agentes de Jogadores) da FIFA. Em Abril de 2011, eram já 584 os agentes licenciados em Espanha, que exerciam a sua actividade no âmbito do futebol. Também a Federação Espanhola de Râguebi<sup>135</sup> e a Federação Espanhola de Atletismo<sup>136</sup> regulamentaram a actividade do agente desportivo. Todavia, enquanto que a primeira o designa de “agente”, já a Federação Espanhola de Atletismo menciona o “representante do atleta”.

Como salienta LUÍS MARÍN HITA<sup>137</sup>, a regulação pela via associativa levanta limitações de diversa índole. Uma primeira limitação tem a ver com o facto de ser exclusivamente aplicável à modalidade desportiva especificamente regulada por essa associação, o que origina que coexistam regulamentações distintas, consoante estejamos no âmbito do futebol, do râguebi ou do atletismo, por exemplo. Por outro lado, e tendo em conta aos artigos 6.º, al. c), 7.º e 11.º, n.º 2, da Lei Orgânica 1/2002, de 22 de Março, que regula o direito de associação, verificamos que estes regulamentos assumem eficácia meramente interna, vinculando apenas os respectivos associados. Por último, e dado que as Federações Desportivas são associações privadas no direito espanhol<sup>138</sup>, mesmo sabendo que detêm algumas prerrogativas de direito público de carácter administrativo (*ex vi* artigo 30.2 da *Ley del Deporte* e artigo 1.1, *in fine*, do Real Decreto sobre Federações Desportivas), em caso algum a regulamentação do fenómeno dos agentes desportivos poderá entender-se como estando incluída nessas mesmas

---

<sup>134</sup> Todavia, em Espanha é possível identificar a presença activa de empresários desportivos em catorze modalidades desportivas diferentes, sendo que, em 2009, o número total de agentes desportivos oficiais era de 618.

<sup>135</sup> O Regulamento Geral da Federação Espanhola de Râguebi incluiu um capítulo 10 no Título II, dedicando à definição e regulamentação dos agentes desportivos.

<sup>136</sup> Em 2000, a Federação Espanhola de Atletismo elaborou um Regulamento Federativo sobre os representantes de atletas.

<sup>137</sup> “Sobre la retribución de los agentes de los deportistas profesionales”, *Revista Jurídica del Deporte*, 2003-1, n.º 9, p. 222.

<sup>138</sup> Vide artigo 30.º, n.º1, da Lei 10/1990, e artigo 1.º, n.º1, primeiro parágrafo, do Real Decreto 1835/1991, sobre Federações Desportivas Espanholas).

atribuições públicas. Por isso mesmo, estamos perante uma actividade a necessitar de um estudo e de uma análise coerente, de uma regulamentação normativa unitária, no sentido de superar algumas hesitações doutrinárias e interpretações jurisprudenciais duvidosas.

A *Ley del Deporte* estatal visou dar cumprimento ao preceito constitucional constante do artigo 43.3, inserido no Capítulo III da Constituição Espanhola, que reconhece o direito dos cidadãos à educação física e ao desporto. Além desta, há uma panóplia de leis autonómicas das várias Regiões que versam sobre o desporto, que fazem com que LUIS MARÍN HITA<sup>139</sup> refira que o direito desportivo se está a enraizar e a afirmar como ramo especial de direito em Espanha, como um conjunto de normas multidisciplinares que regulamentam o desporto em geral e o desporto profissional em especial, congregadoras de normas de direito administrativo, laboral ou comercial.

Relativamente à figura do agente desportivo, e tomando por base a exposição deste autor sobre a matéria, a tarefa tendente à sua delimitação é complexa, não só pela circunstância de surgir, na prática, associada a designações diferentes, como também pela amplitude das tarefas a que o empresário está adstrito perante o jogador profissional. Todavia, e apesar da excessiva amplitude da designação, propõe este autor que, até que a doutrina e a jurisprudências espanholas aprofundem esta temática, a denominação de “representante” seja a mais correcta, por ser a que mais se aproxima do conceito de “*sports agent*”, embora reconheça que, desempenhando ele funções tão diversas e de natureza tão variada, se torna missão quase impossível reconduzi-las à mesma figura, com o mesmo tratamento jurídico.

Sabendo então que este “representante” não é um mero intermediário do jogador, mas que realiza outras funções de assessoria desportiva para este e para o clube, assumindo-se inclusivamente, em certos casos, como um promotor e gestor dos negócios de *merchandising* que o envolvem, qual o regime jurídico que regula estas relações contratuais?

O Real Decreto 1006/1985, de 26 de Junho<sup>140</sup>, que disciplina a relação laboral especial do jogador profissional em consonância com o estabelecido no artigo 2.1, alínea d) do Estatuto dos Trabalhadores, determina que o desportista profissional é um trabalhador que está inserido dentro de uma organização, estrutura e às ordens do clube

---

<sup>139</sup> “Trabajo centrado en la delimitación de la figura de los agentes de jugadores profesionales”, *La Ley – Actualidad de los días 10 y 11 de Noviembre de 1997*, p. 2, também disponível em [www.iusport.es](http://www.iusport.es)

<sup>140</sup> Revogou o anterior Real Decreto 318/1981, de 5 de Fevereiro.

ou sociedade anónima empregadora que o contrata<sup>141</sup>, o que levanta algumas dificuldades relacionadas com a inclusão ou não, neste conceito, dos desportistas que praticam desportos individuais. Propõe assim LUÍS MARÍN HITA<sup>142</sup> que, articulando o artigo 1.2 deste Real Decreto, que nos dá a noção de desportista profissional, com o artigo 1.3, que considera incluídos no âmbito de aplicação deste diploma as relações estabelecidas com carácter regular entre desportistas profissionais e empresas cujo objecto social consista na organização de espectáculos desportivos, deverá considerar-se como critério diferenciador para se aferir da inclusão ou exclusão de um desportista do âmbito de aplicação do Real Decreto 1006/1985, o carácter regular da actividade que desenvolva para um empresário, clube ou entidade<sup>143</sup>.

Ora, no direito laboral espanhol, exceptuando o caso da negociação colectiva, não é permitida a representação<sup>144</sup> do trabalhador contratante aquando da celebração do contrato de trabalho com a entidade empregadora, dado que o contrato de trabalho tem natureza *intuitu personae*. Consequentemente, está expressamente proibida a mediação, neste âmbito, com fins lucrativos<sup>145</sup>. Assim sendo, se a relação que se estabelece entre o desportista profissional e o clube ou sociedade anónima é de carácter laboral, sabendo que os agentes desportivos (ou “representantes”, como a doutrina espanhola os designa preferencialmente) têm como uma das suas funções principais representar o jogador, servindo de intermediário entre este e o clube, deveríamos então concluir que se trata de uma actuação vedada por uma norma imperativa, e como tal nula, de acordo com o artigo 6.3 do Código Civil espanhol, sendo igualmente nulo o contrato que vincula agente e jogador.

Todavia, e *de iure condendo*,<sup>146</sup> entende-se que se deveria abrir uma excepção relativamente aos agentes de desportistas profissionais, não só porque vêm exercendo esta mesma actividade desde há largos anos em todo o mundo, mas acima de tudo

---

<sup>141</sup> Cfr. Artigo 1.2 do Real Decreto 1006/1985, que define desportista profissional como “*quienes, en virtud de una relación establecida con carácter regular, se dediquen voluntariamente a la práctica del deporte por cuenta y dentro del ámbito de organización y dirección de un club o entidad deportiva a cambio de una remuneración*”.

<sup>142</sup> “Trabajo centrado en la delimitación de la figura de los agentes (...)”, *cit.*, p. 4.

<sup>143</sup> Deste modo, não cumprirá este requisito da regularidade, a actividade do tenista ou do jogador de golfe que se inscreve apenas nos torneios que entende, que treina apenas quando tem vontade, etc.

<sup>144</sup> Apenas se poderá admitir a intervenção de um representante nos casos em que o trabalhador é um menor de dezoito anos e maior de dezasseis e necessita de autorização expressa ou tácita do seu representante legal para proceder à celebração do contrato de trabalho – *cfr.* Artigo 7.º do Estatuto dos Trabalhadores.

<sup>145</sup> *Vide* artigo 16.2 do Estatuto dos Trabalhadores, que consagra tal proibição, em consonância com Convénios da OIT ratificados por Espanha.

<sup>146</sup> Para mais desenvolvimentos, *vide* MIGUEL CARDENAL CARRO, “Las relaciones laborales en el deporte profesional”, *Deporte y Derecho*, pp. 228 e seguintes.

porque a proibição em causa prejudicaria precisamente quem se quer proteger, ou seja, o trabalhador. Esta afirmação resulta da constatação de que o desportista profissional deve centrar-se exclusivamente no seu trabalho, nos treinos e nos jogos, sem ter de preocupar-se com os vários aspectos respeitantes à gestão da sua carreira e que podem influenciar negativamente o seu rendimento desportivo. Acresce que, no caso dos jogadores profissionais de maior expressão mediática, esses jogadores funcionam como se de uma empresa se tratasse, implicando, da parte do agente, a prestação de serviços relacionados com a exploração dos direitos de imagem do atleta, assessoria fiscal, financeira, etc. Além disso, a proibição da mediação no domínio das relações desportivas laborais acabaria, na prática, por conduzir a alguns resultados injustos, permitindo que o clube ou sociedade anónima desportiva se recusasse a pagar ao agente a comissão devida pelo seu trabalho. Aliás, e do ponto de vista jurisprudencial, a solução destes diferendos entre agente e jogador ou clube/sociedade anónima desportiva, poderia inclusivamente ser decidida de forma distinta, consoante fosse apreciada pelos Tribunais de Trabalho (que tenderá a negar o direito à comissão por se tratar de uma actividade expressamente proibida no domínio das relações laborais) ou pelos Tribunais Cíveis (no âmbito dos quais, e havendo um documento titular do crédito do agente, dado o carácter abstracto que se reconhece a estes documentos, propender-se-á a reconhecer o direito à comissão, provada que esteja a dívida para com o agente em virtude do trabalho por ele desenvolvido).

Fora deste domínio laboral, a intervenção do agente será totalmente lícita, por exemplo, nas situações em que este preste os seus serviços a um clube ou sociedade anónima desportiva. Também não haverá impedimento jurídico algum nos casos em que o agente intervenha em representação de um praticante profissional de desportos individuais.

Em Espanha, este fenómeno conhece poucos desenvolvimentos doutrinários e jurisprudenciais e uma insuficiente regulamentação do ponto de vista legal. Para suprir o obstáculo legal que advém da proibição da mediação com intenção lucrativa no âmbito laboral, concordamos com a proposta supra enunciada de abrir uma excepção no caso dos agentes de jogadores, tendo em conta o próprio interesse do trabalhador. Não se trata, verdadeiramente, de conceder privilégios a nenhuma classe, como salvaguarda LUÍS MARÍN HITA<sup>147</sup>, mas de tratar de maneira diferente aqueles que são, de facto,

---

<sup>147</sup> “Trabajo centrado (...)”, *cit.*, pág.2

diferentes, ou seja, os desportistas profissionais. O conteúdo e âmbito desse tratamento diferenciador deverão ser alvo de rigoroso desenvolvimento normativo.

A sentença da Audiência Provincial de Mérida<sup>148</sup>, n.º 73, de 26 de Março de 2002, que confirmou a do Julgado de Primeira Instância de Almendralejo, n.º 147, de 5 de Setembro de 2001, é ilustrativa do que vimos referindo. Trata-se de um aresto jurisprudencial que veio, embora com fundamentos jurídicos diferentes da primeira instância, denegar o direito a receber uma comissão por parte de uma sociedade de responsabilidade limitada dedicada à intermediação de jogadores de futebol da parte de uma sociedade anónima desportiva. Será, porventura, um dos melhores exemplos para aferir da necessidade urgente de regulamentação deste fenómeno em Espanha. No caso concreto, o empresário havia celebrado um contrato por escrito com a sociedade anónima desportiva, através do qual teria direito a ser remunerado através de uma quantia fixa a liquidar no momento da contratação do jogador, a que acrescia uma percentagem da quantia obtida pela transferência do jogador para outro clube, desde que tal ocorresse numa das quatro temporadas seguintes. Sucede que quando a transferência ocorreu, a sociedade anónima desportiva recusou-se a pagar tal percentagem invocando a ilicitude da cláusula. Quer a primeira, quer a segunda instância, deram razão ao clube, com fundamentos diferentes. Na primeira instância, interpretou-se a cláusula como tratando-se de um compromisso tácito assumido pelo agente aquando da transferência do jogador para essa mesma sociedade anónima desportiva, ou seja, um compromisso tácito do agente referente à sua intervenção na segunda negociação, pelo que o mesmo já estaria ressarcido pelo montante que havia recebido inicialmente. Já a segunda instância, julgou errónea tal interpretação, mas considerou a cláusula ilícita, à luz do ordenamento jurídico espanhol.

Em face do exposto, torna-se imperioso que o legislador espanhol intervenha rapidamente no sentido de clarificar estas e outras questões em torno da actividade do agente desportivo.

---

<sup>148</sup> Para mais desenvolvimentos, vide *Revista Jurídica del Deporte*, Aranzadi, num. 7, ano 2002, pp. 110.

### 3.4. Em Inglaterra

*“The best way to define the relationship between agent and athlete is a well-drafted, well-defined representation agreement”<sup>149</sup>*

Em Inglaterra não há, até ao momento, legislação estatal sobre a matéria, sendo, inclusivamente, bastante escassa a regulação deste fenómeno quando comparada, por exemplo, com o que sucede nos Estados Unidos da América.

SIMON GARDINER<sup>150</sup> aborda a problemática em torno da regulamentação do “*sports agent*”, começando por realçar que, se é verdade que estes actuam no âmbito de variadíssimos desportos<sup>151</sup>, não é menos verdade que se destacam sobretudo naqueles que têm maior impacto. Daí que tenha sido com a profissionalização de alguns desportos, como o caso do futebol, do rãguebi, ou do críquete, sobretudo nos anos 90, que os “*sports agents*” assumiram protagonismo. Todavia, e uma vez que as transferências no rãguebi, assim como no críquete, assumem pouca expressão, é inegável que é no futebol que a questão se coloca com maior acuidade.

O número de agentes de futebolistas em Inglaterra tem vindo a crescer exponencialmente. Em 1995, a actividade destes foi regulamentada, ficando dependente do seu registo junto da FIFA. Em 2002, havia já 179 agentes de futebolistas licenciados em Inglaterra, superiores aos 92 existentes à data na Alemanha, aos 88 em França e 54 em Itália, sem contar, evidentemente, com uma quantidade não determinável de agentes “não oficiais”, o que faz surgir variadíssimas questões de natureza ética, deontológica e disciplinar. Actualmente, estima-se que no Reino Unido sejam mais de 700 os agentes licenciados, sendo que só em Inglaterra são já 441<sup>152</sup>. Neste sentido, a Federação Inglesa de Futebol (“*The Football Association*”, doravante, *FA*), introduziu no dia 1 de Setembro de 2007, novas normas aplicáveis à regulação da actividade dos agentes de futebolistas, com o firme propósito de disciplinar de forma mais detalhada e segura as

---

<sup>149</sup> M. J. GREENBERG e T. J. GRAY, *Sports Law Practice*, cit., p. 970.

<sup>150</sup> Em parceria com MARK JAMES, JOHN O’LEARY e ROGER WELSCH, in *Sports Law*, Third edition, Cavendish Publishing, 2006, p. 322.

<sup>151</sup> Em 2009, identificavam-se empresários desportivos activos em treze modalidades desportivas distintas. Neste ano, o número oficial destes profissionais ascendia a 691, o número mais elevado de toda a União Europeia.

<sup>152</sup> Cfr. [www.fifa.com](http://www.fifa.com)

relações entre agentes, jogadores e clubes em Inglaterra<sup>153</sup>, que coincidiu praticamente, do ponto de vista temporal, com o Regulamento da FIFA sobre agentes de jogadores, que entrou em vigor no dia 1 de Janeiro de 2008.

As principais novidades<sup>154</sup> deste novo Regulamento de Jogadores da FA relacionam-se, desde logo, com o âmbito de aplicação do mesmo, que é vinculativo para todos os agentes nacionais e estrangeiros que levem a cabo actividades de agência e de representação em Inglaterra. Consequentemente, todos os agentes estrangeiros deverão registar-se na FA antes de desenvolver qualquer tipo de actividade de agenciamento ou representação para um futebolista ou para um clube inglês, estando sujeitos ao respectivo regime disciplinar.

Todavia, a maior novidade em face do Regulamento anterior, relaciona-se com a questão da dupla representação e com o surgimento de algumas limitações neste âmbito. Desde logo, e por via desta nova regulamentação, o agente apenas poderá intervir no âmbito de negociações contratuais, sejam de renovação do vínculo junto do mesmo clube ou de transferência para um novo clube, representando apenas uma das partes envolvidas (ou o clube ou o atleta). Mas este Regulamento de 1 de Setembro de 2007 vai mais longe e restringe a actuação do agente que, por exemplo, surja como representante de um clube, aos casos em que o mesmo agente representou o jogador que agora pretende transferir-se para esse mesmo clube. Por último, proibiu-se taxativamente que os agentes pudessem ter qualquer tipo de direitos económicos sobre os jogadores.

Em matéria de comissões a pagar ao agente, estabeleceu-se que, se a comissão é devida pelo jogador, terá que ser este, forçosamente, a liquidar o montante em dívida pela actividade desenvolvida pelo agente. No caso de ser o clube o responsável pelo pagamento da comissão, apenas o poderá fazer mediante dedução periódica aos salários do jogador.

---

<sup>153</sup> De acordo com os dados fornecidos pela F.A., estima-se que na temporada de 2008/2009, os clubes da Premier League tenham gasto cerca de 100.000.000USD (cem milhões de dólares norte-americanos) em comissões pagas a agentes de futebolistas.

<sup>154</sup> Para mais desenvolvimentos, *vide* ANTONIO J. ROCA ALOMAR, “Nueva regulación de los agentes de futbolistas en Inglaterra”, in [www.iusport.es](http://www.iusport.es), 1 de Fevereiro de 2008.

## Capítulo IV – Análise do regime jurídico português

### 1. Considerações gerais

*“A profissão de empresário desportivo não é nova: o que é verdadeiramente novo são os montantes envolvidos no desporto profissional e a acérrima competição que envolve esta actividade”.*<sup>155</sup>

Portugal é um dos poucos países da União Europeia, juntamente com a França, Bulgária, Grécia e Hungria, que tem um diploma legal que disciplinou a actividade do empresário desportivo, através da Lei n.º 28/98, de 26 de Junho, (Regime Jurídico do Contrato de Trabalho Desportivo, doravante, RJCTD). Apesar de algum pioneirismo legislativo nesta matéria, a verdade é que, comparativamente com outros países da União Europeia, a actividade dos empresários desportivos está, na prática, limitada apenas a quatro modalidades desportivas: o futebol, o atletismo, o basquetebol e o boxe. Em 2009, estimava-se serem 56 os empresários desportivos oficiais, dos quais 53 no futebol, o que evidencia a preponderância que esta modalidade assume no panorama do desporto nacional.

### 2. O praticante desportivo profissional

A intervenção do empresário desportivo assume particular relevância no âmbito da celebração de contratos de trabalho dos praticantes desportivos profissionais, pelo que se justifica uma breve referência a estes últimos. No âmbito do regime laboral específico que lhes é aplicável, consagrado na Lei n.º 28/98, de 26 de Junho, define-se praticante desportivo profissional, no artigo 2.º, alínea b), como aquele que *“através de contrato de trabalho e após a necessária formação técnico-profissional, pratica uma modalidade desportiva como profissão exclusiva ou principal, auferindo por via dela uma retribuição”*.<sup>156</sup>

---

<sup>155</sup> ANDRÉ DINIS DE CARVALHO, “A profissão de empresário desportivo”, *cit.*, pp.251 e 252.

<sup>156</sup> LÚCIO CORREIA considera criticável que a qualidade de praticante desportivo profissional “resulte apenas da celebração de um contrato de trabalho desportivo, olvidando-se, por exemplo, um montante



Na anterior Lei de Bases do Desporto (doravante, LBD), aprovada pela Lei n.º 30/2004, de 21 de Julho, o artigo 34.º, n.º 1 estatuiu que “*são praticantes desportivos aqueles que, a título individual ou integrados numa equipa, desenvolvem uma actividade desportiva*”, acrescentando-se, no artigo 61.º, n.º 2, que serão praticantes desportivos profissionais os que, “*na sequência e em resultado de um processo formativo regulado e reconhecido pela respectiva federação desportiva, se dedicam a título exclusivo ou principal à prática de uma modalidade desportiva, nos termos regulados na lei ou em convenção colectiva para o sector de actividade*”.<sup>157</sup>

O artigo 34.º da nova Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto (doravante, LBAFD), aprovada pela Lei n.º 5/2007, de 16 de Janeiro, determina, no seu n.º 1, que “*o estatuto do praticante desportivo é definido de acordo com o fim dominante da sua actividade, entendendo-se como profissionais aqueles que exercem a actividade desportiva como profissão exclusiva ou principal*”, referindo o n.º 2 que “*o regime jurídico contratual dos praticantes desportivos profissionais, bem como o do contrato de formação desportiva, é definido na lei, ouvidas as entidades sindicais representativas dos interessados, tendo em conta a sua especificidade em relação ao regime geral do contrato de trabalho*”. Significa isto que, não só o regime jurídico do contrato de trabalho desportivo não inclui o requisito da “retribuição adequada”, como ínsito à condição de praticante desportivo profissional, como a LBAFD nem sequer considera como imprescindível a celebração de um contrato de trabalho desportivo.

---

retributivo adequado, ao epíteto que se pretende atribuir, sendo certo que nas modalidades de carácter profissional, apenas no futebol está normativamente consagrado o limite mínimo que estes praticantes desportivos profissionais devem auferir”. In “O Praticante Desportivo Profissional e o Empresário Desportivo na Nova Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto”, *Desporto & Direito – Revista Jurídica do Desporto*, n.º 11, ano IV, Janeiro – Abril de 2007, Coimbra Editora, p. 276.

Em Portugal, são apenas três as modalidades reconhecidas como profissionais, por via do cumprimento dos requisitos plasmados no Decreto n.º 303/99, de 6 de Agosto, ou seja, o futebol, relativamente aos campeonatos da I Liga (Liga Zon Sagres) e da II Liga (Liga Orangina), o Basquetebol, relativamente ao Campeonato da Liga de Clubes, e o Andebol, também relativamente ao Campeonato da Liga de Clubes.

Para mais desenvolvimentos acerca do processo de reconhecimento de uma competição desportiva profissional, vide JOSÉ MANUEL MEIRIM, “Desenvolvimentos recentes do direito do desporto português”, *Revista do Ministério Público*, Ano 20, Julho-Setembro 1999, n.º 79, pp. 93-112.

<sup>157</sup> Para LEAL AMADO, há duas acepções de desportista profissional: “(...) a acepção *stricto sensu* – aquele que exerce a actividade desportiva como profissão exclusiva ou principal, isto é, aquele que depende economicamente da actividade desportiva por si prestada e em que a retribuição auferida é meio de sustento e não um mero complemento - e a acepção *lato sensu* – a qualidade de praticante desportivo profissional, *lato sensu*, resulta da celebração de contrato de trabalho desportivo, independentemente da configuração federativa da modalidade em causa, isto é, de a respectiva federação lhe conferir ou não um carácter profissional. In *Contrato de Trabalho Desportivo – Anotado*, Coimbra Editora, 1995, p. 19.

Já ANDRÉ DINIS DE CARVALHO caracteriza o desportista profissional como “aquele que recebe uma retribuição que não só compensa gastos, como também constitui retribuição directa pela sua actividade, a favor de um determinado clube (ou seja, será profissional aquele atleta que faça do desporto o seu modo de vida, sendo a sua actividade a fonte do seu sustento, mesmo que não seja a única ou até a principal). In *Da Liberdade de Circulação dos Desportistas na União Europeia*, Coimbra Editora, 2004, p. 55.

LÚCIO CORREIA<sup>158</sup> alerta para o facto de se tratar de uma omissão grave do legislador, na LBAFD, sobretudo se tivermos em conta que o artigo 5.º da Lei n.º 28/98, de 26 de Junho, exige a forma escrita no contrato de trabalho desportivo e que, para que o dito praticante possa participar numa competição desportiva oficial, necessita que o contrato seja registado na respectiva federação desportiva, de acordo com o preceituado no artigo 6.º, n.º1, da Lei n.º 28/98, de 26 de Junho.

### **3. A disciplina legislativa do empresário desportivo no direito português**

A regulamentação jurídica da figura e da actividade do empresário desportivo encontra-se, desde logo, no RJCTD. O artigo 2.º, alínea d), define empresário desportivo como *“a pessoa singular ou colectiva que, estando devidamente credenciada, exerça a actividade de representação ou intermediação ocasional ou permanente, mediante remuneração, na celebração de contratos desportivos”*, sendo que os artigos 22.º a 25.º da mesma lei procedem ao tratamento normativo deste fenómeno. De salientar, pela sua importância, o artigo 22.º, que estabelece que *“1. Só podem exercer a actividade de empresário desportivo as pessoas singulares ou colectivas devidamente autorizadas pelas entidades desportivas, nacionais ou internacionais, competentes. 2. A pessoa que exerça a actividade de empresário desportivo só pode agir em nome e por conta de uma das partes da relação contratual”*.

Da análise dos artigos 22.º a 25.º da Lei 28/98, de 26 de Junho, resulta que o nosso legislador admite que o empresário desportivo, consoante o caso concreto, possa actuar como representante ou como intermediário. Por um lado, o n.º 4 do artigo 23.º, refere-se aos *“contratos de mandato celebrados com empresários desportivos (...)”*. Por outro, o n.º 1 do artigo 23.º e o n.º 1 do artigo 24.º aludem, respectivamente, à actividade de intermediação, nos seguintes termos: *“(...) os empresários que pretendam exercer a actividade de intermediários na contratação (...)”, “as pessoas singulares ou colectivas que exerçam a actividade de intermediários, ocasional ou permanente, só podem ser remuneradas pela parte que representam”*. Reflectiremos acerca da concreta problemática da qualificação dos contratos celebrados pelo empresário desportivo à luz do nosso regime jurídico no ponto seguinte do nosso trabalho. Por ora, julgamos

---

<sup>158</sup> *Ob. cit.*, p. 278.

importante destacar quatro aspectos essenciais da disciplina legislativa da actividade do empresário desportivo no RJCTD.

Em primeiro lugar, esta actividade apenas poderá ser exercida por pessoas singulares ou colectivas que estejam devidamente autorizadas pelas entidades desportivas competentes, de âmbito nacional e internacional (por exemplo, no caso do futebol, pela FPF e pela FIFA), por via do disposto no n.º 1 do artigo 23.º.

Em segundo lugar, de referir que a lei estabelece um registo de empresários desportivos junto da federação desportiva da respectiva modalidade, de acordo com o artigo 24.º. Parece-nos de mérito duvidoso a letra do n.º 4 do artigo 23.º, ao cominar com a sanção da inexistência os contratos celebrados com empresário desportivo que não sejam registados. A doutrina maioritária<sup>159</sup> admite a figura da inexistência (enquanto categoria autónoma e distinta da invalidade) quando nem sequer se verifica a materialidade correspondente à noção do negócio em causa ou, existindo todavia essa aparência material, a realidade não corresponde a tal noção. Daí que tenhamos dificuldade em aceitar que a falta do registo do contrato celebrado com empresário desportivo possa conduzir à sua inexistência. Regra geral, os actos negociais sujeitos a registo, quando não registados, são enquadrados no âmbito da ineficácia relativa<sup>160</sup>.

Acresce ainda que o legislador consagrou ainda um montante remuneratório devido ao empresário desportivo com carácter meramente supletivo, ao estipular, no n.º2 do artigo 24.º, que *“salvo acordo em contrário, que deverá constar de cláusula escrita no contrato inicial, o montante máximo recebido pelo empresário é fixado em 5% do montante global do contrato”*<sup>161</sup>.

Por último, e na tentativa de acautelar potenciais conflitos de interesses, determina a lei, no n.º2 do artigo 22.º, que o empresário desportivo apenas poderá agir em nome e por conta de uma das partes da relação contratual.

Articulando o RJCTD com a Lei de Bases do Desporto, de salientar que o artigo 37.º da LBD definia empresário desportivo como *“aquelas pessoas singulares ou*

---

<sup>159</sup> Cfr. RUI DE ALARCÃO, *A confirmação de negócios anuláveis*, p. 37.

<sup>160</sup> Para mais desenvolvimentos, cfr. RUI DE ALARCÃO, *Sobre a Invalidade do Negócio Jurídico*, Coimbra, 1981.

<sup>161</sup> Contrariamente, o artigo 15-2-III do *Code du Sport* (Lei de 16 de Julho de 1984, com a redacção dada pela Lei n.º 2000-627, de 6 de Julho de 2000) consagra uma norma imperativa aplicável à remuneração do *agent sportif*, ao dispor que *“Un agent sportif ne peut agir que pour le compte d’une des parties au même contrat, qui lui donne mandate et peut seule le rémunérer. Le mandat précise le montant de cette rémunération, qui ne peut excéder 10% du montant du contrat conclu. Toute convention contraire aux dispositions du présent paragraphe est réputée nulle et non écrite”*.

*colectivas que, estando devidamente credenciadas exerçam a actividade de representação ou intermediação ocasional ou permanente, mediante remuneração nos contratos desportivos*”, reproduzindo na integralidade o artigo 2.º, al. d), do Regime Jurídico do Contrato de Trabalho Desportivo. Por sua vez, o actual artigo 37.º da LBAFD acaba por não introduzir grandes modificações em face do regime normativo já existente, definindo empresários desportivos como “*as pessoas singulares ou colectivas que, estando devidamente credenciadas, exerçam a actividade de representação ou intermediação ocasional ou permanente, mediante remuneração, na celebração de contratos de formação desportiva, de trabalho desportivo ou relativos a direitos de imagem*”, alargando apenas o seu âmbito de actividade em face da possibilidade de celebração de contratos referentes a direitos de imagem do representado. De salientar que a lei portuguesa é a única que inclui, na noção de empresário desportivo, a possibilidade de negociação de contratos relativos a direitos de imagem, apesar de, na prática, tal suceder abundantemente. Com semelhante redacção, existe apenas um Regulamento da IAAF, que no seu ponto 7.1, também inclui na respectiva definição este elemento.

Outra novidade da LBAFD nesta matéria reside no n.º 3 do artigo 37.º, que consagra um dever de sigilo profissional decorrente do exercício das funções de empresário desportivo, relativamente a factos que digam respeito à vida pessoal ou profissional dos seus representados.

Concordamos com ANDRÉ DINIS DE CARVALHO<sup>162</sup>, quando refere que a definição avançada pelo legislador nacional é, de algum modo, demasiado restritiva, não logrando abranger a amplitude das tarefas hodiernamente desempenhadas pelo empresário desportivo, que cada vez mais trata de assuntos relacionados com a imagem e património do cliente. Efectivamente, as funções desempenhadas actualmente pelo empresário desportivo, pela sua amplitude, dificultam sobremaneira o tratamento jurídico desta figura, justificando, como vimos, que este “*terceiro homem*” seja alvo de várias designações, como, por exemplo, empresário, intermediário, representante, agente ou *manager*, o que introduz dificuldades acrescidas no enquadramento e individualização do respectivo regime jurídico.

---

<sup>162</sup> “A profissão de empresário desportivo – uma lei simplista (...)”, *ob. cit.*, pp. 269 e 270.

#### 4. A “questão de facto”: as funções desempenhadas pelo empresário desportivo

*“Sports agents act, first and foremost, as intermediaries between sportpersons and sport clubs/organisers of sport events with a view to employing or hiring an athlete or sportsperson. They bring together the parties interested in concluding an agreement concerning the practice of a sport as a remunerated activity.(...) Sports agents may however engage in a broader range of activities, including the conclusion of different kinds of contracts on behalf of the sportsperson (image rights contracts, sponsoring contracts, advertising contracts, etc.) or managing the assets of the sportsperson.”<sup>163</sup>*

No que às funções exercidas pelo empresário desportivo diz respeito, a questão é complexa. Nos dias de hoje, e dada a profusão de tarefas levadas a cabo por este profissional, são comumente designados de “*full-service agents*”.

Comecemos por salientar que há um aspecto aparentemente comum a todas estas figuras e que tem a ver com a tarefa de intermediação que o empresário desportivo desempenha, seja por conta de um praticante desportivo, seja por conta de um clube, seja ainda numa posição de imparcialidade, limitando-se aqui a aproximar as partes com vista à celebração de um contrato. No entanto, o empresário pode ainda vincular-se à prática de actos jurídicos, intervindo não apenas na fase negocial, mas na própria celebração do negócio. Acresce que é hoje habitual que o empresário desportivo preste outros serviços relacionados com a assessoria legal, fiscal e financeira, com a celebração de contratos de publicidade, apólices de seguros, coordenação da vida e imagem pública do jogador, assim como preparação da carreira profissional do atleta

---

<sup>163</sup> COMISSÃO EUROPEIA, *Study on Sports Agents in the European Union*, ob. cit., p. 3, in [http://ec.europa.eu/sport/what-we-do/doc55\\_en.htm](http://ec.europa.eu/sport/what-we-do/doc55_en.htm).

quando este tiver deixado o desporto. LUÍS MARÍN HITA<sup>164</sup> refere inclusivamente que o empresário assume uma importância decisiva também do ponto de vista técnico-desportivo, aconselhando o atleta sobre qual a equipa em que mais lhe convém jogar, ponderando factores como a retribuição económica, a projecção que o clube poderá vir a ter num futuro próximo, a relação com treinador, as necessidades da equipa, e demais circunstâncias susceptíveis de poderem influenciar decisivamente a carreira do atleta<sup>165</sup>. Tudo somado, verificamos que as funções desempenhadas pelo empresário desportivo, hoje em dia, extravasam muitas vezes a simples negociação de um contrato de trabalho, dado o aconselhamento que prestam a nível financeiro, fiscal, assessoria legal, de imagem e até de investimentos a curto, médio e longo prazo<sup>166</sup>. O objectivo fundamental é que o atleta se abstraia de tudo o que gira em seu redor e que nada perturbe o seu rendimento desportivo<sup>167</sup>.

Podemos, assim, de forma esquemática, agrupar em vários segmentos, a franja de actividades desempenhadas habitualmente pelos empresários desportivos:

---

<sup>164</sup> LUIS MARIN HITA, “Trabajo centrado en la delimitación de la figura de los agentes de jugadores profesionales”, *ob. cit.*, pp. 2 e 3. Este autor cita um artigo do Jornal The New York Magazine, a páginas 46-51 da edição de 16 de Novembro de 1996, com o título “Behind Michael Jordan”, sobre o agente de jogadores Peter Falk (que também agenciou outras “estrelas” da NBA, como Patrick Ewing, Alonzo Mourning ou Allen Iverson), destacando que as funções desempenhadas por este “génio do marketing” vão desde chegar a acordo sobre o salário dos seus representados com os clubes, promover um perfume com o nome de Michael Jordan, negociar com a Walt Disney a rodagem de um filme com o seu cliente, assessorar os jogadores em aspectos como a sua imagem, o que devem vestir, o que dizer em público, onde devem aparecer, etc.

<sup>165</sup> KENETH SHROPSHIRE, THIMOTHY DAVIS, *The Business of Sports Agents*, *ob. cit.*, pp. 27 e 28, referem que o empresário desportivo se assemelha a um “babysitter”, dado que os atletas, principalmente os de elite, sentem uma permanente necessidade de acompanhamento, seja do ponto de vista do aconselhamento a vários níveis, seja do apoio psicológico de que carecem no dia-a-dia. Este aspecto do dia-a-dia do empresário desportivo é particularmente evidenciado no filme “*Jerry Maguire*”, realizado por Cameron Crowe em 1996 e protagonizado por Tom Cruise (Jerry Maguire), Cuba Gooding Jr. (Rod Tidwell), e Renée Zellweger (Dorothy Boyd). Neste filme, Tom Cruise é um “*sports agent*” que tem como único cliente Cuba Gooding Jr., jogador de futebol americano, com quem estabelece uma relação de confiança, que o leva a acompanhá-lo praticamente 24 horas por dia, tentando resolver os seus problemas de modo a retirar o máximo rendimento desportivo do atleta. Há, no filme, uma frase emblemática que exprime o que um cliente espera do seu empresário, e que é dita por Rod Tidwell a Jerry Maguire: “Show me the money! Show me the money!”, numa alusão à necessidade de assinar um contrato milionário que garantisse a sua independência financeira.

<sup>166</sup> Em entrevista à Revista Única, do Jornal Expresso, do dia 08-01-2011, Jorge Mendes, o mais mediático empresário desportivo da actualidade, quando questionado sobre que tipo de investimento aconselha os jogadores a fazer, refere que lhes diz para investir “*em imobiliário ou no que lhes apetecer. Casa, carro, e mesmo aí têm que ter cuidado - não podem ser eles a aparecer. Quando aparecem inflacionam logo o preço (...). Temos de ser nós a ajudar e a controlar. Investir em património é o melhor (...)*”.

<sup>167</sup> JORGE MENDES refere, na p. 40 da Revista Única, do Jornal Expresso, de 08-01-2011, que o que diz aos jogadores que representa “*é que não têm que se preocupar com nada. Têm é de trabalhar. (...) Para fazer o meu trabalho, eles têm de me ajudar, trabalhando melhor do que os outros e atingindo níveis de rendimento elevados.*”

**a) Intermediação/ Celebração de contratos de trabalho por conta do atleta ou do clube**

Será, porventura, a mais comum das tarefas desempenhadas pelo empresário desportivo, no âmbito de uma relação tripartida entre ele próprio, o atleta e o clube ou organização de um qualquer evento desportivo. Trata-se, verdadeiramente, de um núcleo funcional inerente à actividade do empresário desportivo.

Neste âmbito, o empresário pode actuar como simples intermediário entre as duas partes, representando os interesses de uma delas ou limitando-se a aproximá-las numa posição de independência, tendo em vista a conclusão de um contrato.

Outras vezes, porém, o empresário intervém na própria celebração do contrato, quer agindo no interesse e por conta de outrem, quer agindo em nome próprio no interesse de outrem. O efectivo cumprimento desta função implica, da parte deste, que intervenha na celebração do contrato e da definição do clausulado contratual, acautelando os interesses do seu representado.

**b) Angariação de outras formas de rendimentos extra-desportivos para o atleta**

É uma função muito comum nos dias de hoje, através da qual o empresário desportivo assume a obrigação de angariar rendimentos extra desportivos para o seu representado, seja através da presença em eventos públicos, em anúncios televisivos ou radiofónicos. Porventura, a forma mais típica através da qual se manifesta o desempenho desta função traduz-se na celebração de contratos de publicidade<sup>168</sup> em nome e/ou por conta do atleta. Regra geral, o empresário desportivo recebe uma percentagem, a título de comissão, sobre os rendimentos extra desportivos do atleta, que este aufera como consequência da actuação do empresário, sendo que, em regra, esta percentagem é superior à que o empresário aufera por via da celebração do contrato de trabalho desportivo. Como vimos, a nossa lei alude expressamente a esta situação, no artigo 37.º da LBAFD, quando inclui na definição de empresários desportivos a

---

<sup>168</sup> A propósito das limitações existentes no âmbito do desporto relativamente à publicidade, vide JOÃO VIEGAS GOMES, “Restrições à publicidade na área do desporto”, *Desporto & Direito, Revista jurídica do Desporto*, ano VII, Setembro/Dezembro 2009, n.º 19, pp.71-95.

circunstância de estes também promoverem contratos “*relativos a direitos de imagem*”, o que é visto como um aspecto pioneiro da nossa legislação.

**c) Prestação de aconselhamento, de consultoria e/ou de assessoria na área contabilística e financeira**

A prestação destes serviços de aconselhamento e consultoria ao atleta é transversal aos mais variados desportos. O objectivo primordial destes agentes, independentemente de serem agentes licenciados ou não, passa por levar o atleta a tomar as melhores decisões nas várias etapas da sua carreira, mas sobretudo na fase de negociação contratual. Além disso, a prestação de serviços nas áreas da contabilidade, financeira, fiscal ou seguradora, é da maior importância para muitos dos desportistas profissionais. A relação de confiança que se estabelece com o empresário desportivo leva-os, frequentemente, a confiar-lhes aspectos que extravasam a mera negociação de contratos e se estende a domínios bem mais abrangentes.

Os agentes também podem prestar estes serviços ao clube, assegurando, por exemplo, que se adquira um determinado atleta pelo preço justo de mercado, prestando aconselhamento nesse sentido.

**d) Organização e promoção de eventos desportivos**

Há agentes desportivos que, dados os seus conhecimentos e ligações privilegiadas no âmbito do desporto, se dedicam sobretudo à organização de eventos desportivos<sup>169</sup>, como sucede com os grandes *meetings* de atletismo ou com a promoção de grandes combates de boxe.

**e) Gestão da imagem pública e privada do atleta e da sua relação com a comunicação social**

A gestão da imagem pública do atleta, sobretudo quando estão em causa atletas com relevância mediática assinalável, é outras das tarefas hodiernamente

---

<sup>169</sup> São comumente designados como “*organising agents*”. Neste sentido, vide “Study on Sports Agents in the European Union”, *cit.*, in [http://ec.europa.eu/sport/what-we-do/doc55\\_en.htm](http://ec.europa.eu/sport/what-we-do/doc55_en.htm), pp. 5 e 6.



desempenhadas pelo empresário desportivo, que não raras vezes, vem a público, na comunicação social, falar na qualidade de porta-voz do seu cliente.

#### **f) Gestão dos bens pessoais do atleta**

As tarefas do empresário não se circunscrevem hoje à gestão da carreira profissional do atleta, sendo frequente também que este se encarregue da gestão do património do seu cliente. A ideia subjacente radica na preparação do futuro do atleta, após o *terminus* da sua carreira profissional, através de investimentos cuidadosamente efectuados que se possam revelar uma mais-valia a médio e longo prazo.

#### **g) Aconselhamento jurídico**

É de um aspecto cada vez mais importante e que é tido em consideração por parte dos atletas, na hora de escolher quem irá representar os seus interesses. Tradicionalmente, a escolha residia entre escolher o empresário em nome individual, por vezes com reputação e conduta deontológica algo duvidosa junto dos atletas, sobretudo tendo em conta as comissões cobradas pela prestação dos seus serviços, e um advogado, provavelmente com outros conhecimentos técnicos e vinculado às regras deontológicas da sua profissão. Actualmente, a maior parte dos empresários desportivos que representam desportistas de renome, prestam também serviços de aconselhamento jurídico, dado que as sociedades em que se inserem incluem juristas/advogados que fornecem essa segurança aos atletas<sup>170</sup>.

De harmonia com o que foi indicado, parece-nos pertinente citar uma das conclusões do estudo independente solicitado pela Comissão Europeia em 2009 acerca dos agentes de jogadores na União Europeia, que resume alguns dos considerandos anteriores: *“Taking into account the above considerations, a sports agent may be defined as any natural or legal person occasionally or regularly engaging in one or more of the following activities in return for payment: bringing together parties*

---

<sup>170</sup> Jorge Mendes, na entrevista concedida à Revista Única do Jornal Expresso, do dia 08-01-2011, salientava que, para ajudar os jogadores em todos os aspectos jurídicos, tem um jurista que trabalha consigo na Gestifute, em quem confia a “1000%”. Quando questionado pelo jornalista sobre se essa assessoria jurídica prestada aos jogadores funciona por avença ou gratuitamente, o referido empresário desportivo foi lapidar: *“Claro que é gratuitamente!”*.

*interested in concluding a contract relating to the performance of a sporting activity for remuneration; negotiating and concluding different kinds of contracts on behalf of a professional sportsperson, such as image rights contracts, sponsoring contracts, advertising contracts, etc.; managing the assets of a professional sportsperson. Acting as an intermediary with a view to concluding a contract is the most typical role of a sports agent.”*

Tendo em conta o supra exposto, LUÍS MARÍN HITA<sup>171</sup> afirma que, em face do empresário desportivo desempenhar funções tão variadas e de tão diversa natureza, torna-se praticamente impossível reconduzi-las à mesma figura e ao mesmo tratamento jurídico. Abordaremos esta questão no ponto seguinte da nossa exposição.

## **5. A “questão de direito”: a qualificação jurídica dos contratos celebrado pelo empresário desportivo.**

*“So you want to be a Sports Lawyer, or is it a Player Agent, Player Representative, Sports Agent, Contract Advisor, Family Advisor or Contract representative?”<sup>172</sup>*

### **5.1. Considerações gerais**

A tarefa de qualificação dos contratos celebrados pelo empresário desportivo e a delimitação desta figura é uma tarefa, como assinala VALENZUELA GARACH<sup>173</sup>, tão difícil quanto pretensiosa. Já tivemos oportunidade de assinalar que, na prática, a figura a que nos estamos a referir assume diferentes roupagens, sem que tal signifique atribuir a cada uma delas um conteúdo autónomo e específico. Além do termo agente, são comumente utilizadas as designações de intermediário desportivo, representante, “*manager*” ou empresário para designar esta figura. A denominação de “agente

---

<sup>171</sup> LUIS MARIN HITA, “Trabajo centrado en la delimitación de la figura de los agentes de jugadores profesionales”, *ob. cit.*, pág. 2.

<sup>172</sup> GARBARINO, in *Villanova Sports and Entertainment Law Journal*, Vol. I, 1994, pp. 11 e seguintes, *apud* LEAL AMADO, *ob. cit.*, p. 489.

<sup>173</sup> FERNANDO VALENZUELA GARACH, *El Agente Comercial*, Cuadernos de Studia Albornotiana, Zaragoza, 1996, pp. 1 a 25.

desportivo” será, porventura, a mais utilizada ao nível do direito comparado por via da importação do termo anglo-saxónico de “*sports agent*”, mas não é unânime. Em Portugal, o legislador prefere a designação de empresário desportivo, como resulta do RJCTD.

Antes, porém, de procedermos à qualificação jurídica do contrato celebrado com o empresário desportivo, convém que tenhamos bem presente a questão de facto, previamente analisada, relacionada com as tarefas assumidas pelo agente. A enorme profusão das actividades por si desempenhadas torna a questão ainda mais complexa. A sua correcta qualificação determinará, naturalmente, o regime jurídico a aplicar a cada caso concreto, com consequências práticas relevantes, como teremos oportunidade de referir. Ora, a qualificação de um contrato remete-nos para um juízo predicativo que tem por conteúdo o reconhecimento, nesse contrato, da qualidade de corresponder, ou não, a um determinado tipo contratual, a um concreto paradigma. Este processo tendente à qualificação de um contrato não se restringe, lógica e necessariamente, a um único tipo de candidato à qualificação, uma vez que o contrato pode ter aspectos comuns a mais do que um tipo contratual, assim como poderá assumir verosimilhanças com aspectos de regime de várias figuras contratuais, pelo que seria absolutamente redutor da nossa parte circunscrever a abordagem deste tema à estrita comparação deste contrato com apenas uma figura contratual típica.

## **5.2 A qualificação jurídica como tarefa interpretativa: a doutrina dos elementos do contrato e a doutrina tipológica**

A qualificação de um contrato implica necessariamente um processo de relacionamento espiral e hermenêutico<sup>174</sup> entre o clausulado contratual das partes e o ordenamento legal onde se encontram os tipos contratuais.

A possibilidade de tipificação dos contratos celebrados pelo empresário desportivo pressupõe, da nossa parte, a identificação de elementos susceptíveis de individualizar um (ou mais) tipos contratuais. Sabendo que um qualquer tipo contratual se distingue pelas suas características próprias, que determinam o regime a seguir, do ponto de vista conceptual, onde e como se deverá situar o intérprete nesta tarefa de

---

<sup>174</sup> Para mais desenvolvimentos, vide CASTANHEIRA NEVES, *Questão de Facto – Questão de Direito ou o Problema Metodológico da Juridicidade*, Almedina, Coimbra, 1967, p. 346.

qualificação? Deverá procurar identificar apenas os elementos essenciais do contrato, para assim lograr subsumi-lo a um determinado regime jurídico, ou deverá ter em consideração todos os elementos típicos, que lhe fornecerão indícios e que contribuirão para constituir os índices do tipo e assim proceder à respectiva qualificação jurídica?

A primeira hipótese implica uma adesão conceptual à *doutrina dos elementos do contrato*<sup>175</sup>, que procede a uma classificação tripartida do conteúdo do contrato, distinguindo aqui três elementos: os elementos essenciais, os elementos naturais e os elementos acidentais<sup>176</sup>. MANUEL DE ANDRADE<sup>177</sup> distinguiu estes elementos, acrescentando que dentro dos elementos essenciais, haverá que distinguir entre os que são essenciais aos negócios jurídicos em geral e os que pertencem a cada tipo legal de negócio jurídico. Assim, elementos essenciais dos negócios jurídicos “*são as condições ou requisitos gerais necessários para a validade de qualquer destes negócios: capacidade das partes, declaração ou declarações de vontade (...), objecto possível (física ou legalmente)*”. Já os elementos essenciais de cada tipo de negócio jurídico

---

<sup>175</sup> Ainda no século XIX, Pothier distinguia entre os elementos essenciais, “*les choses, qui sont l'essence du contrat, sont celles sans lesquelles ce contrat ne peut subsister*”, elementos naturais, “*les choses qui sont seulement de la nature du contrat, sont celles qui, sans être de l'essence du contrat, font partie du contrat, quoique les parties contractantes ne s'en soient point expliquées, étant de la nature du contrat que ces choses y soient renfermées et sous-entendues*”, e elementos acidentais, “*les choses, qui sont accidentelles au contrat, sont celles qui, n'étant pas de la nature du contrat, n'y sont renfermées que par quelque clause particulière ajoutée au contrat*”. In *Traité des Obligations*, Oeuvres, I, M. Pupin Ainé, Bruxelles, 1831, p. 3, *apud* PEDRO PAIS VASCONCELOS, *Contratos Atípicos*, 2.ª edição, Almedina, 2009, p. 73.

<sup>176</sup> Na doutrina portuguesa, PAULO CUNHA (*apud* PEDRO PAIS VASCONCELOS, *Contratos Atípicos*, *cit.*, p.81) privilegia um critério quadripartido, distinguindo entre “elementos necessários” (que são os que a lei exige para a validade de todo e qualquer acto jurídico, subdistinguindo-os entre os necessários essenciais, cuja falta acarreta a nulidade, e os necessários específicos, cuja falta acarreta a anulabilidade), “elementos específicos” (os que a lei exige para cada tipo de negócio jurídico), “elementos naturais” (os que a lei estabelece de acordo com a natureza do negócio e que se aplicam conforme a vontade das partes) e “elementos acidentais” (os que em cada caso são introduzidos no negócio jurídico por vontade das partes, podendo ser típicos ou variáveis).

<sup>177</sup> In *Teoria Geral da Relação Jurídica*, 3.ª Reimpressão, Almedina, Coimbra, 1972, vol. II, pp. 33 e seguintes. Exemplificando com o que sucede no domínio da compra e venda, o Código Civil separa os “*essentialia*” dos “*naturalia*”. Os primeiros estão previstos no artigo 874.º do CC e incluem a coisa, o preço, e a transmissão da propriedade mediante o preço. No artigo 879.º do mesmo diploma estarão os *naturalia*, que serão a transmissão da propriedade da coisa ou do direito, a obrigação de entregar a coisa e a obrigação de pagar o preço.

Também MOTA PINTO, na *Teoria Geral do Direito Civil*, Coimbra Editora, Coimbra, 1991, pp. 262-264, explicita esta questão, distinguindo entre os elementos essenciais de todo e qualquer negócio, que são os “requisitos ou condições gerais de validade” e os elementos essenciais de cada negócio típico ou nominado, que “são as cláusulas que contradistinguem um certo tipo negocial do restantes tipos.

Em sentido inverso, MENEZES CORDEIRO (in *Teoria Geral do Direito Civil*, AAFDL, Lisboa, 1987, pp. 98 e seguintes) critica e afasta esta classificação tripartida, preferindo a distinção, quanto ao conteúdo dos negócios, entre “elementos normativos”, aplicáveis *ex lege*, podendo ser elementos normativos injuntivos ou supletivos consoante sejam indisponíveis pelas partes ou destinados a suprir o silêncio ou a insuficiência das estipulações das partes; e “elementos voluntários”, que se subdistinguem em elementos voluntários necessários quando se trate de elementos que, embora na disponibilidade das partes, têm de ser estipulados por estas, sob pena de incompletude do negócio.

“são as cláusulas ou estipulações negociais (contidas na respectiva declaração ou declarações de vontade) que o caracterizam ou contradistinguem, que o estreitam em face dos restantes – maxime em face dos tipos vizinhos; são as notas específicas do conceito de cada uma dessas particulares figuras de negócios jurídicos”. Por seu turno, elementos naturais “são os efeitos que eles produzem sem necessidade de estipulação correspondente, mas que podem ser excluídos por cláusula em contrário (...), são os que se produzem por força das disposições legais supletivas”. Já os elementos acidentais, “são as cláusulas ou estipulações negociais que, não sendo indispensáveis para caracterizar o tipo abstracto do negócio (...) ou para individualizar a sua entidade concreta, todavia não se limitam a reproduzir disposições legais supletivas, antes se tornam necessárias para que tenham lugar os efeitos jurídicos a que tendem”.

De acordo com esta classificação tripartida dos elementos do negócio jurídico, no processo conducente à qualificação, caberá ao intérprete identificar os “*essentialia*”, que designam as características “*sine quibus non*” do conceito classificatório de cada tipo negocial. Os “*essentialia*” são os elementos definitórios do conceito, fixando os limites da subsunção do negócio a um determinado tipo contratual. Consequentemente, “a doutrina dos “*essentialia*” possibilita uma operação relativamente simples e formalmente exacta do processo da subsunção: fixados os factos e a interpretação do contrato, ou se verificam nele todos os elementos essenciais ou não; a falta de um que seja dos elementos essenciais afasta a subsunção”.<sup>178</sup> De forma sintética, diremos que os “*essentialia*” servem para a tarefa de qualificação do tipo negocial e consequente subsunção a um determinado regime jurídico, enquanto que os “*naturalia*” serão elementos importantes na tarefa de integração. Já os “*accidentalia*” servirão para enquadrar o remanescente. Na doutrina nacional, seguem o procedimento em causa, aplicando-o aos tipos negociais, entre outros, GUILHERME MOREIRA<sup>179</sup>, GALVÃO TELLES<sup>180</sup>, OLIVEIRA ASCENSÃO<sup>181</sup>, ANTUNES VARELA<sup>182</sup>, ALMEIDA COSTA<sup>183</sup> ou PINTO MONTEIRO<sup>184</sup>.

Significa isto que, na tarefa a que nos propomos, de qualificação do negócio jurídico celebrado com o empresário desportivo no âmbito da sua actividade, caber-nos-

<sup>178</sup> PEDRO PAIS VASCONCELOS, *Contratos Atípicos*, cit., p.83

<sup>179</sup> *Instituições do Direito Civil Português*, vol. II – *Das Obrigações*, 2.ª edição, Coimbra, 1925, p. 565.

<sup>180</sup> *Manual dos Contratos*, cit., p. 210.

<sup>181</sup> *T.G.D.C.*, vol. III, ed. 1992, pp. 387 e seguintes.

<sup>182</sup> “Anotação aos Acórdãos da Relação de Lisboa de 18.11.1993 e do STJ de 12.6.96”, in *RLJ*, n.º 3.884, p. 352.

<sup>183</sup> “Anotação”, *RLJ*, n.º 3.776, p. 217.

<sup>184</sup> *Contrato de Agência (anteprojecto)*, cit., p. 62.

ia por ora seleccionar os “*essentialia*” de um tipo negocial, como únicos elementos conceptuais-definitórios, porquanto são os únicos elementos qualificantes e os únicos a ter em conta como operadores da subsunção, relegando-se todas as demais características do contrato para a categoria dos “*naturalia*”, como efeitos do contrato, com mera eficácia regulativa e integrativa mas já não qualificante. Ao identificarmos todos os elementos essenciais de um determinado tipo negocial em causa, estaríamos em condições de proceder a uma subsunção do contrato, enquanto premissa menor, à noção leal, como premissa maior, processo que levaria à qualificação do negócio que, por sua vez, desencadearia a vigência dos “*naturalia*”.

Do ponto de vista conceptual, fica claro que a doutrina dos elementos do contrato restringe o processo de qualificação do negócio jurídico apenas a algumas das suas características, que integram a definição, com abstracção de outras, que são remetidas para a categoria dos “*naturalia*”. PEDRO PAIS VASCONCELOS<sup>185</sup> defende que “*esta separação é artificial e de rejeitar, por um lado porque os elementos essenciais, embora sejam qualificativos, são também determinantes do regime e, por outro, porque os elementos naturais, além de determinarem o regime, são também determinantes da qualificação na medida em que, sendo típicos, são imprescindíveis na formação do tipo jurídico estrutural, sem o qual a qualificação se desfigura. Além disto, é tautológico afirmar que o tipo é individualizado pelos elementos essenciais e que estes são os que individualizam o tipo*”. Neste sentido, todos os elementos típicos seriam hábeis, em maior ou menor medida, a fornecer indícios para a qualificação, para se constituírem como índices do tipo.

De acordo com a doutrina tipológica, os índices do tipo são as qualidades ou características aptas a individualizá-lo e a distingui-lo face outros tipos. Não são apenas elementos “*sine quibus non*”, como sucede com os “*essentialia*”<sup>186</sup>, uma vez que também aquelas características coadjuvantes, que apenas na presença de outras

---

<sup>185</sup> *Ob. cit.*, pp.117 e seguintes.

<sup>186</sup> Como salienta PEDRO PAIS VASCONCELOS (*ob. cit.*, pp. 118 e 119), os índices do tipo são bem mais amplos que os “*essentialia*”, dado que, enquanto que estes são elementos necessários e suficientes da subsunção (ao ponto de, a não verificação de um deles, conduzir inexoravelmente à exclusão do tipo), aqueles abrangem ainda os “*naturalia*” e por vezes os “*accidentalia*”. A justificação para o facto dos “*naturalia*” serem índices do tipo, resulta da constatação de que eles vigoram sempre que não forem afastados por estipulação em contrário, o que significa serem características *prima facie* do tipo, correspondentes ao tipo normativo médio que serviu de modelo ao legislador. Mesmo alguns “*accidentalia*”, ainda que ocasionais, poderão constituir-se como indícios de um certo tipo, como sucede com a estipulação de um modo, que poderá, por exemplo, ser indício de um tipo de doação.

adquirem significado indiciário, e até aquelas características frequentes ou meramente ocasionais, podem constituir índices do tipo, conquanto tenham qualidade indiciária, i.e., sempre que se mostrem úteis para contribuir para o juízo de correspondência ao tipo ou para a comparação de tipos entre si.

A doutrina<sup>187</sup> indica os índices do tipo mais comuns ou frequentes:

a) A *causa*, geralmente entendida como a função económico-social de um determinado tipo contratual;

b) O *fim*, sendo relevante sobretudo nos casos em que, como característica, faça parte do tipo contratual<sup>188</sup>;

c) O *objecto mediato*<sup>189</sup>, podendo tratar-se de uma coisa<sup>190</sup> ou de um facto<sup>191</sup>.

d) A existência ou inexistência<sup>192</sup> de *contraprestações*, assim como as diferentes modalidades<sup>193</sup> desta.

e) O *sentido*, uma vez que todos os tipos contratuais têm um sentido imanente que lhes é próprio e lhes dá coerência. Assim, por exemplo, os contratos gratuitos, como a doação ou o comodato, caracterizam-se por um sentido altruísta e afectivo, pelo que só mediante a referência ao sentido do tipo contratual se poderá distinguir, por exemplo, “*uma compra e venda por preço barato de uma doação modal com encargo a dinheiro a pagar ao doador*”.<sup>194</sup> O sentido do tipo contratual é mais um critério importante a ter em consideração no juízo de correspondência a fazer entre o contrato e o tipo, pelo que a divergência de sentido entre ambos impedirá, em princípio, tal correspondência.

---

<sup>187</sup> Neste sentido, vide PEDRO PAIS VASCONCELOS, *Contratos Atípicos*, cit., pp. 121 e seguintes, RUI PINTO DUARTE, *Tipicidade e Atipicidade dos Contratos*, Almedina, Coimbra, 2000.

<sup>188</sup> É o que sucede, por exemplo, no contrato de sociedade civil, de cujo tipo faz parte o fim lucrativo como característica, nos termos do artigo 980.º do CC.

<sup>189</sup> A propósito da distinção entre objecto imediato e objecto mediato ou *stricto sensu*, vide MANUEL DE ANDRADE, cit., p. 345. O objecto imediato do contrato será o conteúdo contratual, enquanto que o objecto mediato será o *quid* sobre o qual recaem os efeitos do contrato. Discordando desta posição, GALVÃO TELLES, *Dos Contratos em Geral*, Coimbra Editora, Coimbra, 1947, p. 252, distingue o conteúdo, correspondente à auto-regulação dos interesses das partes, do objecto, compreendendo este os bens afectados por aquela auto-regulação.

<sup>190</sup> Como sucede no caso do arrendamento, que tem que versar sobre uma coisa imóvel, nos termos do artigo 1023.º do CC.

<sup>191</sup> É o caso do mandato, que tem tipicamente como objecto uma actividade jurídica, como resulta do preceituado no artigo 1157.º do CC.

<sup>192</sup> A doação, como contrato gratuito, não tem uma contrapartida, tendo como conteúdo típico uma única deslocação patrimonial unilateral (artigo 940.º do CC). O mesmo sucede com o comodato, que é tipicamente gratuito (artigo 1129.º do CC), ou com o mandato que, em princípio, será gratuito, a não ser que compreenda actos que o mandatário por profissão, caso em que será, presumivelmente, oneroso (artigo 1158.º, n.º 1, do CC). Contrariamente, tratando-se de mandato comercial, a onerosidade será a regra.

<sup>193</sup> No arrendamento, por exemplo, a renda será, em princípio, de montante fixo, enquanto que se estivermos perante uma locação de estabelecimento comercial já poderá ser de montante variável.

<sup>194</sup> PEDRO PAIS VASCONCELOS, *Contratos Atípicos*, cit., p. 156.

f) A *qualidade das partes* também poderá contribuir para a qualificação, nos casos em que os tipos contratuais sejam celebrados por contratantes com determinadas qualidades<sup>195</sup>, embora haja uma grande quantidade de tipos contratuais que são absolutamente indiferentes às qualidades das partes<sup>196</sup>.

g) A *forma* que as partes deram ao contrato também poderá ser um índice do tipo de contrato. A doutrina distingue, a este propósito, entre a *forma interna* do contrato, que é o modo como o contrato é celebrado, a sua forma própria, da *forma externa*, que corresponde às formalidades que, sem corresponderem ao modo próprio de celebrar o negócio, são adoptadas, ou porque são exigidas por lei ou porque foram convencionadas.<sup>197</sup> A forma interna típica tem uma relevância indiciária muito forte, sendo a sua presença usualmente suficiente para a qualificação, enquanto que a qualidade indiciária da forma externa é mais ténue, menos convincente quanto ao tipo de contrato que as partes quiseram celebrar.

h) A *vontade negocial* das partes desempenha um papel crucial no contrato, quer ao nível da regulação do clausulado contratual, quer quanto à determinação do seu conteúdo por via da interpretação. A vontade negocial manifestada pelas partes deverá ser considerada um índice do tipo<sup>198</sup>, nos casos em que as partes tenham previsto no contrato a própria qualificação, mas também quando tenham excluído expressa ou implicitamente uma qualificação que não desejam. Todavia, “a *estipulação do tipo constitui um índice do tipo e não é absolutamente determinante da qualificação (...). A estipulação do tipo pode corresponder a uma “falsa qualificação” (...)*”<sup>199</sup>, algo que sucede abundantemente na prática. Tal equivale a dizer que a estipulação do tipo, pelas partes, sendo um factor extremamente relevante ao nível da qualificação, não é decisiva,

---

<sup>195</sup> Assim, por exemplo, os contratos de seguro apenas poderão ser celebrados entre sujeitos desde que uma das partes seja uma Companhia de Seguros, tal como sucede com os contratos de suprimento são tipicamente celebrados entre sócios da mesma sociedade.

<sup>196</sup> Problema diferente deste que aqui tratamos surge quando a falta de qualidades das partes gera questões de legitimidade, como sucede no caso de venda de bem alheio, nos termos do artigo 892.º do CC.

<sup>197</sup> A este propósito, refere PEDRO PAIS VASCONCELOS, *ob. cit.*, pp. 163 e 164, que “a diferença entre a forma interna e a forma externa ressalta com clareza da comparação, por exemplo, de um negócio cambiário, como o aval ou o endosso de uma letra, com um negócio causal formal, como a compra e venda de um imóvel, ou informal como a fiança. O endosso e o aval são feitos pela assinatura no local adequado do título. Sem isso, não existem (...) A forma interna é constitutiva do acto. A forma exigida por lei para a compra e venda de imóvel, não é a forma do acto, mas a forma de que se reveste o acto”. Com outra terminologia, MANUEL DE ANDRADE, *ob. cit.*, p. 142, distingue “a forma necessária para a validade ou prova do negócio”, da forma “que constitua elemento do próprio conceito de um certo tipo negocial, por maneira que a sua falta produza a inexistência do respectivo negócio – forma que pode qualificar-se como constitutiva *hoc sensu*”.

<sup>198</sup> Neste sentido, PEDRO PAIS VASCONCELOS, *ob. cit.*, pp. 133 e seguintes.

<sup>199</sup> PEDRO PAIS VASCONCELOS, *ob. cit.*, p. 138.



sendo apenas um índice que contribui de maneira mais ou menos intensa para a qualificação.

De acordo com doutrina tipológica, a qualificação pressupõe, como bem nota PEDRO PAIS VASCONCELOS<sup>200</sup>, como ponto de partida, uma ideia clara, mesmo que não definitiva, sobre o contrato a qualificar, o que se consegue apenas por via da interpretação. Por isso, ao intérprete não se exige que compare o conteúdo contratual com todos os tipos contratuais previstos na lei, devendo antes, com recurso à sua experiência jurídica, delimitar um campo mais restrito de tipos potencialmente utilizáveis com os quais tenha aspectos comuns. Acresce que aquele juízo predicativo a que fizemos referência, não exige uma correspondência total entre o contrato em causa e o tipo, podendo essa correspondência ser feita de forma gradativa, operando com base na semelhança,<sup>201</sup> até porque os tipos contratuais são elásticos, até ao limite a partir do qual o contrato deixa de lhe corresponder. Cada tipo contratual assume um determinado quadro vinculativo cuja flexibilidade terá que ser limitada, desde logo, pela própria funcionalidade atribuída pelo legislador.

Apesar do mérito que reconhecemos à doutrina tipológica, sobretudo ao nível da aplicação, da apreciação casuística do contrato, parece-nos que, do ponto de vista da exposição dos critérios e da exposição, se torna algo confusa, remetendo o intérprete para uma incerteza jurídica, dificilmente compensável com a ideia de uma suposta maior justiciabilidade ao nível do caso concreto. Com base na doutrina tipológica, o juízo de correspondência de um contrato a um tipo é gradual, pelo que essa correspondência pode ser total ou de maior ou menor correspondência, o que determina a sua maior ou menor tipicidade. Tendo por base este método e a sua aplicação ao contrato em apreço, torna-se difícil colocar uma fronteira clara entre o que ainda é típico e o que já é atípico, até porque os limites de elasticidade do tipo são variáveis.

Trata-se de uma crítica que julgamos legítima e que não pode ser formulada à doutrina tradicional dos elementos do contrato, que privilegiaremos doravante

---

<sup>200</sup> *Ob. cit.*, p. 171.

<sup>201</sup> Daí que, como salienta PEDRO PAIS VASCONCELOS, *ob. cit.*, p. 173, a qualificação, como juízo predicativo, não se traduza “num juízo binário de correspondência total ou de não correspondência, de inclusão ou de exclusão, mas sim num juízo graduável e ponderado de maior ou menor correspondência”.

Em todo o caso, pensamos que, no caso em análise, e do ponto de vista prático, as conclusões a que chegaremos serão idênticas, quer optemos (como o faremos) por relevar os elementos essenciais dos tipos legais em análise, quer façamos uma enunciação dos índices tipológicos mais relevantes.

### **5.3. Tipicidade ou atipicidade do contrato**

*“A principal dificuldade que se coloca no que respeita à qualificação, é a de ajuizar se um certo contrato é típico ou atípico”<sup>202</sup>*

A questão que se nos coloca é, portanto, a de saber se os contratos celebrados com o empresário desportivo têm correspondência num determinado tipo contratual ou se devem ser considerados como legalmente atípicos.

Com base na pré-compreensão que temos deste contrato, alicerçada nas funções desempenhadas pelo empresário desportivo e em todo o contexto sócio-económico em que emergiu e se afirmou, conseguimos identificar um círculo restrito de qualificações possíveis que deveremos experimentar, de modo a ajuizar os resultados de cada uma.

Vejamos, então, os elementos essenciais mais relevantes das figuras contratuais que, em nosso entendimento, estarão mais próximas de regular o contrato em análise

#### **5.3.1 O contrato celebrado com empresário desportivo como um contrato de agência?**

A agência dispõe de um regime jurídico próprio, consagrado no Decreto-Lei n.º 178/86, de 3 de Julho<sup>203</sup>, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 118/93, de 13 de Abril, que transpõe a Directiva 86/653/CEE, do Conselho, de 18 de Dezembro de 1986. A agência é, nos termos do artigo 1.º deste diploma, *“o contrato pelo qual uma das partes se obriga a promover por conta da outra a celebração de contratos, de modo*

---

<sup>202</sup> WALTER SCHLUEP, *Innominatverträge*, Helbing & Lichtenhahn, Basel und Stuttgart, 1979, *apud* PEDRO PAIS VASCONCELOS, *Contratos Atípicos*, *cit.*, p. 173.

<sup>203</sup> Para um comentário a este diploma legislativo, *vide* ANTÓNIO PINTO MONTEIRO, *Contrato de Agência – Anotação ao Decreto-Lei n.º 178/86, de 3 de Julho*, 6.ª edição, Almedina, Coimbra, 2007.

*autónomo e estável e mediante retribuição, podendo ser-lhe atribuída certa zona ou determinado círculo de clientes”*. São elementos essenciais<sup>204</sup> deste contrato<sup>205</sup>:

- a) *A obrigação de o agente promover a celebração de contratos;*
- b) *Por conta da outra parte;*
- c) *Com autonomia;*
- d) *De forma estável;*
- e) *Mediante retribuição.*

O traço mais relevante do contrato de agência relaciona-se precisamente com a obrigação de o agente promover a celebração de contratos, tratando-se de uma prestação complexa que deve ser executada, nos termos do artigo 6.º do diploma legal supra enunciado, de boa-fé, no interesse do principal. De salientar que, em regra, os contratos não são celebrados pelo agente, que se limita a promover e a preparar a sua celebração futura pelo principal, embora, caso as partes assim o tenham previsto no contrato, o agente poderá ser autorizado a celebrar tais contratos enquanto representante do principal, nos termos do artigo 2.º, e até a cobrar créditos dele emergentes, *ex vi* artigo 3.º<sup>206</sup>.

No que ao empresário desportivo diz respeito, sabemos já que o núcleo fundamental da sua actuação consiste em negociar o contrato do jogador com o clube ou sociedade anónima desportiva, promovendo os interesses do seu cliente junto da outra parte. Sucede, porém, que os poderes representativos do empresário podem legitimá-lo, à luz do regime geral, a celebrar o contrato de trabalho em nome do jogador, uma vez que nada impede que um contrato de trabalho seja celebrado por um representante voluntário que age em nome do trabalhador representado<sup>207</sup>. Não vislumbramos aqui uma diferença decisiva face ao que ocorre no âmbito da agência, dado que o agente *proprio sensu* também poderá, na prática, deter poderes representativos.

---

<sup>204</sup> Para além destas características essenciais, a lei refere outras duas que surgem como elementos não essenciais ou eventuais da agência, que se relacionam com a possível atribuição ao agente de “certa zona” ou de “determinado círculo de clientes”.

<sup>205</sup> Para mais desenvolvimentos, vide ANTÓNIO PINTO MONTEIRO, *Contratos de Distribuição Comercial*, Almedina, 2002, pp. 86 a 99.

<sup>206</sup> Neste sentido, vide JOSÉ ENGRÁCIA ANTUNES, *Direito dos Contratos Comerciais*, Almedina, 2009, págs. 440 e 441.

<sup>207</sup> LEAL AMADO (*Vinculação versus Liberdade*, cit., pp. 496 e 497) duvida da bondade desta solução, propondo, “*de iure condendo*”, que seria preferível exigir a intervenção pessoal do praticante aquando da celebração do respectivo contrato de trabalho desportivo, uma vez que este tem especificidades próprias, assumindo contornos particularmente vinculativos para o praticante, o que aconselharia que fosse ele próprio a subscrevê-lo, e não um terceiro, na qualidade de representante voluntário, independentemente de se tratar de um procurador, mandatário, empresário ou agente.

Outro traço essencial do contrato de agência consiste na “actuação do agente por conta<sup>208</sup> do principal”<sup>209</sup>. Neste aspecto, não vislumbramos diferenças assinaláveis, porquanto também o empresário desportivo pode actuar enquanto *dominus negotii*, actuando por conta do seu cliente e em seu benefício.

Também o terceiro elemento essencial do contrato de agência se verifica no âmbito da relação que o empresário desportivo estabelece com o praticante desportivo profissional: o empresário desportivo, tal como o agente, tem “autonomia” no exercício da sua actividade, gozando de uma ampla margem de liberdade na execução dos seus deveres contratuais<sup>210</sup>, sem prejuízo de, quer o principal (perante o agente), quer o praticante desportivo ou clube (perante o empresário), poderem dar indicações genéricas sobre o modo como a prestação deverá ser exercida.

De igual forma, a existência de uma contraprestação como “*essentialia*” do contrato de agência, se verifica como elemento integrador dos contratos celebrados pelo empresário desportivo, tratando-se de contratos onerosos: quer o agente, quer o empresário desportivo, são remunerados pela sua actividade, sendo que a remuneração consiste, em regra, numa comissão<sup>211</sup>.

Porém, parece-nos que há um elemento essencial do contrato de agência que não se identifica de forma coerente com as especificidades próprias dos contratos celebrados pelo empresário desportivo com praticantes desportivos ou com clubes, e que tem a ver com a “estabilidade da relação”<sup>212</sup>. Refere PINTO MONTEIRO<sup>213</sup> que “*definir um contrato é indicar as suas notas fundamentais (a “causa negotii”), os elementos*

---

<sup>208</sup> Para mais desenvolvimentos acerca da noção de actuação por conta e no interesse alheios, vide PESSOA JORGE, *O Mandato sem Representação*, Almedina, Coimbra, 2001, pp. 192 e seguintes.

<sup>209</sup> Trata-se de uma característica que permite distinguir a agência de outros contratos de distribuição comercial, como por exemplo, a concessão comercial e a franquia.

<sup>210</sup> Não raras vezes os desportistas profissionais, quando questionados acerca do seu futuro desportivo imediato, respondem que “o assunto está entregue ao meu empresário, ele é que vai tratar do meu futuro profissional”. Frequente é também ler e ouvir, da parte dos atletas, que só souberam que estavam em curso negociações com o Clube X na véspera de assinar contrato. Significa isto que, quando há uma relação de confiança mútua entre praticante desportivo profissional e empresário desportivo, é este quem define, quem negocia, quem opta pela melhor solução para o seu cliente, o que evidencia bem a autonomia com que este exerce a sua actividade.

<sup>211</sup> No caso do agente, a comissão é calculada em função do volume de negócios angariados para o principal, nos termos dos artigos 16.º a 18.º do respectivo diploma legal. No caso do empresário desportivo, a comissão resulta, regra geral, de uma percentagem da quantia envolvida na transferência do praticante desportivo. No entanto, quando o empresário desportivo exerce para com o seu cliente outras funções, de permanente assessoria, aconselhamento e acompanhamento, a remuneração do agente poderá resultar de uma percentagem fixa sobre a remuneração do atleta.

<sup>212</sup> Trata-se de uma característica que permite distinguir o contrato de agência do contrato de mediação, uma vez que o mediador exerce uma actividade de intermediação isolada ou pontual. Para mais desenvolvimentos acerca da distinção entre contratos de agência e de mediação, vide MANUEL SALVADOR, *Contrato de Mediação*, Petrony, Lisboa, 1964, pp. 237 e seguintes.

<sup>213</sup> *Contrato de Agência (anteprojecto)*, Separata, p. 24.

*essenciais, que o identificam e, simultaneamente, o individualizam, permitindo diferenciá-lo de outros contratos que realizam função económico-social diferente”.* Ora, o contrato de agência, no silêncio das partes, terá duração indeterminada, podendo, por vontade destas, assumir uma duração determinada. Parece-nos que, mesmo quando as partes prevêem um prazo curto de duração para o contrato de agência, a nota da estabilidade não deixa de estar presente como elemento essencial à relação jurídica estabelecida pelas partes. Fundamental, neste âmbito, é que o agente exerça a sua actividade de forma estável e continuada, tendo em vista, não uma operação esporádica, mas uma pluralidade de operações que se prolongam no tempo. Consequentemente, está afastada a possibilidade de o agente praticar actos isolados, ocasionais ou incidentais.

Contrariamente, a actividade do empresário desportivo reconduz-se frequentemente à mera intervenção pontual na preparação e celebração de um negócio determinado. Sem prejuízo do exposto, podemos verificar que, actualmente, nas relações com os praticantes desportivos, se estabelece muitas vezes uma relação de confiança entre as partes, susceptível de nos levar a questionar se, nessas situações, também a nota da estabilidade não estará cumprida. Cremos que não. A estabilidade não é hoje, como nunca foi, um elemento essencial ao contrato celebrado pelo empresário desportivo. Aliás, no âmbito do futebol, o RRAJ da FIFA estabelece, inclusivamente, que o período máximo de duração dos contratos celebrados pelo empresário desportivo será de 2 anos, não sendo admissível a renovação tácita do mesmo.

A não verificação deste elemento essencial do contrato de agência nos contratos celebrados pelo empresário desportivo no âmbito da sua actividade, determinará, em nossa opinião, a impossibilidade de o qualificarmos como se de um contrato de agência pura e simples se tratasse.

Pensamos que à mesma solução se chegaria se adoptássemos a doutrina tipológica e analisássemos alguns índices do tipo. Cremos que o sentido próprio do contrato de agência justifica que a nota da estabilidade seja um elemento essencial, enquanto que o sentido próprio do contrato celebrado entre o empresário desportivo e o praticante desportivo profissional ou o clube, o afasta do tipo do contrato de agência, porquanto a nota da estabilidade não é um elemento essencial caracterizador da actividade do empresário desportivo: a sua intervenção junto de clubes e jogadores consiste, em regra, em proceder à preparação e celebração de um negócio em concreto, de forma meramente esporádica. Consideramos também que se verifica uma

desconformidade entre a função sócio-económica do contrato de agência e o (s) contrato (s) celebrado (s) pelo empresário desportivo, com um âmbito de actuação circunscrito a um fenómeno socioeconómico específico como o desporto.

A maior ou menor elasticidade ou flexibilidade do tipo contratual não é suficiente para justificar a subsunção, *in casu*, ao respectivo regime jurídico, porquanto os padrões legais surgem perante o intérprete como quadros vinculativos que devem ter a sua flexibilidade limitada pela ideia de funcionalidade que o legislador lhe determinou.

Em jeito de conclusão, diremos que o sentido próprio do contrato celebrado pelo empresário desportivo, a função sócio-económica que desempenha, mas, essencialmente, a ausência da estabilidade como característica própria deste contrato, levam-nos a concluir pela impossibilidade de proceder à sua qualificação como um contrato de agência, sujeito ao regime legal do Decreto-Lei n.º 178/86, de 3 de Julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 118/93, de 13 de Abril. Em coerência com o que defendemos, julgamos ainda inadmissível a aplicação do regime jurídico da agência, mesmo que por analogia, aos contratos celebrados pelo empresário desportivo, uma vez que, como iremos sustentar, somos da opinião que os contratos em causa se aplicará, analogicamente, o regime do mandato civil.

### **5.3.2 O contrato celebrado com empresário desportivo como um contrato de mediação?**

A eventual qualificação deste contrato como contrato de mediação assume toda a pertinência, uma vez que, em França<sup>214</sup>, precisamente o país que regulou esta matéria de forma inovadora, a doutrina maioritária tende a reconduzir este empresário desportivo à figura jurídica da mediação, com a justificação de que a sua actividade se reconduz a desenvolver os actos preparatórios do contrato, ficando as partes livres de o celebrar ou não. Excepcionalmente, e nos casos em que o empresário tenha poderes para celebrar um contrato-promessa de trabalho, estaríamos perante um contrato misto, com elementos típicos da mediação e do mandato.

---

<sup>214</sup> Cfr. THOMAS COLLARDEAU, *ob. cit.*, pp. 24-26.

O contrato de mediação<sup>215</sup>, é um contrato legalmente atípico (apesar de existirem já algumas actividades de mediação devidamente enquadradas normativamente)<sup>216</sup> e nominado<sup>217</sup>, que consiste na convenção pela qual o mediador se vincula para com o comitente, de modo independente e mediante retribuição, a preparar e a estabelecer uma relação de negociação entre este e terceiros (os solicitados), tendo em vista a conclusão de um negócio jurídico. Trata-se de uma modalidade do contrato de prestação de serviços que não tem regulamentação geral ao nível do Código Civil, dado que, em regra, se integra no exercício de actividades comerciais<sup>218</sup>. Este contrato não dispõe de um regime jurídico unitário, mas apenas de normas avulsas que regulam o exercício de algumas actividades profissionais de mediação<sup>219</sup>. VAZ SERRA<sup>220</sup> caracteriza-o como o contrato em que uma das partes se obriga a encontrar um interessado para certo negócio e aproximar esse interessado da outra parte.

Como elementos essenciais do contrato de mediação<sup>221</sup>, incluem-se:

- a) *A necessidade de existência de uma convenção expressa ou tácita de mediação;*
- b) *A actividade pontual e independente de intermediação;*
- c) *A onerosidade.*

Em face do exposto, parece-nos que a questão mais duvidosa é a exigir alguma reflexão sobre a possibilidade de enquadrar a actividade do empresário desportivo na

---

<sup>215</sup> Designado de *contrato de corretagem* no direito brasileiro. Para mais desenvolvimentos, vide ORLANDO GOMES, *Contratos*, 7.ª edição, 1987, n.307, pp. 46 e seguintes.

<sup>216</sup> Neste sentido, BARATA LACERDA, *O Contrato de Mediação*, 2008, “Estudos do Instituto de Direito Consumo”, vol. I, Almedina, Coimbra, 2002, pp. 185 e seguintes.

<sup>217</sup> Julgamos tratar-se de um contrato legalmente atípico, mas socialmente típico. Para que estejamos perante um *contrato socialmente típico*, o contrato terá que ter, na prática ou nos usos, uma disciplina tendencialmente completa, sendo esse modelo regulativo o tipo social propriamente dito. O contrato de mediação é um contrato socialmente típico, com um modelo regulativo estabilizado na prática, mas legalmente atípico, pois os preceitos legais existentes não correspondem a um modelo regulativo típico, são normas alheias ao tipo. Já HELENA BRITO, *Concessão Comercial*, Almedina, Coimbra, 1990, pp. 169 e 170, considera que apenas serão contratos atípicos os contratos que o sejam legal e socialmente.

<sup>218</sup> Nos casos em que a mediação se deva considerar de natureza civil, deveremos recorrer às regras do mandato para regular o que não tiver sido convencionado pelas partes. Em sentido concordante, cfr. PIRES DE LIMA, ANTUNES VARELA, *Código Civil Anotado*, vol. II, 4.ª edição, Coimbra Editora, 1997, p. 785.

<sup>219</sup> De destacar os mediadores financeiros (artigos 289.º e seguintes do Código dos Valores Mobiliários), os mediadores imobiliários (Decreto-Lei n.º 211/2004, de 20 de Agosto) e os mediadores de seguros (Decreto-Lei n.º 144/2006, de 31 de Julho).

<sup>220</sup> *RLJ*, ano 100.º, p. 347.

<sup>221</sup> Para mais desenvolvimentos, vide JOSÉ ENGRÁCIA ANTUNES, *Direito dos Contratos Comerciais*, cit., pp. 460 e seguintes.

mediação civil tem a ver com a circunstância de a actividade do mediador ser, geralmente, uma *actividade pontual e independente de intermediação*.

PESSOA JORGE<sup>222</sup> entende que há duas espécies fundamentais de mediação. Numa, que será designada de *mediação stricto sensu*, em que o mediador actua de forma independente, limitando-se a colocar em contacto as partes para a conclusão de um negócio, mas não estar ligado a nenhuma delas por relações de colaboração, dependência ou representação.

Na outra, que poderemos designar de *mediação lato sensu*, o mediador actua no interesse de uma das partes, promovendo e preparando negócios no interesse dela, que esta celebrará por si mesma. Acrescente-se ainda que, nesta figura da *mediação lato sensu*, se deverão incluir todas as formas impróprias de mediação existentes no nosso ordenamento jurídico, no âmbito das quais o mediador exerce a sua actividade no âmbito de uma colaboração duradoura<sup>223</sup>. Significa isto, portanto, que o desenvolvimento de actividades de mediação, de forma pontual e independente, é apenas pressuposto do seu enquadramento no âmbito da mediação *stricto sensu*, sendo admissível subsumir ainda a esta modalidade atípica da prestação de serviços a actividade de mediação que é desenvolvida de forma estável, no interesse de um dos contraentes.

Assim sendo, questionamo-nos sobre se o núcleo essencial das funções desempenhadas pelo empresário desportivo o afastará do núcleo essencial da mediação civil? Poderemos considerar o empresário desportivo como um profissional que actua apenas na base de operações de intermediação tendo em vista a realização de negócios concretos, numa posição de equidistância face aos interesses das partes? Qual o traço distintivo entre a mediação e o mandato?

Para responder a estas interrogações, julgamos pertinente seguir a orientação propugnada por PESSOA JORGE<sup>224</sup> que defende que “*os contratos que tenham por objecto actividades de mediação não se confundem com o mandato. A mediação, como tal, consiste numa actividade de ordem material que, embora dirigida à prática de actos ou negócios jurídicos, não consiste na realização destes, isto é, na declaração da vontade negocial*”. Tendo por base este critério:

---

<sup>222</sup> *Ob. cit.*, pp. 232 e 233.

<sup>223</sup> Veja-se, por exemplo, o caso dos agentes de seguros e dos mediadores de seguros coligados, nos termos do artigo 8.º, alínea a), do Decreto-Lei n.º 144/2006, de 31 de Julho.

<sup>224</sup> *O Mandato sem Representação*, Reimpressão, Almedina, Coimbra, 2001, pp. 227 e seguintes.



1) Estaremos perante uma mediação *stricto sensu*, nos casos em que o empresário se vincula apenas a promover ou a angariar negócios para outrem (seja para o clube ou para o praticante desportivo), colocando em contacto os possíveis interessados na celebração do negócio e intervindo apenas na fase de negociação do contrato que será posteriormente celebrado pelas partes. Deste modo, naqueles casos em que o empresário apenas colocar em contacto as partes para a conclusão de um negócio, sem estar ligado a qualquer delas por relações de colaboração, dependência ou representação, tratar-se-á de uma *mediação stricto sensu*, desde que tais actividades não tenham por objecto as que são próprias do mandato.

2) Nas situações em que o empresário actua no interesse de uma das partes, exercendo a tarefa de intermediação através da promoção e preparação de negócios no interesse dela (que esta depois se encarregará de celebrar por si mesma), podendo mesmo desenvolver essa actividade no quadro de uma relação mais estável, estaremos perante uma *mediação lato sensu*.

Parece-nos correcto, após reflectirmos também acerca do próprio sentido e funções dos contratos em causa, que a actividade do empresário desportivo possa ser, em muitos casos, qualificada como uma mediação, dado que a mais relevante das funções que desempenha se traduz na actividade conducente à preparação do contrato, que é vulgarmente conhecida como mediação, pois os mediadores “*não participam no contrato: a sua actividade desenvolve-se apenas em ordem a preparar este*”<sup>225</sup>. Aqui, verdadeiramente, o empresário, ao desenvolver contactos com potenciais interessados, ao colocar as partes em contacto, ao auxiliar a negociação, estará a praticar actos que se enquadram na figura do mediador<sup>226</sup>.

Tal conclusão sairá reforçada se conjugarmos o que acabámos de expor com outro dos elementos do contrato de mediação, que tem a ver com a contraprestação auferida pelo mediador, que à semelhança do que sucede com o empresário desportivo, auferir uma comissão pelo serviço prestado, o que reforça a ideia de correspondência ao regime jurídico da mediação. Deveremos concluir, portanto, que, mesmo nos casos em que a actividade de intermediação desenvolvida pelo empresário desportivo seja

---

<sup>225</sup> PESSOA JORGE, *O Mandato sem Representação*, cit., 2001, p. 15.

<sup>226</sup> Neste sentido, NUNO BARBOSA, “Uma deontologia para o agente de jogadores”, *I Congresso de Direito do Desporto – Memórias*, Estoril, Outubro de 2004, coordenação de Ricardo Costa e Nuno Barbosa, Coimbra, Almedina, 2005, p. 182.

permanente ou até por conta de outrem, tal circunstância não afasta, de *per se*, a subsunção ao regime da mediação, porquanto, como vimos, há formas de mediação impróprias, reconhecidas pelo legislador, em que a actividade do mediador é executada de forma permanente.

Por outro lado, não temos dúvidas em afirmar que, em todos os casos em que o empresário desportivo intervenha na realização do contrato, actuará como mandatário, com ou sem representação;

Diferentemente, quando o empresário, por força do contrato, acumule outras funções mais abrangentes do que apenas estabelecer contactos com terceiros numa posição de intermediário, a qualificação do contrato como sendo de mediação será insuficiente e, como tal, de afastar. Nestes casos, colocar-se-á o problema de saber se estaremos perante uma união de contratos ou perante um contrato misto.

Rejeitamos, por último, o entendimento propugnado pela doutrina francesa<sup>227</sup> que entende que, nalgumas situações, estaremos perante um contrato *sui generis*, que contém elementos do mandato e também elementos caracterizadores da mediação. É nosso entendimento que os elementos caracterizadores da mediação o afastam do mandato e vice-versa, pelo que a possibilidade de estarmos perante uma união de contratos ou um contrato misto, integrador de mais do que uma disciplina contratual, far-se-á sempre entre o mandato ou a mediação e outro regime jurídico, nomeadamente o do contrato (atípico) da prestação de serviços.

Deveremos, então, concluir que se o empresário desportivo desenvolver uma actividade material dirigida à prática de negócios jurídicos sem que intervenha na realização da própria declaração negocial, auferindo, por via disso, uma retribuição a título de comissão, poderemos estabelecer um juízo de correspondência face ao regime jurídico da mediação. Pensamos que foi com este sentido que o legislador, no artigo 2.º, alínea d), da Lei n.º 28/98, de 26 de Junho, definiu empresário desportivo como “*a pessoa singular ou colectiva que, estando devidamente credenciada, exerça a actividade de (...) intermediação ocasional ou permanente*”, algo que resulta também do n.º 1 do artigo 23.º e do n.º 1 do artigo 24.º. Reforçando esta mesma ideia, de

---

<sup>227</sup> THOMAS COLLARDEAU, *L'Agent Sportif*, cit., p. 24 e seguintes.

salientar o disposto no 37.º da LBAFD, que vislumbra estes profissionais como “*as pessoas singulares ou colectivas que, estando devidamente credenciadas, exerçam a actividade de (...) intermediação ocasional ou permanente, mediante remuneração, na celebração de contratos de formação desportiva, de trabalho desportivo ou relativos a direitos de imagem*”.

### **5.3.3 O contrato celebrado com o empresário desportivo como um contrato de mandato?**

Em Itália, o artigo 1.º, do parágrafo segundo, do Regulamento da FIGC, caracteriza o exercício da actividade do empresário desportivo como um mandato sem representação. Questionemo-nos sobre se o contrato celebrado com o empresário desportivo poderá (ou deverá) ser reconduzido à figura típica do mandato civil<sup>228</sup>, mediante análise dos elementos essenciais desta figura à luz do ordenamento jurídico vigente consagrado no Código Civil português.

Nos termos do artigo 1157.º do CC<sup>229</sup>, mandato é o “*contrato pelo qual uma das partes se obriga a praticar um ou mais actos jurídicos por conta da outra*”. Trata-se de um contrato nominado e típico, uma modalidade do contrato de prestação de serviços em que o prestador é o mandatário, que age de acordo com as indicações e instruções do mandante, quer no que se refere ao objecto, quer no tocante à própria execução do mesmo. Tal equivale a dizer que o contrato de mandato pressupõe, como elementos essenciais:

a) Que uma das partes, o mandatário, *se obrigue a praticar um ou mais actos jurídicos*<sup>230</sup>. Quanto a este primeiro aspecto, de salientar que, caso estejamos perante um

---

<sup>228</sup> Parece-nos evidente a impossibilidade de subsunção dos contratos celebrados pelo empresário desportivo ao mandato comercial. Nos termos do artigo 231.º do Código Comercial, “*dá-se mandato comercial quando alguma pessoa se encarrega de praticar um ou mais actos de comércio por mandado de outrem*”. Entendemos que o empresário não fica vinculado à prática de actos de comércio, mas de actos cuja natureza o afastam deste artigo 231.º do Cód. Com.

<sup>229</sup> Para mais desenvolvimentos, PIRES DE LIMA e ANTUNES VARELA, *Código Civil Anotado*, Vol. III, 2.ª edição, Coimbra Editora.

<sup>230</sup> CABRAL DE MONCADA, *Lições de Direito Civil (Parte Geral)*, vol. II, 3.ª edição, Coimbra, 1959, p. 147, entende que os actos jurídicos são os actos de vontade do homem que produzem efeitos de direito. PESSOA JORGE, *O Mandato sem Representação*, cit., pp.164-166, discorda, defendendo que o acto jurídico consiste numa declaração de vontade e os respectivos efeitos produzem-se em atenção a essa vontade. Assim, por exemplo, não perderá natureza jurídica a actividade que, tendo como objectivo a prática de um acto jurídico, envolve também a realização de actos materiais preparatórios ou complementares daquele. Consequentemente, quanto à função que desempenham, podem tratar-se de

contrato no âmbito do qual as obrigações assumidas envolvam a prática de actos materiais ou intelectuais, o mesmo se reconduzirá ao regime jurídico da prestação de serviços atípica, nos termos do artigo 1154.º do C.C., que, aliás, se rege normalmente pelas regras do mandato (artigo 1156.º do C.C.)<sup>231</sup>.

b) Que a actuação do mandatário seja feita *por conta da outra parte*, o mandante. No âmbito do mandato, os efeitos jurídicos decorrentes da prática do acto jurídico devem projectar-se na esfera jurídica da pessoa que nele não interveio. Significa isto que o mandatário deve agir no interesse do mandante, sendo que o conteúdo dessa actuação é variável, sujeito a uma apreciação casuística. Este elemento essencial evidencia, claramente, o carácter “*intervivos*” deste tipo contratual.

Acresce que o mandato é uma das modalidades do contrato de prestação de serviços, como advém da consideração do artigo 1155.º do C.C., pelo que a ausência de subordinação jurídica é uma das características mais evidentes deste contrato, conferindo um sentido próprio a este tipo, em que o prestador exerce a sua actividade com total autonomia<sup>232</sup>, por conta de outrem.

Por força do exposto, para que um contrato possa ser caracterizado como sendo de mandato, forçoso se torna que os actos jurídicos sejam realizados por conta do mandante. O mandatário pratica um acto jurídico alheio, uma vez que todos os seus efeitos se irão repercutir na esfera jurídica do mandante. O objectivo do mandato é o de promover a substituição de uma pessoa por outra na realização de um negócio jurídico. Como refere PESSOA JORGE<sup>233</sup>, o mandato visa estabelecer uma forma de intermediação ou intervenção de terceiros na prática de actos jurídicos. Note-se que a repercussão dos efeitos jurídicos decorrentes da actuação do mandatário na esfera jurídica do mandante pode verificar-se de duas formas, consoante estejamos perante um mandato com ou sem representação<sup>234</sup>.

---

*actos enunciativos* (se visarem levar algo ao conhecimento de outros), *negócios jurídicos* (quando estabelecem uma regulamentação de interesses pelos próprios interessados) ou *actos executivos* (que executam anteriores regulamentações de interesses, quando para essa execução se torna necessária uma manifestação de vontade).

<sup>231</sup> Neste sentido, cfr. MENEZES LEITÃO, *Direito das Obrigações*, Vol. III, Contratos em Especial, 6.ª edição, Almedina, 2009, p. 434.

<sup>232</sup> Neste sentido, Ac. STJ, de 07-10-1998, in *CJ/STJ*, 1998, 3.º, págs. 251.

<sup>233</sup> *Ob. cit.*, Almedina, 2001, p. 157.

<sup>234</sup> Na Exposição de Motivos, constante do Projecto do Código Civil de 1966, GALVÃO TELLES, in *Fac. Dir. de Lisboa*, ano X, p. 210, declarava que “a principal inovação a assinalar na orientação dada ao projecto sobre o contrato de mandato, relativamente às disposições do actual Código Civil, está no

No *mandato com representação*, e nos termos dos artigos 1178.º e 258.º do Código Civil, os actos jurídicos levados a cabo pelo mandatário produzem directamente os seus efeitos na esfera jurídica do mandante. O mandato será associado à representação sempre que o mandatário tenha recebido poderes representativos e actue em nome do mandante (*contemplatio domini*). Daí que, quando a actuação do mandatário se exerce em representação do mandante, se aplica o regime da representação, nos termos dos artigos 258.º e seguintes do C.C. No mandato com representação, estamos perante a existência de dois negócios: através do mandato, o mandatário fica vinculado a praticar actos jurídicos por conta do mandante, *ex vi* artigo 1157.º do C.C; por força da procuração<sup>235</sup>, o mandatário adquire poderes representativos que permite que os efeitos decorrentes dos actos jurídicos que praticar se repercutam directamente na esfera jurídica do mandante representado.

Por seu turno, na eventualidade de estarmos perante um *mandato sem representação*, os actos jurídicos praticados pelo mandatário produzem os efeitos jurídicos na esfera jurídica deste, de acordo com o artigo 1180.º do C.C., havendo a necessidade de um acto posterior de transmissão para que os efeitos jurídicos se transmitam para a esfera jurídica do mandante (artigo 1181.º, n.º 1, do C.C.). No mandato sem representação, o mandatário realiza o acto jurídico em nome próprio, mas por conta de outrem, ou seja, apesar dos efeitos jurídicos decorrentes da sua actuação se projectarem na sua esfera jurídica, eles destinam-se ao mandante, para o qual deverão ser transferidos. Como resolver o problema da repercussão no mandante dos efeitos jurídicos decorrentes do negócio celebrado entre o mandatário e o terceiro? Centrando a questão no âmbito da questão em análise: como resolver as situações em que o empresário, actuando ao abrigo de um mandato sem representação, celebra um contrato por conta do praticante desportivo ou do clube?

A resposta dependerá da orientação doutrinal que seguirmos. De acordo com a *tese da dupla transferência*, os efeitos jurídicos repercutir-se-iam na esfera jurídica do

---

*facto de se ter tornado clara, expressa, uma ideia que representa uma conquista, pode dizer-se definitiva, da moderna ciência jurídica, a saber: que não existe ligação necessária entre mandato e representação”.*

<sup>235</sup> No Código de Seabra de 1867, este negócio gerador de poderes representativos apresentava uma estrutura bilateral e era denominado de “contrato de mandato”, também designado de procuradoria, sendo definido, no artigo 1318.º, como o contrato que se dá quando uma pessoa se encarrega de prestar, ou fazer alguma coisa, por mandato e em nome de outrem. Contra esta terminologia reagiu GALVÃO TELLES, sustentando que o termo procuração deveria ser o utilizado para o acto atributivo de poderes de representação (noção substancial), podendo também empregar-se para o documento onde se incluíam tais poderes (noção formal). Tal posição veio a ser acolhida pelo actual Código Civil, nos artigos 262.º, n.ºs 1 e 2. Cfr. GALVÃO TELLES, *Manual dos Contratos em Geral*, Coimbra Editora, 2002, pp.421 e 422.

mandatário, sendo necessário um negócio posterior para os poder transmitir para a esfera jurídica do mandante. A *tese da projecção imediata*, considera, por outro lado, que os efeitos jurídicos se produzem directamente na esfera jurídica do mandante, sem terem necessariamente que passar pelo património do mandatário<sup>236</sup>.

A lei portuguesa consagrou a *tese da dupla transferência* no artigo 1180.º do C.C. Consequentemente, o artigo 1181.º, n.º 1, do C.C., determina a obrigação para o mandatário de transferir para o mandante os direitos adquiridos na execução do mandato, através de um novo contrato entre mandante e mandatário que este fica obrigado a celebrar<sup>237</sup>.

Tendo já enunciado os elementos essenciais do contrato de mandato, poderemos qualificar o contrato celebrado pelo empresário desportivo com o praticante desportivo ou com o clube como um contrato de mandato?

Antecipamos a resposta afirmativa a esta questão pois, desde logo, a nossa lei considera o empresário desportivo, na Lei n.º 28/98, de 26 de Junho, artigo 2.º, al. d), como “a pessoa singular ou colectiva que, estando devidamente credenciada, exerça a actividade de representação (...)”. Aliás, e no âmbito do mesmo diploma legal, o n.º 4 do artigo 23.º refere-se expressamente aos “contratos de mandato” celebrados pelo empresário desportivo. Em coerência com o disposto na Lei n.º 28/98, de 26 de Junho, dispõe o artigo 37.º da LBAFD que os empresários desportivos são “as pessoas singulares ou colectivas que, estando devidamente credenciadas, exerçam a actividade

---

<sup>236</sup> A tese da projecção imediata foi defendida por PESSOA JORGE, *ob. cit.*, pp. 291 e seguintes, que critica a tese da dupla transferência por não corresponder à verdadeira intenção das partes, que não pretendem que seja o mandatário a adquirir os efeitos jurídicos decorrentes da sua actuação. Por outro lado, a natureza do acto segundo o qual se procederia à segunda transferência, não se adequaria ao sistema de contratos reais do nosso ordenamento jurídico, pois a causa não seria a compra e venda ou a doação, mas antes um negócio abstracto ou um negócio causal fiduciário, o que seria juridicamente inadmissível. Em sentido contrário se pronuncia a doutrina maioritária, entre os quais se destacam GALVÃO TELLES, *C.J.*, n.º 8, 1983, 3, p. 10, e JANUÁRIO GOMES, *Em Tema de Revogação do Mandato Civil*, Coimbra, Almedina, 1989, p. 126, qualificando como negocial o acto pelo qual se procede à segunda transferência, falando-se a este propósito de um negócio alienatório específico de execução do mandato.

<sup>237</sup> No caso de incumprimento, coloca-se o problema de saber se o mandante poderá recorrer à execução específica, nos termos do artigo 830.º do C.C., tendo em conta a obrigação decorrente do artigo 1181.º do C.C. Alguma doutrina, entre os quais se inclui ANTUNES VARELA, *Das Obrigações*, *cit.*, p. 337, pronuncia-se em sentido negativo, defendendo que a execução específica está reservada para o contrato-promessa. Todavia, a doutrina maioritária, entre os quais se incluem MENEZES LEITÃO, *Direito das Obrigações*, *cit.*, pp. 459 e 460 e HENRIQUE MESQUITA, “Anotação ao Acórdão da Relação do Porto de 20/02/1997”, na *R.L.J.*, n.º 131, 1998, pp. 26-32, julgam possível a execução específica no caso do mandato sem representação, desde que se verifiquem os requisitos do artigo 410.º, n.º 2, do C.C., para permitir uma aplicação analógica do artigo 830.º do C.C.

*de representação (...), mediante remuneração, na celebração de contratos de formação desportiva, de trabalho desportivo ou relativos a direitos de imagem”.*

Todavia, e apesar de tais referências legais, em coerência com o que temos defendido, pensamos que a qualificação do contrato implicará sempre uma análise casuística que identifique as obrigações e os deveres que impendem sobre o empresário desportivo por via do contrato. Na prática, parece-nos que há um conjunto de situações que poderão ser reconduzidas quer ao regime do mandato com representação, quer ao mandato sem representação.

Concretamente, poderemos estar perante um *mandato com representação* quando o clube ou o praticante desportivo encarregam o empresário desportivo da prática de actos jurídicos, munindo-o de uma procuração para que possa celebrar o negócio jurídico por conta deles. Sabemos que, à luz do regime geral do direito laboral, nada impede que um contrato de trabalho seja celebrado por um representante voluntário, agindo em nome do trabalhador representado<sup>238</sup>, pelo que “*na celebração do contrato do praticante desportivo este poderá ser substituído por um representante a que tenha conferido os necessários poderes representativos, maxime pelo seu empresário desportivo*”<sup>239</sup>. Também assim será nos casos em que o empresário desportivo actua como representante de um clube ou de uma sociedade anónima desportiva, na celebração de um contrato com um praticante desportivo profissional. Em ambos os casos, o empresário desportivo actua como *representante* (designação pela qual também é conhecido na prática), que é alguém que “*no exercício de um poder funcional celebra um negócio jurídico destinado a produzir efeitos directamente em relação a outra pessoa, o representado*”.<sup>240</sup>

Regra geral, porém, o empresário desportivo, quando se vincula à realização de um determinado acto jurídico, estando a sua actuação orientada pela defesa dos interesses de uma das partes, fá-lo actuando por conta de outrem, mas em nome próprio, pelo que os actos jurídicos por si praticados produzirão efeitos jurídicos na sua própria esfera jurídica, de acordo com o artigo 1180.º do C.C., havendo a necessidade de um acto posterior de transmissão para que os efeitos jurídicos se transmitam para a esfera jurídica do mandante, de acordo com o artigo 1181.º, do C.C. Tratar-se-á, nesses casos, de um *mandato sem representação*.

---

<sup>238</sup> Para mais desenvolvimentos, vide PEDRO ROMANO MARTINEZ, *Direito do Trabalho*, 3.ª edição, vol. II, 1.º tomo (1999), Pedro Ferreira – Editor, Lisboa, pp. 113 e 154.

<sup>239</sup> LEAL AMADO, *Vinculação versus Liberdade*, ob. cit., p. 496.

<sup>240</sup> GALVÃO TELLES, *Manual dos Contratos em Geral*, cit., p. 428.

### 5.3.4 O contrato celebrado com empresário desportivo: união de contratos ou contrato misto?

Nos casos em que o empresário desportivo se vincule, perante o praticante desportivo ou perante o clube ou sociedade anónima desportiva, a efectuar prestações típicas integrantes de dois ou mais negócios, total ou parcialmente regulados na lei, a tarefa do intérprete reveste-se de dificuldade acrescida. Já tivemos oportunidade de destacar a enorme diversidade de funções desempenhadas pelo empresário desportivo, que hodiernamente extravasam largamente a simples negociação de um contrato de trabalho, dado o aconselhamento que prestam a nível financeiro, fiscal, assessoria legal, de imagem e até de investimentos a curto, médio e longo prazo. Como tal, os contratos celebrados pelo empresário desportivo incluem, frequentemente, não apenas prestações típicas do mandato ou reconduzíveis à mediação, mas também prestações reconduzíveis à prestação de serviços, que ocorrem, por exemplo, quando o empresário se vincula a prestar aconselhamento e assessoria financeira, contabilística, gestão dos direitos de imagem do atleta, gestão da sua figura pública. Fará sentido autonomizar as prestações a que o empresário desportivo se vincula, enquadrando-as no regime jurídico da prestação de serviços? Tal questão coloca-os perante a necessidade de distinguir, ainda que em traços muito sucintos, a prestação de serviços do mandato, assim como enunciar os traços gerais da distinção entre a mediação e a prestação de serviços.

O contrato de prestação de serviços vem regulado no artigos 1154.º e seguintes do C.C., como *“aquele pelo qual uma pessoa se obriga a proporcionar à outra certo resultado do seu trabalho intelectual ou manual, com ou sem retribuição”*. Serão, assim, elementos essenciais da prestação de serviços:

a) Por um lado, o *objecto da prestação de serviços é o resultado do trabalho intelectual ou manual*;

b) Por outro, o prestador de serviços actua com *independência* em relação à outra parte<sup>241</sup>.

---

<sup>241</sup> Com base nestes elementos, torna-se possível distinguir o contrato de prestação de serviços do contrato de trabalho, dado que neste último, o objecto contratual consiste na própria actividade manual ou intelectual do trabalhador (enquanto que na prestação de serviços o objecto do contrato é o próprio resultado do trabalho intelectual ou manual), no âmbito do qual existe uma relação de subordinação jurídica face ao trabalhador, exercendo a sua actividade sob a autoridade e direcção do empregador.



Cumpra salientar, desde logo, que quer o mandato, quer a mediação, são modalidades da prestação de serviços. Comum a todas as modalidades do contrato de prestação de serviços, é a circunstância destes contratos terem por objecto, não o trabalho efectuado sob a direcção e de acordo com as instruções do outro contratante, mas o resultado do trabalho ou da actividade desenvolvida.

O mandato, sendo uma das modalidades típicas<sup>242</sup> da prestação de serviços, distingue-se dela, desde logo, dada a natureza jurídica da actividade desenvolvida pelo mandatário. O prestador de serviços, por seu turno, desempenha uma “*actividade de carácter material, em que os actos jurídicos, se os houver, não constituem o seu elemento principal.*”<sup>243</sup> Se é verdade que a distinção entre estas figuras se revela mais problemática quando a prestação de serviços incide sobre actividades de carácter intelectual, o facto é que, no essencial, o cerne da distinção permanece inalterado tendo em conta o critério exposto.

A mediação é uma modalidade legalmente atípica da prestação de serviços que, como vimos, se traduz na circunstância específica de uma das partes se vincular a preparar certo negócio jurídico, aproximando e colocando em contacto potenciais interessados com a outra parte no sentido de promover a realização do negócio.

Afigura-se-nos, por isso, absolutamente legítimo configurar a admissibilidade de reunião de elementos próprios do mandato ou da mediação, com elementos da prestação de serviços, sem prejuízo de se tratar de modalidades desta.

Em concreto, nos contratos celebrados pelos empresários desportivos, tal conclusão sai reforçada, sabendo que, actualmente, estes não se vinculam apenas à celebração de negócios jurídicos (seja através da sua efectiva celebração por conta de outrem, seja aproximando as partes para que estas o celebrem), antes promovem e acautelam um conjunto de serviços enquadráveis no regime geral da prestação de serviços, cuja violação implicará, necessariamente, responsabilidade por incumprimento contratual, nos termos gerais<sup>244</sup>. Consciente dessa possibilidade, o legislador, no n.º 4 do

---

<sup>242</sup> A prestação de serviços é um contrato tem como modalidades típicas, o mandato, o depósito e a empreitada, nos termos do artigo 1155.º do C.C. que, todavia, não esgotam o conteúdo da prestação de serviços, dado que esta é uma figura extremamente ampla.

<sup>243</sup> PESSOA JORGE, *ob. cit.*, p. 229.

<sup>244</sup> No caso *Luchnick vs Levingston*, o Tribunal entendeu que Lance Luchnick, na qualidade de *sport agent*, tinha tido uma conduta negligente face aos interesses do seu cliente, nomeadamente: “1. *failing to provide guidance, counselling and advice (re yearly tax planning and preparation)*; 2. *failing to file tax returns for Levingston*; 3. *failing to set up a qualified pension plan for Levingston*; 4. *failing to properly account for Levingston’s money*; 5. *making false representations that he would handle all of Levingston’s*

artigo 23.º da Lei n.º 28/98, de 26 de Junho, consagra aquilo que nos parece ser o reconhecimento da possibilidade de existência de contratos que incluam prestações típicas de um contrato (nomeadamente do contrato de mandato) e da prestação de serviços, ao dispor que: “*Os contratos de mandato celebrados com empresários desportivos que se não encontrem inscritos no registo referido no presente artigo, bem como as cláusulas contratuais que prevejam a remuneração pela prestação desses serviços, são considerados inexistentes*”.

Nestes casos, estaremos perante uma pluralidade de contratos, unidos por um vínculo externo, em que cada contrato conserva a sua autonomia, existindo apenas uma relação de interdependência entre eles, ou perante um único contrato, no qual se fundem as várias prestações típicas, formando assim um novo contrato?

Na primeira hipótese, estaremos perante uma união de contratos<sup>245</sup> e, na segunda, perante um contrato misto. O critério distintivo, sendo um critério interpretativo, não pode ser ancorado na vontade, expressa ou conjectural, das partes: a estas incumbe fixar as cláusulas do contrato e condicionar os seus termos; uma vez estabelecidos, é ao intérprete que cabe enunciar a natureza jurídica da relação contratual estabelecida. Nesse sentido, a doutrina avança com dois critérios operativamente aptos a proceder à distinção entre a pluralidade contratual e a existência de um contrato (misto) apenas<sup>246</sup>. São eles, por um lado, a existência ou não de uma única contraprestação e, por outro, a existência de um arranjo de interesses único ou plural. Refere, a este propósito, VAZ SERRA, que “*os contratos mistos distinguem-se das uniões de*

---

*business, financial and tax affairs; and 6. failing to properly handle Levingston's business, financial and tax affairs.*” A 3 de Agosto de 1987, o Júri deliberou no sentido de conceder uma indemnização a Levingston pelos prejuízos sofridos decorrentes do incumprimento das obrigações contratuais e legais da parte do seu agente. Lance Luchnick nunca chegou a liquidar esse montante, tendo a NBPA informado que, em finais de Abril de 1989, este declarou falência. Em Setembro de 1990, a NBPA suspendeu Luchnick pelo período de 18 meses, findo o qual, caso voltasse a ser admitido, apenas poderia negociar contratos de jogadores e já não prestar a panóplia de serviços enunciados e pelos quais foi condenado. Para mais desenvolvimentos, vide M. J. GREENBERG e T. J. GRAY, *Sports Law Practice*, cit., pp. 1012 e seguintes.

<sup>245</sup> VAZ SERRA, “União de Contratos – Contratos Mistos”, *BMJ*, n.º 91, p. 13, baseando-se nos ensinamentos de Enneccerus-Lehmann, distingue as “uniões meramente externas”, no âmbito das quais os contratos conservam a sua autonomia, as “uniões com dependência recíproca ou unilateral”, em que os contratos dependem um do outro, mas permanecem regendo-se pelas suas próprias regras e as “uniões alternativas”, em que existem dois contratos, convencionando-se, todavia, que caso não se verifique determinada condição, se considera celebrado apenas um desses contratos.

<sup>246</sup> PEDRO PAIS VASCONCELOS, *ob.cit.*, p. 222, considera que, de acordo com a doutrina tradicional dos elementos essenciais do contrato, a distinção entre a união de contratos e os contratos mistos é difícil de fazer na prática, dado que “*saber onde se encontra a autonomia suficiente para que haja uma união de contratos e não um contrato misto, qual o limite cuja ultrapassagem distingue o contrato atípico com cláusulas acessórias atípicas de um contrato atípico de tipo modificado, é algo que a doutrina tradicional mal consegue expor e dificilmente consegue pôr em prática.*”

*contratos em que, neles, não há uma pluralidade de contratos, mas só um contrato, cujos elementos essenciais de facto estão regulados, total ou parcialmente, por normas respeitantes a tipos contratuais diferentes”.*<sup>247</sup>

Com base nesses mesmos critérios, estaremos, em princípio, perante um contrato misto se houver apenas uma única contraprestação, caso se tenha saído do âmbito da tipicidade da figura contratual. De igual forma, *“se não houver a prossecução de interesses correspondentes a uma diversidade contratual mas estiver em jogo um programa económico-social novo, que não se possa reduzir às causas próprias de cada um dos contratos em conexão, teremos de igual ainda um contrato misto”.*<sup>248</sup>

Parece-nos que, em função das especificidades próprias do contrato celebrado pelo empresário desportivo, em que este assume funções típicas do mandato ou da mediação, e além disso, prestações típicas do contrato de prestação de serviços, os modelos contratuais em causa perdem a sua autonomia. Surgirá, assim, um novo negócio, como resultado da fusão de elementos contratuais típicos distintos, com um sentido e uma intencionalidade própria que lhe confere autonomia, com um concreto e distinto programa económico-social, que não se reconduz às causas específicas dos contratos em conexão. Trata-se de um novo contrato: um contrato misto.

#### **5.3.4.1 Que “tipo” de contrato misto?**

Cumpramos, antes de mais, avançar com uma noção de contrato misto, a que a nossa lei civil se refere no artigo 405.º, n.º 2, do C.C., como um dos corolários lógicos do princípio da liberdade contratual. Será qualificado como contrato misto aquele que reunir elementos de dois ou mais negócios, total ou parcialmente regulados na lei. Tal equivale a dizer que as partes, em vez de recorrerem aos modelos negociais típicos, previstos na lei (contratos típicos ou nominados), celebram outros nos quais inserem prestações com natureza distinta ou com articulação diferente da que é prevista na lei,

---

<sup>247</sup> VAZ SERRA, “União de Contratos – Contratos Mistos”, *cit.*, p. 13.

<sup>248</sup> JORGE RIBEIRO DE FARIA, “Contratos Mistos (União de Contratos). Os Centros Comerciais (Shopping Centers). Problemática e Soluções”, em *Revista da F.D.U.P.*, ano III, 2006, Coimbra Editora, pp. 338 e 339.

encontrando-se, todavia, tais prestações compreendidas em espécies típicas reguladas pelo legislador<sup>249</sup>.

A doutrina<sup>250</sup> distingue três modalidades de contratos mistos: os *contratos combinados*, em que a prestação de uma das partes é composta por mais que uma prestação que integram contratos típicos diferentes<sup>251</sup>; os *contratos de tipo duplo*, nos quais uma das partes fica vinculada à prestação de um determinado tipo contratual, sendo a prestação do outro contraente integradora de um tipo contratual distinto<sup>252</sup>; e os *contratos mistos em sentido estrito*, em que o contrato de um certo tipo surge como instrumento de realização do outro<sup>253</sup>.

Os contratos mistos são contratos atípicos, apesar de a doutrina não ser unânime a este propósito: autores como GALVÃO TELLES<sup>254</sup> e ALMEIDA COSTA<sup>255</sup> entendem também que há contratos mistos típicos e contratos mistos atípicos. Concordamos com PEDRO PAIS VASCONCELOS quando este refere que os contratos mistos têm fisionomias, características e problemas próprios que os individualizam e distinguem dos contratos típicos, não lhes sendo aplicável um quadro regulativo único. Nos casos em que os contratos mistos passam a estar tipificados e a deter uma única disciplina legislativa, por referência à qual se determinará o tipo, entendemos que os contratos mistos, depois de tipificados, deixam de ser mistos e passam a ser, pura e

---

<sup>249</sup> Um exemplo por demais conhecido de contrato misto foi, durante largo tempo, o contrato de *leasing*, que envolvia uma articulação entre as prestações do contrato de locação com as do contrato de compra e venda. Todavia, em Portugal, a partir do Decreto-Lei n.º 135/79, de 18 de Maio, passou a ser um contrato nominado, sob designação de contrato de locação financeira.

<sup>250</sup> VAZ SERRA, “União de Contratos – Contratos Mistos”, *cit.*, pp. 14 e seguintes, entende que os contratos mistos se devem antes dividir em quatro categorias principais: os *contratos típicos com prestações subordinadas de outra espécie*, no âmbito dos quais existe um contrato único, que segundo o seu conteúdo principal só se enquadra dentro de um tipo único correspondente ao principal, obrigando, de todo o modo, a uma prestação subordinada ao fim principal que é regulada noutra espécie de contrato; os *contratos combinados ou gémeos*, quando um dos contraentes se obriga a diferentes prestações principais correspondentes a diversos tipos contratuais e o outro contraente se obriga a uma contraprestação unitária; os *contratos de duplo tipo ou híbridos*, em que o conteúdo total do contrato se enquadra em dois tipos distintos, de modo que o contrato se manifesta como tipo contratual tanto de uma espécie como de outra; os *contratos mistos em sentido estrito*, que existem quando o contrato contém um elemento que representa, ao mesmo tempo, um contrato de outro tipo.

MENEZES CORDEIRO propõe uma classificação quadripartida, que integra todavia a categoria dos contratos complementares, que “são aqueles em que uma obrigação própria de um tipo contratual é acompanhada, acessoriamente, por obrigações oriundas de tipos diferentes”, in *Direito das Obrigações*, Reimpressão, AAFDL, Lisboa, 1986, p. 425.

<sup>251</sup> Também designados de *contratos múltiplos*, por GALVÃO TELLES, *Manual dos Contratos em Geral*, *cit.*, p. 387.

<sup>252</sup> Ou *contratos geminados*, de acordo com GALVÃO TELLES, *Manual dos Contratos em Geral*, *cit.*, p. 388.

<sup>253</sup> Para mais desenvolvimentos, vide ANTUNES VARELA, *Das Obrigações em Geral*, *cit.*, pp. 286 e seguintes.

<sup>254</sup> *Contratos em Geral*, *cit.*, p. 327.

<sup>255</sup> *Direito das Obrigações*, 5.ª edição, Almedina, Coimbra, 1991, p. 300.

simplesmente, típicos<sup>256</sup>. Como refere RUI PINTO DUARTE<sup>257</sup>, “*os contratos mistos devem, pois, ser considerados como contratos atípicos e integrados nesta categoria.*”

A questão assume pertinência na nossa análise, tendo em conta que em muitos contratos celebrados pelo empresário desportivo, há elementos típicos de mais do que um contrato previsto na lei, nomeadamente do mandato ou da mediação e da prestação de serviços. Nesses casos, estaremos verdadeiramente perante um contrato misto atípico. Arriscamos dizer que, perante a diversidade de funções desempenhadas pelo empresário desportivo actualmente, a prática reflecte uma enorme variedade destes contratos mistos.

Tendemos a classificar este contrato misto como um *contrato misto combinado*, dado que um dos contraentes (o empresário desportivo) se obriga a diferentes prestações principais correspondentes a diversos tipos contratuais (subsumíveis ao mandato ou à mediação e à prestação de serviços) e o outro contraente (o praticante desportivo profissional ou o clube/sociedade anónima desportiva) se obriga a uma contraprestação unitária, que se traduz no pagamento da remuneração devida à contraparte. Parece ser de afastar a possibilidade de existência de contratos mistos congregadores de prestações típicas da mediação e do mandato, como tivemos já oportunidade de fundamentar. Nesse sentido, julgamos legítima a crítica feita ao n.º 1 do artigo 24.º do RJCTD<sup>258</sup>, que de forma paradoxal, parece tratar a actividade de intermediação e de representação como se de realidades fungíveis se tratassem, quando dispõe que “*as pessoas singulares ou colectivas que exerçam a actividade de intermediários, ocasional ou permanentemente, só podem ser remuneradas pela parte que representam*”.

## **6. Regime jurídico aplicável aos contratos celebrados com o empresário desportivo: uma tentativa de sistematização das fontes na disciplina do contrato**

Como ponto prévio das explanações ulteriores, alertemos todavia para necessária relativização que a tarefa qualificativa deve implicar: a sua relevância traduz-se no

---

<sup>256</sup> Um exemplo elucidativo ocorreu com o contrato de locação financeira, que adquiriu a qualidade de contrato típico e nominado com a entrada em vigor, entre nós, do Decreto-Lei n.º 171/79, de 6 de Junho, posteriormente revogado pelo Decreto-Lei n.º 149/95, de 24 de Junho.

<sup>257</sup> *Tipicidade e Atipicidade dos Contratos*, cit., pp. 49 e 50.

<sup>258</sup> ANDRÉ DINIS DE CARVALHO, “A profissão de empresário desportivo”, cit., p. 271.

papel de guia que deve assumir no percurso conducente à identificação das soluções normativas que tais contratos reclamam.

Por um lado, o reconhecimento da qualidade de “típico” a um contrato não resolve, de “*per se*”, a questão do regime que o deve governar, uma vez que a circunstância de se reconhecer a tipicidade inerente a um contrato não faz esgotar as soluções normativas por ele reclamadas. Tal juízo de tipicidade esvaziaria, cremos, a ideia ínsita à liberdade contratual, resultante da defesa da subsunção a um tipo pré-definido e acorrentamento ao respectivo regime. A condição de *típico* não deve garantir a um contrato uma resposta unívoca, directa ou simplificada, pelo que o problema da qualificação jurídica não ficará encerrado pela mera (e eventual) subsunção do contrato celebrado com o empresário desportivo a um dos tipos contratuais previstos na lei. Por outro lado, e se assim é relativamente aos contratos típicos, por maioria de razão, a questão assumirá maior acuidade (e dificuldade) nos contratos atípicos.

Tendo concluído que a prática reflecte a possibilidade de os empresários desportivos celebrarem contratos juridicamente qualificáveis como legalmente típicos, socialmente típicos mas legalmente atípicos e até contratos (mistos) atípicos, ensaiemos uma tentativa de enunciação do regime jurídico aplicável a estas situações.

### **6.1. O contrato celebrado pelo empresário desportivo como um contrato legalmente típico: regime jurídico aplicável ao *contrato de mandato***

Qual a disciplina jurídica aplicável ao contrato em que o empresário desportivo se vincula a efectuar prestações típicas do mandato?

VAZ SERRA<sup>259</sup> propõe que “*na falta de disposições das partes (...) observam-se as disposições legais aplicáveis e, na ausência destas, a boa-fé e as demais regras que autorizam o Juiz a completar o direito (...). Se nem da vontade das partes, nem da lei, nem da criação judicial, resultar a obrigação, deve ela ser excluída*”.

ANTUNES VARELA<sup>260</sup> refere, a este propósito, que, quanto aos contratos nominados, e de acordo com a sistematização adoptada pela nossa lei, “*a sua disciplina deve ser sucessivamente procurada nas normas reguladoras do tipo contratual*

---

<sup>259</sup> “Objecto da Obrigação, a Prestação – suas Espécies, Conteúdo e Requisitos”, *BMJ*, n.º 74, p. 80.

<sup>260</sup> *Contratos Mistos, cit.*, p. 149.

*correspondente, nas regras dos contratos em geral e nos preceitos aplicáveis ao comum dos negócios jurídicos”.*

HELENA BRITO<sup>261</sup>, por seu turno, efectua uma proposta de hierarquia de fontes da regulamentação contratual extremamente detalhada e que, pela sua importância, passamos a expor, dada a relevância que assume para o tema em análise. Assim, e quanto aos contratos legalmente típicos, como é o caso, hierarquiza as fontes de regulamentação contratual mediante a seguinte sistematização:

*“1 – Regras derivadas da autonomia privada, dentro dos limites da lei, isto é, que respeitem as normas legais de carácter injuntivo, gerais ou especiais de determinado tipo contratual;*

*2 – Normas de carácter supletivo fixadas na lei para o tipo contratual em causa ou para os contratos em geral ou para todos os negócios jurídicos;*

*3 – Normas derivadas da boa-fé contratual;*

*4 – Vontade presumível dos contraentes”.*

Na fixação da disciplina contratual, deverá o intérprete atender, desde logo, às estipulações das partes, desde que lícitas. Trata-se aqui de dar prevalência a uma das mais visíveis manifestações da autonomia privada<sup>262</sup>, relacionada com a livre fixação do conteúdo contratual, no âmbito da liberdade contratual, contanto que não contrariem normas imperativas ou proibições legais<sup>263</sup>. Se as estipulações das partes forem omissas

---

<sup>261</sup> *Ob. cit.*, pp. 218-220.

<sup>262</sup> O princípio da autonomia privada surge como um princípio estruturante de toda a normatividade juscivilística, que consiste no poder reconhecido aos particulares de auto-regulamentarem os seus interesses, de autogovernarem a sua própria esfera jurídica, que se manifesta, desde logo, no poder de livre exercício dos seus direitos ou de livre gozo dos seus bens pelos particulares (a denominada “soberania do querer”). Mas não só. Aquela ordenação das relações jurídicas de que cada um é titular evidencia-se também ao nível da realização dos negócios jurídicos. Quer isto dizer que a autonomia privada ou autonomia da vontade se realiza, de forma prática, quer através de direitos subjectivos, como através da possibilidade de celebração de negócios jurídicos, sobretudo no âmbito dos jurídicos bilaterais, porquanto, no domínio dos negócios jurídicos unilaterais (aqueles em que há uma declaração de vontade, ou várias, mas no mesmo sentido), a autonomia privada está fortemente limitada, apenas de não totalmente excluída., atento o princípio da taxatividade dos negócios jurídicos unilaterais.

<sup>263</sup> No domínio dos negócios jurídicos bilaterais, vigora o princípio da liberdade contratual, plasmado no artigo 405.º do CC. A liberdade contratual surge, efectivamente, como uma das faces mais visíveis e mais relevantes da autonomia privada, assumindo duas dimensões fundamentais<sup>263</sup>. Em primeiro lugar, a liberdade de conclusão ou celebração dos contratos, que consiste na faculdade de livremente realizar contratos ou recusar a sua celebração. De acordo com esta dimensão, a ninguém podem ser impostos contratos contra a sua vontade ou podem ser aplicadas sanções por força de uma recusa de contratar, nem a ninguém pode ser imposta a abstenção de contratar. Todavia, e excepcionalmente, o nosso ordenamento jurídico civil estabelece algumas restrições à liberdade de contratar, que podem consistir num dever jurídico de contratar<sup>263</sup>, na proibição de contratar com determinadas pessoas (v. g. artigos 877.º e 953.º do CC), ou ainda na sujeição do contrato a autorização de outrem (v. g. artigos 1682.º n.ºs 1 e 3, 1682.º-A e 1682.º-B do CC). Em segundo lugar, a liberdade de modelação do conteúdo contratual, que consiste na

ou contraditórias, aplicar-se-ão as normas de carácter supletivo constantes do regime jurídico do contrato de mandato.

Comecemos por salientar que o mandato é um contrato que, quanto à contraprestação, tanto poderá ser gratuito como oneroso. O artigo 1158.º, n.º 1, do C.C., estabelece a presunção de gratuidade do mandato, vigorando presunção inversa para as situações em que o mandato envolva actos que o mandatário pratique por profissão, caso em que este se presume oneroso<sup>264</sup>. Regra geral, nos contratos (juridicamente qualificáveis como sendo de mandato) celebrados com empresário desportivo, estaremos perante um mandato presumivelmente oneroso. Sendo o mandato oneroso, a retribuição é estabelecida com base no acordo das partes. Se estas nada tiverem convencionado a este respeito, aplicar-se-ão as tarifas profissionais. Na eventualidade de não existirem, e nos termos do artigo 1158.º, n.º 2, do C.C., serão os usos e, em última análise, um juízo de equidade da parte do julgador, a regular o caso concreto. No caso dos empresários desportivos, o julgador terá que ter em conta o disposto no n.º 2 do artigo 24.º do RJCTD, que estabelece que, na falta de acordo escrito em contrário, o montante máximo recebido pelo empresário será de 5% do montante global do contrato.

Quais as obrigações a que mandante (clube, sociedade anónima desportiva ou praticante desportivo profissional) e mandatário (empresário desportivo) estão sujeitos? ANTUNES VARELA sustenta que “ (...) *nas relações obrigacionais derivadas dos contratos nominados, há as prestações principais que definem o tipo ou o módulo da relação (...)*”<sup>265</sup>, pelo que nos deveremos questionar efectivamente sobre quais as prestações principais que incidem sobre mandante e mandatário. A prestação principal a cargo do mandante consiste na definição de funções susceptíveis de serem desempenhadas pelo mandatário, fornecendo-lhe os meios necessários à respectiva

---

faculdade conferida aos contraentes de fixarem livremente o conteúdo dos contratos, o que decorre expressamente da letra do artigo 405.º do CC., podendo as partes celebrar contratos típicos com as características próprias destes, ou até acrescentando-lhes cláusulas típicas de outros contratos regulados na lei, ou até avançar para a celebração de contratos atípicos.

Também aqui são inúmeras as limitações à liberdade contratual, que decorrem da consideração do artigo 280.º do CC, do artigo 282.º, da aplicação de normas imperativas, mas essencialmente de uma interpretação folgada e abrangente do princípio da boa-fé, corporizada, desde logo, no artigo 762.º, n.º 2 do CC, mas com variadíssimas refracções ao longo do Código Civil. Pela sua importância, de salientar que o regime do Decreto-Lei n.º 445/85 de 25 de Outubro, que consagrou o regime das cláusulas contratuais gerais, consubstancia também uma relevante limitação à liberdade contratual e uma das mais significativas manifestações do princípio da boa-fé. Para mais desenvolvimentos quanto a este regime, vide ALMENO DE SÁ, *Cláusulas contratuais gerais e directiva sobre cláusulas abusivas*, 2.ª edição, 2000, Coimbra.

<sup>264</sup> São presunções relativas, ilidíveis mediante prova em contrário, nos termos do artigo 350.º, n.º 2, do C.C.

<sup>265</sup> In *Das Obrigações em geral*, Vol. I, 10.ª edição, Almedina, pp. 121 e seguintes.



execução, como advém do artigo 1167.º do C.C., enquanto a prestação principal que incide sobre o mandatário se relaciona com a prática dos actos compreendidos no contrato de mandato, de acordo com as instruções do mandante (*vide*, a este propósito, o artigo 1161.º do C.C.), quer quanto ao objecto, quer quanto à própria execução<sup>266</sup>. Na ausência de estipulação das partes, no tocante a direitos e obrigações de ambos, aplicar-se-ão as regras dos artigos 1161.º e seguintes, no que respeita aos direitos e obrigações do mandatário, e os artigos 1167.º e seguintes, no que concerne às obrigações do mandante.

Nos casos omissos na lei, e em tudo o que não resultar da vontade (licitamente) expressa da vontade das partes, aplicar-se-ão as normas e princípios dos contratos em geral ou para todos os negócios jurídicos. No domínio dos contratos, o *princípio da autonomia privada* a que já fizemos referência, não é o único sobre o qual assenta a respectiva disciplina legislativa: impõe-se, igualmente, fazer referência ao *princípio da confiança* ou do “*pacta sunt servanda*”<sup>267</sup>, que explica a força vinculativa do contrato e segundo o qual cada contraente deve responder pelas expectativas que justificadamente cria, com a sua declaração, no espírito da contraparte, e o *princípio da justiça comutativa ou equivalência objectiva*<sup>268</sup>, de acordo com o qual, nos contratos a título oneroso, à prestação de cada um dos contraentes, deve corresponder uma prestação de valor tendencialmente equivalente da parte do outro contraente<sup>269</sup>.

Além disso, o intérprete estará sempre vinculado à aplicação das normas derivadas da boa-fé contratual<sup>270</sup>, nos termos do artigo 762.º, n.º 2, do CC. A efectiva concretização do princípio da boa-fé abrangerá não apenas os deveres principais de cumprimento, mas também os deveres secundários e acessórios.<sup>271</sup> Estes deveres acessórios de conduta não são identificáveis logo aquando da celebração do negócio, vindo a determinar-se e a concretizar-se ao longo das vicissitudes contratuais, como

---

<sup>266</sup> *Vide*, a este propósito, JANUÁRIO GOMES, *Trib. Just.*, 1.º, n.ºs 8/9-14.

<sup>267</sup> É por referência ao princípio da confiança que se explicam as soluções legislativas consagradas em matéria de interpretação e integração dos contratos (artigos 236.º, 238.º, 239.º do CC) e a regra da imodificabilidade do contrato por vontade unilateral de um dos contraentes (artigo 406.º do CC).

<sup>268</sup> Será por via da consideração deste princípio que se explicam as previsões normativas dos artigos 282.º e seguintes, 812.º, 888.º, n.º2, alínea d), 913.º, entre outras.

<sup>269</sup> Neste sentido, *vide* ANTUNES VARELA, *Das Obrigações em Geral*, *cit.*, pp. 225 e seguintes.

<sup>270</sup> Para mais desenvolvimentos acerca da consagração do princípio da boa-fé no nosso ordenamento jurídico, *vide* MENEZES CORDEIRO, *Da boa-fé no direito civil*, Lisboa, 1984.

<sup>271</sup> A propósito da distinção entre deveres principais, deveres secundários e deveres acessórios de conduta, *cfr.* ANTUNES VARELA, *Das Obrigações*, *cit.*, pp. 115 e seguintes.

emanações do princípio da boa-fé, sendo habitualmente classificados em deveres de protecção, de esclarecimento e de lealdade.<sup>272</sup>

Por último, a declaração negocial deverá ser integrada de acordo com a vontade presumível dos contraentes. A integração de lacunas faz-se através do recurso à interpretação integradora, momento que assinala a transição da autonomia para a heteronomia. Na interpretação integradora deve ser ponderada a relação entre a vontade hipotética e a boa-fé e entre a vontade subjectiva e objectiva. O artigo 239.º do CC estabelece precisamente, como critérios desta interpretação integradora, a vontade presumível das partes e os ditames da boa-fé. De salientar que, no âmbito dos contratos típicos em que se verifiquem todos os elementos essenciais qualificadores do negócio, o direito dispositivo do tipo não poderá ser afastado pela interpretação integradora: a esta ficará apenas reservado aquilo que o direito dispositivo (neste caso, do regime jurídico do contrato de mandato) não regular.

## **6.2. O contrato celebrado pelo empresário desportivo como um contrato socialmente típico e legalmente atípico: regime jurídico aplicável ao *contrato de mediação***

Para que estejamos perante um *contrato socialmente típico*, o contrato terá que ter, na prática ou nos usos, uma disciplina tendencialmente completa, sendo esse modelo regulativo o tipo social propriamente dito. O contrato de mediação é considerado como um contrato socialmente típico, com um modelo regulativo estabilizado na prática, mas legalmente atípico, pois os preceitos legais existentes não correspondem a um modelo regulativo típico. Há variadíssimos contratos em que o empresário intervém na qualidade de mediador, limitando-se a efectuar os actos e os contactos preparatórios conducentes à possível celebração do contrato.

Quanto às fontes da regulação dos contratos socialmente típicos e legalmente atípicos, a hierarquização proposta por HELENA BRITO<sup>273</sup> decompõe-se em seis graus:

- “1 – Cláusulas estipuladas pelas partes no contrato, desde que lícitas;*
- 2 – Disciplina própria do tipo social;*

---

<sup>272</sup> MENEZES CORDEIRO, *Da Boa-fé, cit.*, pp. 605 e 606.

<sup>273</sup> *Ob. cit.*, pp. 218-220.

3 – Normas e princípios estabelecidos na lei para categorias contratuais mais amplas que o tipo;

4 – Normas e princípios gerais estabelecidos na lei para os contratos, os negócios jurídicos e as obrigações”

5 – Normas derivadas da boa-fé contratual;

6 – Vontade presumível dos contraentes”.

Tratando-se de um contrato qualificado como de mediação, no respectivo regime jurídico relevará, em primeira linha, as estipulações das partes, decorrente da consideração do princípio da liberdade contratual consagrado no artigo 405.º do CC, desde que não se contrarie nenhuma proibição legal. Posteriormente, e caso se trate de uma actividade de mediação licenciada, serão relevantes as normas avulsas respeitantes à relação jurídica de mediação consagradas em lei especial.

Ora, dado que estamos perante uma actividade de mediação que não está legalmente tipificada, que normas e princípios deveremos aplicar, quando as estipulações das partes forem lacunosas, contraditórias ou insuficientes? A doutrina<sup>274</sup> e a jurisprudência<sup>275</sup> defendem a aplicação subsidiária das regras do contrato de prestação de serviços (artigos 1154.º e seguintes do C.C.), que, por sua vez, determinam a extensão das regras do mandato às modalidades da prestação de serviços que a lei não regule especialmente, nos termos do disposto no artigo 1156.º do C.C., com os direitos e obrigações já enunciados.

Além destas disposições, poderá ainda o intérprete, caso necessário, recorrer às regras e princípios gerais estabelecidos na lei para os contratos, os negócios jurídicos e as obrigações em geral e às normas derivadas da boa-fé contratual.

Por último, dever-se-á apurar a vontade presumível dos contraentes no sentido de fixar a disciplina contratual no caso concreto, nos termos do artigo 239.º do CC. Entende PEDRO PAIS VASCONCELOS que nos contratos atípicos construídos por referência a tipos, como parece ser o caso em questão, “o direito dispositivo fornecido pelo tipo de referência nestes casos é afastado, não só quando o sentido do desvio o prive de fundamento, mas também quando do desvio e do próprio contrato concretamente considerado resulte que as partes não quiseram aquela regulação

---

<sup>274</sup> A. MENEZES CORDEIRO, *Manual de Direito Comercial*, 618, 2.ª edição, Almedina, Coimbra, 2007.

<sup>275</sup> Acórdão do S.T.J. de 09-12-1993 (JOSÉ MAGALHÃES), in *B.M.J.*, n.º 432, 1993, pp. 332-341.

*normativa*”<sup>276</sup>. Tal constatação legitimaria o intérprete a afastar as regras dispositivas do tipo de referência (o mandato), caso concluísse que, de acordo com o sentido do contrato, as partes pretendiam outra regulação normativa.

### **6.3. O contrato celebrado pelo empresário desportivo como um contrato misto: regime jurídico aplicável ao *contrato misto atípico***

Actualmente, e dado que o empresário desportivo desempenha muitas outras funções que não se reconduzem apenas à prática de actos jurídicos, estaremos frequentemente perante contratos mistos, integradores de elementos do tipo legal do mandato (quando o empresário se vincule a praticar um ou mais actos jurídicos por conta de outrem) ou de elementos essenciais da mediação (quando este se vincule a exercer uma actividade de intermediação, de forma independente, conducente à possível celebração de um contrato), juntamente com elementos da prestação de serviços (sempre que o empresário desportivo acumule funções relacionadas com assessoria fiscal, contabilística, legal, entre outras). Defendemos já que este contrato misto deverá ser considerado um contrato atípico, por força das especificidades das relações que se estabelecem, no âmbito do direito desportivo, entre o empresário e o praticante desportivo profissional. Qual o regime jurídico aplicável a este contrato (misto) atípico?

Não descuramos que, preferivelmente, a disciplina contratual aplicável aos contratos atípicos se deveria aferir em concreto, estando tendencialmente votada ao insucesso qualquer tentativa de sistematização da hierarquia das fontes da disciplina do contrato, atenta a sua variedade e diversidade<sup>277</sup>. No entanto, cabe ao intérprete um papel determinante no sentido de avançar com modelos e propostas de sistematização, ainda que fatalmente insuficientes e necessariamente incompletas, sujeitas a correcções em nome da justiça material ao nível do caso concreto. Nesse sentido, enumeraremos algumas propostas doutrinárias nesta matéria, que nos servirão de guia no caminho que percorreremos e que culminarão com a referência à disciplina contratual aplicável a

---

<sup>276</sup> *Ob. cit.*, p. 389.

<sup>277</sup> Neste sentido se pronuncia PEDRO PAIS VASCONCELOS, *ob. cit.*, pp. 333 e 334, ao salientar que “uma hierarquia de fontes da disciplina contratual que conseguisse ser satisfatória ao tempo em que fosse formulada rapidamente se desactualizaria. Uma vez desactualizada, ou deixaria de ser utilizada e tornar-se-ia inútil, ou continuaria a ser utilizada, não obstante desactualizada, e tornar-se-ia perniciosa, acabando por distorcer a disciplina concreta dos contratos atípicos em relação aos quais fosse inadequada”.

estes contratos mistos atípicos. O conflito maior que ocorre neste âmbito relaciona-se, essencialmente, com o predomínio que se deve dar a um critério que parta da vontade conjectural das partes, nos termos do artigo 239.º do C.C., ou que atribui prevalência às disposições supletivas constantes do regime legal. No sentido da prevalência da estipulação das partes, que deverá ser seguida da analogia com os contratos afins, pronuncia-se MANUEL DE ANDRADE<sup>278</sup>. Quanto a VAZ SERRA<sup>279</sup>, propõe que os negócios jurídicos “*diferentes dos previstos na lei*” se regem sucessivamente:

- 1 – “*Pelas disposições das partes*”;
- 2 – “*Pelas disposições legais análogas relativas a negócios afins*”;
- 3 – “*Pelas disposições gerais das obrigações*”;
- 4 – Pelas disposições que “*o juiz criar de acordo com a boa-fé e as demais regras que o autorizam a completar o direito*”.

ANTUNES VARELA<sup>280</sup>, por seu turno, efectua a seguinte proposta de hierarquia das fontes da disciplina contratual:

- 1 – *As estipulações das partes*;
- 2 – *As normas reguladoras dos contratos*;
- 3 – *O regime fixado para o negócio jurídico*;
- 4 – *Os princípios que regem a integração de lacunas, nos termos do artigo 10.º do Código Civil*.

GALVÃO TELLES<sup>281</sup> não se afasta muito dos modelos propostos, colocando como fontes aptas a disciplinar normativamente o contrato:

- 1 – *As estipulações das partes*;
- 2 – *As disposições aplicáveis aos contratos em geral*;
- 3 – *Se necessário, disposições nominais dos contratos nominados com os quais apresentem fortes analogias*.

Por último, mencionemos de novo o importante contributo de HELENA BRITO<sup>282</sup>, que propõe a seguinte hierarquia das fontes de regulação contratual, aplicável aos contratos atípicos:

- “1 – *Deve atender-se, antes de mais, às regras fixada pelos contraentes, desde que lícitas*;

---

<sup>278</sup> *Teoria Geral da Relação Jurídica*, II, 1960, pp. 322 e 323.

<sup>279</sup> “Objecto da Obrigação, a Prestação – suas Espécies, Conteúdo e Requisitos”, *BMJ*, n.º 74, p. 80.

<sup>280</sup> *Contratos Mistos*, cit., p. 149

<sup>281</sup> *Direito das Obrigações*, 6.ª edição, Coimbra Editora, Coimbra, 1989, p. 68.

<sup>282</sup> *Ob. cit.*, pp. 218-220.

2 – *Em segundo lugar, às normas e princípios fixados na lei para categorias contratuais, dentro dos quais o contrato se inclua;*

3 – *Se tal não bastar, deve recorrer-se às normas e princípios estabelecidos na lei para a generalidade dos contratos e, em geral, para os negócios jurídicos e as obrigações”;*

4 – *Só depois de esgotadas todas estas possibilidades se deve atender às normas reguladoras do ou dos tipos contratuais com que o contrato apresente mais afinidades, aplicando-se por analogia, as disposições não excepcionais desse ou desses tipos contratuais”.*

Adoptaremos como modelo de hierarquização das fontes da regulação dos contratos atípicos esta proposta de HELENA BRITO, não sem que lhe acrescentemos um último grau, em consonância com que havia sido proposto por VAZ SERRA. Assim, quando a solução aplicável por analogia resultar como intoleravelmente injusta ou inadequada, deverá recorrer-se à criação de uma solução concreta, mediante uma solução integradora, com base em princípios (como o da boa-fé), cláusulas gerais (como o critério da diligência do “bom pai de família”) ou mediante o recurso à equidade. Analisemos, por ora, cada um dos degraus mais relevantes da pirâmide das fontes da regulação dos contratos mistos atípicos, centrando-nos naqueles que mais dificuldades poderão causar ao intérprete.

Deste modo, e porque relativamente às regras (lícitas) fixadas pelos contraentes, nada mais haverá a acrescentar ao previamente exposto, detenhamo-nos na reflexão acerca das normas e princípios fixados na lei para categorias contratuais dentro dos quais o contrato se inclua, que identificámos como sendo o segundo grau da pirâmide das fontes de regulação normativa dos contratos mistos.

No que aos contratos mistos diz respeito, a enunciação das normas e princípios aplicáveis dependerá de um juízo prévio: saber que critério deverá o intérprete utilizar na fixação da disciplina legislativa aplicável. A doutrina tem proposto várias orientações, no que à disciplina dos contratos mistos diz respeito. A *teoria da absorção*<sup>283</sup> propugna que se deve atender ao elemento de facto predominante no negócio, passando este a reger-se pela disciplina própria daquele, absorvendo nele os

---

<sup>283</sup> A teoria da absorção teve como principal arauto LOTMAR, na sua obra *Der Arbeitsvertrag nach dem Privatrecht des deutschen Reiches*, I, Leipzig, 1902, pp. 176 e seguintes, *apud* PEDRO PAIS VASCONCELOS, *ob. cit.*, p. 234.

restantes elementos negociais. Como tal, o tipo contratual predominante absorveria os restantes elementos na qualificação e na disciplina<sup>284</sup>. De salientar que a absorção não significa, pura e simplesmente, desconsiderar a outra parte do contrato não dominante, sob pena de se colocar em causa a vontade das partes e conduzir à tipificação do contrato. Por via da absorção, o elemento não dominante do contrato passa a ser entendido como um elemento acessório do negócio jurídico.

Parte da doutrina<sup>285</sup> considera, no entanto, que não só nem sempre é possível determinar o elemento predominante do negócio, como nem sempre tal elemento preponderante existe, efectivamente, nos contratos mistos, pelo que tal teoria não se afigura como aceitável. Daí que a *teoria da combinação*<sup>286</sup> tente harmonizar ou combinar as normas aplicáveis a cada um dos elementos típicos que integram o negócio jurídico, que conservam a sua disciplina própria.

De salientar que as construções doutrinárias de LOTMAR (teoria da absorção) e de RÜMELIN e HOENIGER (teoria da combinação), partem na análise de disciplinas legais de contratos ou da combinação de parcelas de disciplinas contratuais previstas na lei, procurando resolver problemas de concursos de normas. Outros autores<sup>287</sup>, porém, e porque consideram os contratos mistos como espécies omissas na lei, apelam ao poder de integração das lacunas do negócio da parte do julgador. Caberá, assim, ao julgador fixar o regime próprio do contrato misto, nomeadamente através do recurso à disciplina dos contratos análogos. O principal contributo da *doutrina da analogia* de SCHREIBER consiste na constatação de que os contratos mistos são contratos atípicos e que o recurso aos tipos legais semelhantes passa a ser um processo analógico (e não subsuntivo) que exige a verificação casuística da existência de semelhança do contrato com a regulação típica, ponderados os interesses das partes e as finalidades da lei.

---

<sup>284</sup> Foi esta, aliás, a orientação predominante na doutrina e jurisprudência nacionais a propósito da cessão de exploração do estabelecimento comercial, que incluía elementos do arrendamento e do aluguer. Para mais desenvolvimentos, *vide* anotação de ANTUNES VARELA e VAZ SERRA ao Acórdão do S.T.J. de 16-02-1967, in *R.L.J.*, 100.º, pp. 262 e seguintes.

<sup>285</sup> VAZ SERRA, *B.M.J.*, N.º 91, *cit.*, pp. 34 e seguintes.

<sup>286</sup> Trata-se de uma orientação proposta por HOENIGER, no desenvolvimento da obra de RÜMELIN. HOENIGER conclui que “a solução do problema dos contratos mistos deve ser encontrada de acordo com o princípio da combinação das consequências jurídicas”, in *Gemischte Verträge*, p. 314, *apud* PEDRO PAIS VASCONCELOS, *ob. cit.*, p. 238.

<sup>287</sup> Entre os quais se destaca SCHREIBER, *Jherings Jahrbücher*, pp. 210-211, *apud* ANTUNES VARELA, *Das Obrigações em Geral*, Vol. I, 10.ª edição, p. 289. SCHREIBER vê os contratos mistos como atípicos, pelo que a disciplina legal do tipo com o qual assumam maior similitude, apenas poderá ser efectuada através de um processo analógico.

Da nossa parte, concordamos com JORGE RIBEIRO DE FARIA<sup>288</sup> quando refere que, partindo da solução legislativa concretamente consagrada no artigo 1028.º do C.C., nos seus n.ºs 1, 2 e 3, poderemos enunciar uma proposta geral. Dada a flexibilidade assumida pelo legislador nesse normativo, parece ser de recomendar ao intérprete que não deva seguir fiel e cegamente qualquer das propostas enunciadas no sentido de estabelecer o regime do contrato misto. Como refere o autor, “*nem sempre LOTMAR, nem sempre HÖNIGER, nem sempre SCHREIBER. Mas sempre em cada caso, e em função dos interesses em jogo e da vontade das partes, o regime que se lhe mostre mais adequado*”. Também RUI PINTO DUARTE<sup>289</sup> salienta que “*dentro dos contratos atípicos, os contratos mistos são caracterizados pela proximidade a dois ou mais tipos contratuais. Mas (...) esta proximidade só por si não determina o regime jurídico aplicável – já que a submissão a esses tipos só pode ter lugar por via analógica*”.

No caso em que o contrato celebrado pelo empresário desportivo seja juridicamente qualificável como um contrato misto atípico, propendemos para o entendimento de SCHREIBER e a sua doutrina da aplicação analógica, sem que com isso tal implique uma adesão à doutrina tipológica<sup>290</sup>: ponderados os interesses das partes e as finalidades do tipo mais próximo a regular este contrato, parece-nos que, analogicamente, se deverá aplicar o regime jurídico do contrato de mandato. Tal solução não deverá ser afastada pelo facto de, na prática existirem contratos que, por força das funções desempenhadas, aproximam o empresário da figura do simples mediador e/ou de um simples prestador de serviços. De realçar que a mediação é uma modalidade (atípica) da prestação de serviços que, quando de natureza civil, como é o caso, nos remete para a aplicação dos artigos 1154.º e seguintes do Código Civil, que determina a extensão das disposições do mandato a estes casos. No caso dos contratos atípicos mistos, a analogia é imprescindível para se proceder à disciplina normativa do contrato,

---

<sup>288</sup> *Ob. cit.*, pp. 350 e 351.

<sup>289</sup> *Tipicidade e Atipicidade dos Contratos, cit.*, pp. 49 e 50.

<sup>290</sup> Tal observação impõe-se, dado que SCHREIBER tem como ponto de partida a ideia de que os tipos contratuais são organismos com um sentido e finalidade próprias, pelo que, mesmo que se não se verifique uma coincidência entre o contrato elaborado pelas partes e o tipo legal, nem por isso deixará de ser possível a aplicação analógica do tipo ao contrato, dada a flexibilidade do tipo, vislumbrando-se aqui o prenúncio da doutrina tipológica. Todavia, cremos que a adesão à doutrina dos elementos do contrato, não afasta a possibilidade de considerarmos os contratos mistos como contratos atípicos e, consequentemente, lograr o apuramento do respectivo regime jurídico aplicável por analogia, nos termos descritos.



sendo que a sua relevância variará consoante o carácter mais ou menos típico que o contrato assuma na prática. Deste modo, os contratos menos atípicos encontrarão a sua disciplina na analogia com o tipo semelhante, enquanto que, quanto mais atípico for o contrato, menos a analogia dos tipos contratuais contribuirá para a enunciação da sua disciplina normativa.

Como tal, ao contrato misto atípico celebrado pelo empresário desportivo, serão aplicáveis os princípios e as disposições legais do mandato, dos artigos 1157.º e seguintes do C.C., tendo em conta o juízo de analogia que se nos afigura legítimo fazer entre qualquer das modalidades destes contratos mistos e as finalidades deste tipo contratual.

Caso tais normas não sejam suficientes ou aptas para regular o caso concreto, deveremos aplicar, de seguida, as normas e princípios estabelecidos na lei para a generalidade dos contratos, aspecto que já focámos anteriormente.

Por último, serão ainda convocadas para disciplinar normativamente este contrato, aquelas disposições que o juiz criar de acordo com princípios como o da boa-fé, conceitos indeterminados ou mediante recurso à equidade, sempre que a analogia não seja possível ou indesejável ao nível do caso concreto. VAZ SERRA<sup>291</sup> refere que no âmbito dos contratos atípicos o juiz é um precioso auxiliar do legislador: *“não que lhe seja lícito alterar o direito existente; mas que onde houver lacunas, as deva preencher mediante a sua própria criação jurídica (...). Um dos meios de que a lei pode servir-se para confiar ao juiz a criação do direito é o de determinar que as relações obrigacionais devem ser entendidas de acordo com a boa-fé (...). Não parece haver motivo para a boa-fé poder dar lugar apenas à determinação do conteúdo da obrigação e não já à própria obrigação. Se a boa-fé pode aumentar ou reduzir o conteúdo da obrigação, também deve poder criá-la ou excluí-la”*. Deste modo, o julgador poderá considerar existente uma obrigação se a tal o impuserem os ditames da boa-fé, mesmo que ela não advenha de qualquer norma legal ou estipulação convencional, tal como poderá concluir pela inexistência de uma obrigação constante da lei ou convencionalizada pelas partes, se a tal se opuser o princípio da boa-fé.

---

<sup>291</sup> “Objecto da obrigação. A prestação – suas espécies, conteúdo e requisitos”, *BMJ*, n.º 74, Março, 1958, p. 76

Entendemos, em coerência com o que foi defendido por ANTUNES VARELA<sup>292</sup>, que quando a solução proposta pela analogia se revelar intoleravelmente injusta ou inadequada, a conclusão a retirar será a de que o processo analógico terá que ser compensado pelas soluções obtidas através de um processo de criação, pelo que, em casos como estes, a resolução do problema ficará entregue “à *cogitação do próprio intérprete ou à actividade integradora do julgador*”.

## 7. Conclusões

As considerações anteriores levam-nos à constatação que, em primeiro lugar, os contratos celebrados pelo empresário desportivo no âmbito da sua actividade assumem natureza civil, sendo, por isso, por referência aos contratos civis que se deverá proceder à respectiva qualificação jurídica.

Tendo afastado a possibilidade de subsunção ao regime jurídico da agência, concluímos que, perante a diversidade de funções assumidas pelo empresário desportivo, vislumbramos três hipóteses de qualificação jurídica destes contratos, podendo tratar-se de um mandato (com ou sem representação), de uma mediação (*stricto sensu* ou *lato sensu*) ou ainda, nalguns casos, de um contrato atípico.

Ora, da análise do regime jurídico aplicável, chegámos à conclusão que, tudo o que as partes não tiverem (licitamente) previsto, deverá ser, em primeira análise, enquadrado no regime jurídico do mandato civil, seja directamente, seja por aplicação subsidiária ou analógica. Esta será, porventura, uma das razões de maior relevo para que o nosso legislador proceda uma revisão exaustiva dos artigos 22.º a 25.º do RJCTD. Julgamos que a actividade dos empresários desportivos e os contratos por eles celebrados no âmbito da sua actividade profissional, assumem especificidades próprias distintas de alguns dos aspectos previstos nos artigos 1157.º e seguintes do CC, nomeadamente em termos de forma do contrato, do prazo de duração e de muitos alguns dos direitos e obrigações das partes. Acresce que há inúmeros aspectos de natureza deontológica que necessitam de uma clarificação legislativa, algo a que nos iremos referir no capítulo seguinte.

---

<sup>292</sup> “Do projecto ao Código Civil”, *BMJ*, n.º 161, p. 28.

## Capítulo V – A deontologia dos empresários desportivos

*“Para mim, os contratos não valem nada. O importante para mim é a relação de confiança.”<sup>293</sup>”<sup>294</sup>*

A dimensão ética é uma das particularidades da espécie humana, e a cultura a origem da nossa consciência ética. “*Ética*” é uma palavra de origem latina que evoca a arte de escolher um comportamento, de proceder à distinção entre o bem e o mal. Por sua vez, “*Deontologia*”, tem origem grega, e consiste no conjunto de deveres que são assacados a certos profissionais no cumprimento das suas funções.

Num mundo carente de valores éticos, onde vale tudo para atingir os objectivos, o exercício correcto das funções de empresário desportivo é condição necessária para a dignificação de uma profissão que continua a merecer reputação duvidosa. Julgamos pertinentes as palavras de ANTÓNIO ARNAUT, a propósito das condições do exercício da profissão de advogado, quando realça que “a Deontologia é, assim, o conjunto das regras ético-jurídicas pelas quais o advogado deve pautar o seu comportamento profissional e cívico (...).<sup>295</sup>”. Diz ainda o mesmo autor que o conceito de Deontologia “*inculca, desde logo, a essencialidade das normas deontológicas na formação do advogado e na dignificação da classe*”<sup>296</sup>. Justificar-se-á uma deontologia para o empresário desportivo?

Pensamos que sim. A constatação da importância que desempenham no actual quadro do desporto profissional, os montantes pecuniários envolvidos e o número crescente de sujeitos que desempenham esta actividade, que potencia a concorrência e os conflitos entre empresários e entre estes e os jogadores, são elementos decisivos a ter em conta. Como refere NUNO BARBOSA<sup>297</sup>, assistimos hoje a uma conflituosidade permanente e preocupante: “*há agentes que, contra a vontade expressa do jogador, usam procurações para vincular o seu representado a clubes onde este não quer jogar; há clubes que contratam agentes para que estes convençam o seu representado a forçar*

<sup>293</sup> JORGE MENDES, agente FIFA, a pp. 39 da Revista Única, do Jornal Expresso, do dia 08-01-2011.

<sup>294</sup> A mesma ideia é reafirmada ao longo do filme *Jerry Maguire*, sobretudo quando Dicky Fox afirma: “*The key to this business is personal relationships*”.

<sup>295</sup> ANTÓNIO ARNAUT, Estatuto da Ordem dos Advogados Anotado, Coimbra, 2001.

<sup>296</sup> ANTÓNIO ARNAUT, *Iniciação à Advocacia*, Coimbra, 2000, p. 49.

<sup>297</sup> “Uma deontologia para o agente de jogadores”, *cit.*, pp. 180 e seguintes.

*a saída do clube onde joga; há jogadores que são tentados com prendas valiosíssimas para mudarem de agente (...) as autoridades policiais investigam agentes por envolvimento em manipulações de resultados desportivos; temos agentes que representam o jogador na negociação com um clube e, no final, é o clube que paga a comissão ao agente por este ter defendido os interesses do jogador (...)*”.

A actuação típica dos empresários desportivos situa-se, em regra, em dois planos distintos: ou auxilia o jogador na preparação e/ou celebração de contratos de trabalho desportivos; ou intervém por conta de um clube ou sociedade anónima desportiva para facilitar a transferência ou aquisição dos direitos desportivos de um praticante desportivo profissional. Evidentemente que a relação que se estabelece entre o empresário e jogador envolve condicionantes e implicações diferentes das que ocorrem no âmbito da relação entre empresário e clube, pelo que faremos uma breve alusão às principais implicações de natureza ética e deontológica, tendo por base tal dicotomia.

Pela sua importância, faremos menção expressa a soluções normativas já existentes no domínio do futebol, por força do Regulamento Relativo a Agentes de Jogadores (RRAJ), oriundo da FIFA, que entrou em vigor em Janeiro de 2008 e que inclui um Código Deontológico. Nos termos deste regulamento, prevêem-se sanções aplicáveis aos empresários desportivos que não cumpram com os deveres aí enunciados, entre as quais se destacam, nos termos do artigo 33.º:

- a) Reprimenda ou aviso;
- b) Multa;
- c) Suspensão da licença até 12 meses;
- d) Cancelamento da licença;
- e) O empresário poderá ainda ser banido da possibilidade de intervir em qualquer actividade relacionada com o futebol.

## **1. Deveres do empresário para com os jogadores**

### **a) A defesa da ética desportiva**

Sendo o empresário desportivo um profissional que ocupa um lugar destaque no panorama do desporto profissional, assumindo contactos privilegiados com diversos interlocutores, usufruindo de um “*know-how*” vasto acerca do “*modus operandi*” das

competições desportivas, beneficiando de uma relação de grande confiança com os atletas, ao mesmo tempo que mantém grande proximidade com outros sujeitos desportivos<sup>298</sup>, nomeadamente dirigentes desportivos, ele está numa posição tentadora para a prática de actos violadores da ética desportiva.

A defesa da ética desportiva deverá ser erigida como uma regra de conduta inerente à profissão de agente de jogadores, na sua tríplice vertente de dopagem<sup>299</sup>, corrupção<sup>300</sup> e violência. Inclui-se necessariamente no âmbito da defesa da ética desportiva, o especial dever de não induzir o seu representado a ter os comportamentos descritos. No caso do empresário desportivo, e sabendo que o artigo 47.º da Lei n.º 27/2009, de 19 de Junho, estabelece a denúncia obrigatória ao Ministério Público da prática dos crimes constantes do diploma legal, qual deverá ser a conduta exigível? Prevalecerá o interesse público de defesa da verdade desportiva ou interesse do cliente?

O artigo 37.º da LBAFD consagra, de forma inovadora, o dever de sigilo profissional dos empresários desportivos em relação a factos relativos à vida pessoal e/ou profissional dos seus representados, em virtude do exercício das suas funções, de forma semelhante ao que sucede no âmbito das relações profissionais entre cliente e advogado, no âmbito do mandato forense<sup>301</sup>. Contudo, o legislador ainda não definiu as circunstâncias que poderão conduzir à derrogação ou levantamento do sigilo profissional, algo que merece de clarificação urgente, eventualmente mediante alteração em sede do próprio RJCTD.

Parece-nos, assim, que o dever de sigilo profissional deverá, em primeira análise, prevalecer sobre o interesse público da verdade desportiva, sendo derogável nos termos conjugados dos artigos 135.º, 181.º e 182.º do Código de Processo Penal. O segredo profissional, contrariamente ao que sucede com o segredo religioso e com o segredo dos jornalistas, não tem carácter absoluto, cedendo perante o dever de cooperação com as autoridades judiciais, quando particulares exigências de

---

<sup>298</sup> A este propósito, JORGE MENDES, empresário de futebol, em entrevista concedida à Revista Única do Jornal Expresso, quando questionado sobre quantos números de telefone directos de Presidentes de Clubes tem, afirma peremptoriamente: “*de quase todos*”.

<sup>299</sup> Neste sentido, cfr. Lei n.º 27/2009, de 19 de Junho, que estabelece o regime jurídico da luta contra a dopagem no desporto. A este propósito, refere CARLOS RODRIGUEZ DOMÍNGUEZ, “Consequências jurídicas da dopagem na relação laboral de desportistas: a quebra da boa-fé contratual como fundamento de despedimento disciplinar”, *Desporto & Direito, Revista Jurídica de Desporto*, ano V, Janeiro/Abril 2008, pp. 327 e seguintes, que, de acordo com o ordenamento jurídico espanhol, se justificará a possibilidade de proceder ao despedimento disciplinar por quebra da boa fé contratual, na eventualidade de o atleta ter consumido substâncias dopantes.

<sup>300</sup> Cfr. Decreto-Lei n.º 390/91, de 10 de Outubro.

<sup>301</sup> Vide, a este propósito, o artigo 87.º do Estatuto da Ordem dos Advogados, aprovado pela Lei n.º 15/2005, de 26 de Janeiro.

investigação criminal o imponham, mas sempre respeitando requisitos estreitos, devendo-se, de preferência, e na medida do possível, harmonizar<sup>302</sup> os interesses em confronto<sup>303</sup>.

#### **b) O respeito pela liberdade do atleta na escolha do clube**

Vimos já que é bastante frequente que, no âmbito da sua actividade profissional, o empresário desportivo intervenha na qualidade de representante com poderes, munido de uma procuração para o efeito. Significa isto que o empresário desportivo tem o poder de vincular o representado, através da celebração de contratos de trabalho desportivos, o que o coloca perante a necessidade de avaliar, em concreto, as reais necessidades e interesses do seu cliente. Além disso, o empresário desportivo tem por hábito tratar de todo o processo negocial sem dar conhecimento ao atleta, de molde a não perturbar o seu rendimento desportivo. *Quid juris*, se o agente celebrar um contrato de trabalho em nome do seu representado com o clube que não é do agrado deste? E se, nesse mesmo contrato se estabelecer uma cláusula penal para o caso de inadimplemento da parte do jogador?

Trata-se de mais um aspecto a exigir reflexão da parte do legislador. Entendemos, todavia, que em face da ausência de um regime jurídico completo que discipline toda a actividade do empresário desportivo, a solução de momento, passará pela aplicação das regras do mandato às situações em apreço. Assim, poderá o atleta ser indemnizado por via do incumprimento contratual, tendo em conta que o mandatário deve, entre outras obrigações, praticar os actos compreendidos no mandato, segundo as instruções do mandante, prestar as informações que este lhe peça e comunicar ao mandante, com prontidão, a execução mandato, nos termos das alíneas a), b) e c) do artigo 1161.º do CC. Por esta via, poderá alcançar-se, de alguma forma, uma tutela mínima do atleta representado, sempre que fique vinculado em termos que não correspondem ao seu interesse.

---

<sup>302</sup> MENEZES CORDEIRO, in *Manual de Direito Bancário*, Almedina, Coimbra, 3.ª edição, 2008, pp. 273 e 274, salienta que quer no plano penal, quer no plano civil, parece resultar hoje da jurisprudência nacional a tendência para “a necessidade duma concreta ponderação de interesses, nunca devendo a quebra do sigilo ir além do necessário”.

<sup>303</sup> Cfr. SIMAS SANTOS, LEAL HENRIQUES, *Código de Processo Penal Anotado*, Vol. I, p. 739.

Para evitar este tipo de diferendo, caberá ao empresário respeitar a liberdade de escolha do clube da parte do atleta, tratando-se de um aspecto a necessitar de intervenção urgente da parte do legislador.

**c) O conflito de interesses relacionado com a remuneração do agente: o dever de actuar apenas por conta de uma das partes e o de auferir uma comissão adequada ao trabalho realizado**

Estamos em face de um dos mais tradicionais conflitos de interesses envolvendo os empresários desportivos. Em princípio, o facto de o empresário desportivo auferir uma comissão por parte do clube, pela concretização da transferência de um jogador poderá diminuir o zelo, a diligência e a independência na defesa dos interesses desse seu cliente, pelo que será aconselhável que apenas possa ser remunerado por uma das partes da relação contratual.

Não é isso, todavia, que se verifica na prática, dado que o empresário recebe a sua remuneração de qualquer das partes da relação contratual, sendo o valor da comissão estabelecido, regra geral, numa percentagem do montante da transferência. Daí que, por um lado, não seja vantajoso para o empresário que os jogadores que representa cumpram o seu contrato de trabalho desportivo com o clube até ao fim, pois ficarão livres de se vincular a outro clube sem que haja montantes de transferência envolvidos. Nestes casos, o empresário beneficiará apenas se o jogador receber um “prémio de assinatura” ou pelo facto de, estando livre, o novo clube aceitar pagar mais em termos salariais, podendo também o empresário receber mais em termos de percentagem sobre o salário do atleta.

Ciente deste conflito de interesses, o legislador nacional já interveio, através da solução consagrada no n.º 1 do artigo 24.º do RJCTD, que determina que “*as pessoas singulares ou colectivas que exerçam a actividade de intermediários, ocasional ou permanentemente, só podem ser remuneradas pela parte que representam*”.<sup>304</sup> Refere NUNO BARBOSA<sup>305</sup> que “*a meu ver, a regra que melhor permitiria eliminar o conflito*

---

<sup>304</sup> Em França, a solução legislativa é semelhante, consagrada no Code du Sport, relativamente ao “*agent sportif*”, no artigo 15-2-III, com a redacção dada pela Lei n.º 2000-627, de 6 de Julho de 2000. O mesmo se deverá dizer quanto ao “*agenti di calciatori*” italiano. Em Espanha, a Federação espanhola de Rugby consagra a mesma limitação.

<sup>305</sup> *Ob. cit.*, p. 187.

*de interesses acima referido seria o seguinte: o agente que tenha um contrato de representação com um atleta apenas pode ser retribuído por este, estando-lhe vedado receber alguma outra contrapartida de qualquer um dos clubes envolvidos na transferência”.*

No âmbito do futebol, o RRAJ da FIFA, estabelece no artigo 14.º, n.º 1, que o agente apenas poderá representar uma das partes, ou o jogador ou o clube. Acrescenta depois no n.º 4 do artigo 14.º que o contrato de representação deve especificar quem é responsável pelo pagamento da remuneração ao agente e de que forma tal pagamento será efectuado. Curiosamente, prevê o mesmo artigo que, após a conclusão da transferência de um atleta para um clube, o jogador pode dar o seu consentimento escrito para que o clube proceda ao pagamento da comissão ao agente em seu nome, pagamento esse que deverá corresponder ao acordado no contrato de representação entre agente e jogador. Parece-nos uma solução de mérito muito questionável, que faz com que, na prática, suceda aquilo que já referimos: o agente que tenha um contrato de representação com um jogador recebe a sua comissão directamente do clube e não do seu cliente<sup>306</sup>.

Outra preocupação envolvendo a remuneração do agente, tem a ver com o valor excessivo das comissões. Refere ICÍAR ALZAGA RUIZ<sup>307</sup> que, nos EUA<sup>308</sup>, é habitual que os agentes cobrem 4% sobre a remuneração do desportista e 10% dos proventos pela cessão da sua imagem para fins publicitários. Em França, estabeleceu-se um tecto máximo de remuneração do agente, cifrado em 10% do salário anual do atleta e em Itália vale a liberdade contratual das partes, sendo que apenas no silêncio delas se determina que a percentagem da remuneração do “*agenti di calciatori*” será alcançada entre 0,5% e 5% ou entre 5% e 15%, dependendo se se trata de um contrato de trabalho desportivo ou de um contrato de cessão dos direitos de imagem para fins publicitários.

---

<sup>306</sup> Talvez por isso não seja de estranhar a afirmação de JORGE MENDES à Revista Única do Jornal Expresso de 08-01-2011: “*Quando comecei era prática os empresários levarem 10% de comissão aos jogadores. Para mim o importante é levá-los para os melhores clubes. Nunca cobrei uma comissão a um jogador, nem de 1% nem de 10% (...)*”, acrescentando que apenas recebe comissões dos clubes, “*às vezes em função do valor da transferência, outras não. É conforme...*”.

<sup>307</sup> “La figura del representante (...)”, *cit.*, p. 207.

<sup>308</sup> Nos EUA, tanto a NBPL como a MLBPL estabeleceram tectos máximos às comissões a receber pelos *sports agents*. A NBPL determinou que se o jogador recebe apenas o que resulta da Convenção Colectiva correspondente, o agente não poderá receber mais de 2.000 USD por cada temporada; se a remuneração exceder o montante estabelecido na Convenção Colectiva, o agente terá direito a um máximo de 4% da remuneração do jogador. A MLBPL foi mais longe ao estabelecer a obrigação do agente tornar público, anualmente, as comissões que recebe.



Em Portugal, a nossa lei apenas refere, no n.º 2 do artigo 24.º do RJCTD, que na ausência de acordo em contrário, o qual deverá constar de cláusula escrita no contrato inicial, “*o montante máximo recebido pelo empresário é fixado em 5% do montante global do contrato*”. cremos que, aquando da revisão do RJCTD, também esta questão deverá ser devidamente ponderada pelo legislador. Da nossa parte, e com o objectivo de acautelar os interesses dos praticantes desportivos e de evitar potenciais abusos da parte do empresário, propendemos para uma solução legislativa que defina um tecto máximo de comissão a que o empresário desportivo terá direito e que as partes não poderão derrogar. cremos ainda que fará sentido que esse tecto máximo varie consoante esteja em causa uma comissão devida por via da celebração de contratos de trabalho desportivos ou em função da cessação dos direitos de imagem do atleta para fins publicitários.

**d) Conflitos de interesses pelo facto de o empresário ter interesses económicos no clube ou na sociedade anónima desportiva que negoceia com o seu representado: o dever de informação**

Nos Estados Unidos da América, tem-se entendido que o “*sports agent*” não poderá intervir em negociações em que exista um conflito de interesses com os do seu representado, nomeadamente quando o empresário desportivo tem interesses económicos no clube com quem negoceia o seu cliente<sup>309</sup>. A hipótese de o empresário ser, por exemplo, accionista de uma Sociedade Anónima Desportiva não é meramente académica, mas uma situação que se verifica frequentemente. Como admitir que o empresário defenderá os legítimos interesses do seu representado quando, na qualidade de accionista da SAD, pretende que esta atinja o lucro? Como vislumbrar o problema do ponto de vista deontológico?

---

<sup>309</sup> ICÍAR ALZAGA RUIZ, “La figura del representante (...)”, *cit.*, p. 208, refere-se a um caso concreto que opôs os Detroit Lions e o empresário desportivo Jerry Argovitz, no âmbito do futebol americano. Jerry Argovitz estava, em 1984, a negociar a transferência de Billy Sims para os Detroit Lions, quando informou o seu cliente que afinal tal clube não estaria interessado em contratá-lo, recomendando-o a encetar negociações com os Houston Gamblers, onde detinha uma participação de 29%. Billy Sims sabia que o empresário tinha uma participação nesta equipa, mas desconhecia a dimensão da mesma. O Tribunal considerou que o contrato celebrado com os Houston Gamblers deveria ser anulado devido à falta de conhecimento que o jogador tinha da participação do empresário no clube. O Tribunal referiu expressamente que o empresário deveria ter informado o jogador de todos os factos susceptíveis de influenciar a decisão do cliente.

Desde logo, julgamos que não existirá conflito de interesses se o empresário desportivo detiver uma participação societária insignificante. Para que estejamos perante um efectivo conflito de interesses, é fundamental que o empresário desportivo seja detentor de uma participação relevante na sociedade anónima desportiva, com a detenção de uma determinada percentagem do capital social. No entanto, talvez seja preferível ao legislador não definir *a priori*, caso venha a regulamentar esta questão, o montante exacto dessa percentagem, devendo antes optar por um conceito indeterminado (como o de “participação social relevante”), de aferição casuística.

Parece-nos que quando o empresário desportivo seja detentor de uma tal participação social, apenas se afigura como legítima uma solução: estabelecer um dever de informação sobre os empresários desportivos, que estarão obrigados a transmitir ao cliente todos os factos susceptíveis de influenciar as mais diversas decisões deste. Apesar de tal dever não estar especificamente estabelecido no âmbito da actividade do empresário desportivo, pensamos que, nos casos em que o mesmo não seja observado, poderemos, à luz do direito vigente, tutelar a posição do cliente. Desde logo, a violação deste dever de informação poderá originar, consoante as situações, direito a uma indemnização da parte do jogador por violação do artigo 227.º do CC, pelo interesse contratual negativo deste. Poderemos, todavia, ir mais longe, nos casos em que o contrato celebrado pelo praticante desportivo ou em nome dele se baseou em premissas erradas, essenciais na formação da sua vontade de contratar. Em tais situações, o desconhecimento efectivo de elementos susceptíveis de poderem alterar a formação da vontade do jogador em contratar, poderá justificar a anulabilidade do contrato com base no erro-vício, sobretudo se verificados os requisitos do artigo 252.º do CC.

No âmbito do futebol, de referir que o Código Deontológico dos empresários desportivos<sup>310</sup> estabelece, no ponto 3, que o empresário, nas relações com o cliente, deverá agir sempre com “verdade, clareza e objectividade”<sup>311</sup>.

#### **e) Conclusões**

ICÍAR ALZAGA RUIZ<sup>312</sup> refere ainda a outros casos relacionados com potenciais conflitos de interesses que poderão surgir no âmbito da actividade do

---

<sup>310</sup> Publicado no Apêndice B do Regulamento da FIFA, em [www.fifa.com](http://www.fifa.com)

<sup>311</sup> Neste sentido, *vide* Código Deontológico dos Agentes FIFA, anexo B ao RRAJ, in [www.fifa.com](http://www.fifa.com)

<sup>312</sup> “La figura del representante (...)”, *cit.*, pp. 211-213.

empresário desportivo, nomeadamente quando este representa jogadores da mesma modalidade desportiva ou da mesma equipa, quando representa simultaneamente jogadores de uma equipa e o seu treinador ou quando negocia contratos publicitários em nome do cliente (especialmente se, mesmo tratando-se de um produto susceptível de prejudicar a imagem do atleta, o empresário o aconselha a efectivar o contrato, sabendo que, com isso, irá receber também uma comissão).

Entendemos que, *a priori*, tais situações não conduzem, imediatamente, a uma situação de conflito de interesses: na maior parte dos casos, o empresário desportivo que representa jogadores da mesma modalidade desportiva, ou que representa jogadores e treinador, ou até quando negocia contratos de publicidade para o seu representado, poderá não se encontrar numa efectiva situação de conflito de interesses.

Parece-nos que em todas as situações enunciadas, a solução passará por exigir do empresário desportivo uma actuação em prol da defesa dos legítimos interesses do cliente, o que só poderá ser aferido de forma casuística. No âmbito do futebol, o Código Deontológico dos empresários desportivos estabelece, no ponto 4, que lhes incumbe proteger os interesses do cliente de harmonia com a lei e com a Justiça, devendo pugnar por estabelecer relações contratuais com lisura e clareza. Acresce que nos termos do próprio RRAJ, o n.º 8 do artigo 19.º determina que o agente de jogadores deve evitar toda e qualquer situação que envolva um conflito de interesses, estando-lhe vedada a intervenção sempre que partilhe interesses com outra (s) das partes envolvidas nas negociações contratuais, para além do jogador.

## **2. Deveres recíprocos dos empresários: o dever de respeito e lealdade**

São frequentes, nos dias de hoje, os conflitos entre empresários desportivos, que têm origem nas técnicas cada vez mais agressivas que estes utilizam na captação de clientes<sup>313</sup>. Como refere NUNO BARBOSA<sup>314</sup>, “*não é caso raro um agente presentear os jogadores com bens de elevado valor no intuito de os convencer a celebrar um*

---

<sup>313</sup> No caso *Roudball Enterprises vs Richardson*, a primeira demandou o agente Patrick Healy, ao entender que este havia interferido na relação contratual que mantinha com o jogador dos New York Nicks, Michael Ray Richardson. Em Maio de 1980, Richardson tinha celebrado contrato de representação em exclusividade com a Roundball Enterprises, mas em Fevereiro de 1982, celebrou outro contrato com Patrick Healy, vindo posteriormente revogar o primeiro contrato. As partes alcançaram um acordo antes da decisão em Tribunal. Cfr. ICIAR ALZAGA RUIZ, “La figura del representante (...)”, *cit.*, p. 214.

<sup>314</sup> *Ob. cit.*, p. 190.

*contrato de representação (...). O jogador, na mira de obter uma melhor representação e estimulado pelas ofertas que lhe são feitas, não hesita em desvincular-se do seu agente. Este problema, tão delicado quanto frequente, tem-se revelado uma importante fonte de litigiosidade entre agentes, jogadores e clubes".* No domínio do futebol, o Código Deontológico dos empresários desportivos, impõe um dever de respeito pelos direitos contratuais de terceiros, nomeadamente dos seus colegas empresários, devendo abster-se de todas e quaisquer práticas tendentes a desviar clientes para si.

NUNO BARBOSA<sup>315</sup> realça que há aqui dois interesses envolvidos que urge equilibrar: por um lado, o direito do jogador de cessar a relação contratual com o seu empresário; por outro, o interesse do agente em preservar o direito à retribuição pelos serviços que prestou ao abrigo do contrato. Propõe, *de iure condendo*, que o contrato entre agente e jogador tenha um prazo máximo previsto na lei e que a renovação careça de forma escrita. Acrescenta ainda que durante a vigência do contrato, o jogador poderia denunciá-lo a todo o tempo, mas, neste caso, o agente preservaria o direito à retribuição.

Tratam-se de propostas que acautelam, em primeira linha, os interesses do jogador, em nome da sua liberdade. Tais propostas merecem-nos algumas reflexões.

No que à primeira diz respeito, trata-se de uma proposta razoável e que, inclusivamente, existe já no âmbito do futebol, pois o artigo 19.º, n.º 3, do RRAJ, determina que o contrato de representação apenas será válido pelo período máximo de dois anos, podendo ser renovado se houver acordo escrito nesse sentido e proibindo-se a renovação tácita do mesmo.

Quanto à segunda proposta, parece-nos que será levar longe demais a tutela dos interesses do jogador, em nome da sua liberdade, desprotegendo-se os direitos do empresário desportivo, que poderão não ficar totalmente salvaguardados pela garantia do seu direito à retribuição. Em muitas situações, poderia ocorrer que o empresário desportivo que ao longo dos anos ajudou o atleta a atingir determinado nível de rendimento e de notoriedade, visse o contrato ser denunciado pelo jogador, cabendo ao novo empresário desportivo a realização de uma eventual transferência. Nesta situação, o antigo empresário apenas manteria o direito, por exemplo, à comissão sobre o salário do atleta até final do contrato, mas já não sobre o montante da transferência, na qual não interveio. Parece-nos uma solução perigosa, que poderia conduzir a um efeito inverso ao

---

<sup>315</sup> *Ob. cit.*, p.190.

pretendido, originando um aumento de práticas desleais e de conflituosidade entre empresários.

### **3. Deveres dos empresários para com os clubes: o dever de respeito pela relação laboral desportiva entre o jogador e o clube**

A imprensa desportiva diária relata várias situações de conflito entre jogadores e clubes, tendo por base comportamentos do atleta que são considerados, pelo clube, como inaceitáveis. Tais situações têm, muitas vezes, na origem a vontade do empresário em proceder a uma transferência dos direitos desportivos do atleta, algo que colide frequentemente com os interesses do clube. Neste tipo de conflitos, ambos perdem: o jogador, porque ficará com a sua imagem afectada perante os adeptos e o público em geral, além de que, se for afastado da equipa, o seu rendimento desportivo, mesmo a médio prazo, poderá ser afectado; o clube, porque tem um atleta nos seus quadros que não tem o rendimento desportivo esperado, algo que pode afectar a equipa. Além disso, o epílogo será, sistematicamente, a saída do jogador do clube, ou por um preço muito abaixo do seu real valor, ou até a “custo zero”, no final do contrato.

Como tal, impõe-se que, do ponto de vista deontológico, se exija ao empresário desportivo o dever de respeitar a relação laboral desportiva entre o seu representado e o clube, devendo também abster-se de praticar actos que induzam o jogador a violar os seus deveres para com o clube. Pensamos que, aquando da futura revisão do RJCTD, este seja mais um dos deveres que terá que ser consagrado, como inerente ao desempenho da actividade de empresário desportivo.

Sem prejuízo do exposto, tal dever consta já, no âmbito do futebol, do respectivo Código Deontológico do RRAJ, no ponto 5, quando se estabelece que o agente deve respeitar os direitos das partes com quem negocia, e de terceiros, devendo abster-se de praticar actos que possam induzir os seus clientes a desvincular-se da outra parte. Além disso, no próprio RRAJ, consagra-se no artigo 22.º, n.º 2, que o agente está proibido de estabelecer contactos com um jogador que tenha contrato com um clube, persuadindo-o a cessar a relação contratual ou a violar os deveres para com o respectivo clube.

## Capítulo VI – Comentário ao Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa de 14 de Outubro de 2008

*“Não deixa de ser curioso, mesmo paradoxal em certo sentido, que só agora – com esta decisão – um tribunal superior tenha enfrentado, de forma aberta, a questão da recepção das normas providas das federações desportivas internacionais. Reside aí, naturalmente no nosso prisma, a importância desta decisão do Tribunal da Relação de Lisboa”.<sup>316</sup>*

Dedicamos um último capítulo deste trabalho à análise do acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa de 14 de Outubro de 2008, referente ao processo 7929/08, por cinco ordens de razões. Em primeiro lugar, porque o cerne da discussão jurídica se relacionou com aspectos específicos que temos vindo a analisar no decurso desta exposição, mais especificamente, com a actividade e com o regime jurídico aplicável ao empresário desportivo. Em segundo lugar, porque neste processo, e pela primeira vez em Portugal, um Tribunal superior se pronunciou sobre a questão da recepção de normas providas das federações desportivas internacionais. Em terceiro lugar, as partes envolvidas são figuras públicas, o caso foi do conhecimento público, com repercussão na imprensa escrita e televisiva, o que o torna ainda mais apetecível para um “*case study*”, susceptível, inclusivamente, de ser invocado na doutrina nacional e internacional, como um dos mais relevantes casos decididos em Portugal, envolvendo a actividade do empresário desportivo. Em quarto lugar, e comprovando o que acabámos de salientar, este acórdão foi já alvo de um comentário e de uma apreciação da parte de JOSÉ MANUEL MEIRIM<sup>317</sup>, que, de forma aprofundada e coerente, reflectiu criticamente acerca dos méritos e dos deméritos do referido aresto. Por último, trata-se de um processo no âmbito do qual intervimos, na qualidade de mandatários da Autora recorrente, apenas em fase de recurso, tendo perfilhado um entendimento diverso do que foi seguido pelo Tribunal da Relação de Lisboa.

---

<sup>316</sup> JOSÉ MANUEL MEIRIM, “Anotações: Regulamentação da actividade de empresário desportivo – Ac. do TRL de 14.10.2008, Proc. 7929/08, anotado por JOSÉ MANUEL MEIRIM”, in *Cadernos de Direito Privado*, n.º 30, Abril/Junho de 2010, pp. 40 e seguintes.

<sup>317</sup> *Cadernos de Direito Privado*, n.º 30, Abril/Junho de 2010, pp. 40 e seguintes.

## 1. Breve descrição da situação de facto

Ana Maria Almeida intentou contra Jorge Mendes, Gestifute – Gestão de Carreiras de Profissionais Desportivos, S.A. e Luis Carlos Almeida Cunha (vulgarmente conhecido no mundo do futebol por Nani), acção declarativa com processo ordinário, no âmbito da qual pedia a condenação dos réus no pagamento de uma indemnização correspondente aos lucros cessantes derivados do incumprimento do contrato de representação (correspondente a uma percentagem sobre os salários do jogador, a prémios por ele recebidos e a uma percentagem sobre a transferência do jogador do Sporting Clube de Portugal para o Manchester United FC) que celebrou com o 3.º réu, no pagamento de despesas efectuadas ao abrigo do contrato e no pagamento de uma indemnização por danos de imagem no valor de 15 000,00 €. O fundamento da sua pretensão baseava-se no facto de ter celebrado com o jogador um contrato de representação no dia 17/04/2004, por dois anos, do qual constava uma cláusula (a cláusula 8.ª) que previa a renovação automática do mesmo se não fosse denunciado por nenhuma das partes até seis meses antes do *terminus* do mesmo. O Réu Luis Carlos (Nani) não denunciou o contrato até 13/10/2005, fazendo-o de forma informal apenas em Dezembro de 2005. Assim, entende a Autora que o contrato se renovou automaticamente pelo período de 2 anos, até 17/04/2008, pelo que teria direito a receber, por via do incumprimento contratual do atleta, que entretanto se vinculou através de um novo contrato de representação com os réus Jorge Mendes e a empresa Gestifute, aos lucros cessantes e às despesas por si efectuadas ao longo da vigência do contrato de representação.

Por seu turno, os Réus contestaram, invocando a nulidade da cláusula contratual relacionada com a renovação automática do contrato de representação, pugnando pela aplicabilidade do RRAJ<sup>318</sup> oriundo da FIFA, que proíbe a renovação automática pelo que, a partir de 17/04/2006, o jogador deixou de estar vinculado contratualmente para com a Autora.

---

<sup>318</sup> À data, aplicava-se o anterior RRAJ, que previa, no seu artigo 12.º, n.º 2, que a duração máxima de um contrato entre um empresário desportivo e um desportista profissional ou um clube, será de dois anos, excluindo-se a renovação tácita do mesmo, admitindo-se apenas que o contrato seja renovado com o consentimento expresse de ambas as partes.

## 2. Delimitação jurídica do problema

Tendo em conta o núcleo fundamental da matéria de facto provada, julgamos que são três as questões fundamentais a analisar no âmbito deste caso, ou seja:

a) Terá a FIFA legitimidade para regulamentar a actividade do empresário desportivo, podendo as suas normas aplicar-se como normas imperativas aos particulares dos vários Estados e, mais especificamente, no território português?

b) Terá a FPF seguido as formalidades adequadas para que o RRAJ oriundo da FIFA tenha sido correctamente recepcionado no nosso ordenamento jurídico, para assim produzir efeitos jurídicos?

c) Serão essas normas do RRAJ imperativas, ao ponto de derrogarem as estipulações das partes, válidas sob o prisma da liberdade contratual e do ordenamento jurídico civil interno?

### 2.1. A natureza jurídica da FIFA

A *Fédération Internationale de Football Association* (FIFA) é uma associação privada de direito Suíço, com sede em Zurique, criada em Maio de 1904, sendo composta pelas diversas federações nacionais de futebol que, por sua vez, congregam os clubes (amadores ou profissionais) dos respectivos países. A natureza pública ou privada da FIFA não é, de todo, uma questão controvertida, sendo esta unanimemente considerada uma associação, isto é, uma pessoa de direito privado, mais especificamente, uma associação de empresas,<sup>319</sup> que congrega as várias federações nacionais. A FIFA é, portanto, uma pessoa colectiva de direito privado<sup>320</sup>, registada no registo comercial suíço, em conformidade com os artigos 60.º e seguintes do C.C. suíço, e de acordo com o artigo 1.1 dos respectivos estatutos. A Carta Olímpica estabelece também, na regra 15.1, que estamos perante uma organização internacional não

---

<sup>319</sup> Neste sentido, vide “Acórdão Piau”, por ANTÓNIO JOSÉ ROBALO CORDEIRO, in “Crónica de Jurisprudência”, *cit.*, pp. 375 – 413.

<sup>320</sup> No mesmo sentido, vejamos alguns exemplos: a UCI (União Ciclista Internacional) é uma associação internacional não governamental sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de acordo com os artigos 60.º e seguintes do CC suíço e artigo 1.2 dos seus estatutos; a FIBA (Federação Internacional de Basquetebol) é uma organização sem fins lucrativos que prossegue objectivos de interesse geral em conformidade com a legislação do país onde se encontra sediada (artigo 3.1 dos estatutos); a FISA (Federação Internacional de Remo), é uma associação com fins não lucrativos dotada de personalidade jurídica e regulada nos termos dos artigos 60.º e seguintes do CC suíço (artigo 1.º dos estatutos).



governamental, sem fins lucrativos, de duração ilimitada, tendo o estatuto de uma pessoa colectiva associativa, reconhecida pelo Conselho Federal Suíço conforme acordo de 1/11/2000. Tal constatação evidencia que as suas normas regulamentares são de natureza privada, não detendo qualquer prerrogativa juspublicística que permita que se imponham imperativamente aos seus destinatários.

Por consequência, a FIFA não dispõe de competências normativas próprias que lhe permitam aprovar normas jurídicas vinculantes e oponíveis a todos os actores do mundo do futebol. Isto é, a FIFA apenas dispõe dos poderes que os seus associados (leia-se, as federações nacionais de futebol) entenderam conceder-lhe quando elaboraram os estatutos que a regem: não detém qualquer outro tipo de poder público ou privado que lhe permita emitir regulamentos, directivas ou decisões oponíveis a terceiros, sejam eles cidadãos suíços ou de qualquer outro país. Daí que, efectivamente, o Preâmbulo do Regulamento em causa (RRAJ), aprovado pela FIFA, preveja que *“cada Federação será responsável pela elaboração de um regulamento próprio relativo à actividade dos agentes de jogadores, com base nas directivas que se seguem”*.<sup>321</sup>

Em face do exposto, impõe-se uma primeira conclusão: o RRAJ apenas será vinculativo na medida em que o mesmo tenha sido transposto validamente pelas respectivas federações nacionais para o direito interno. Ou seja, o RRAJ, na sua versão originária, oriunda da FIFA, não vincula directamente nenhum interveniente do domínio futebolístico, porque as normas regulamentares das federações desportivas internacionais não são<sup>322</sup> *“de aplicação directa no ordenamento jurídico interno, necessitando da intermediação de um acto de transposição”*.<sup>323</sup>

## **2.2. A não recepção do regulamento da FIFA no direito interno e a ausência de um acto de transposição pela FPF**

Diversamente da FIFA, a FPF recebeu do Estado Português alguns poderes de natureza pública, designadamente no domínio desportivo. Tais competências decorrem

---

<sup>321</sup> Cfr. Preâmbulo do RRAJ, em [www.fifa.com](http://www.fifa.com)

<sup>322</sup> Neste sentido, cfr. decisão do Conseil d'État francês, publicada no *RD*, ano 183, n.º13, 29/03/2007, pp.924-927, *apud* JOSÉ MANUEL MEIRIM, “Anotações: Regulamentação da actividade de empresário desportivo (...)”, *cit.*, p. 55, que nega qualquer efeito directo, no direito interno, às normas regulamentares das federações desportivas internacionais.

<sup>323</sup> JOSÉ MANUEL MEIRIM, “Anotações: Regulamentação da actividade de empresário desportivo (...)”, *cit.*, p. 54.

directamente do Estatuto de Utilidade Pública que foi concedido à FPF e que, de acordo com o artigo 19.º da Lei n.º 5/2007, de 16 de Janeiro<sup>324</sup>, se traduz no exercício, em exclusivo, de poderes regulamentares, disciplinares e outros de natureza pública, bem como a titularidade dos direitos e poderes especialmente previstos na lei<sup>325</sup>.

Têm natureza pública os poderes das federações desportivas exercidos no âmbito da regulamentação da respectiva modalidade que, para tanto, lhe sejam conferidos por lei. Neste aspecto, e como cânone interpretativo, cumpre realçar o artigo 18.º, n.º 3, da Lei 5/2007, que nos dá uma definição de questões estritamente desportivas: “*São questões estritamente desportivas as que tenham por fundamento normas de natureza técnica ou de carácter disciplinar, enquanto questões emergentes da aplicação das leis do jogo, dos regulamentos e das regras de organização das respectivas competições.*”

Ora, no fundo, são conferidos à FPF poderes de regulamentação da respectiva modalidade, ou seja, poderes de regulamentação do futebol, das leis do jogo, da organização das competições, da justiça meramente desportiva. Não resulta claramente do exposto que esses poderes se possam alargar à regulamentação da actividade económica e aos contratos celebrados entre empresário e jogador. Aliás, existem normas que se referem expressamente à função do empresário desportivo. Mais uma vez, recorremos à Lei n.º 5/2007, nomeadamente ao seu artigo 37.º. Este artigo, no seu n.º 4, refere que “*A Lei define o regime jurídico dos empresários desportivos*”, o que foi feito pelos artigos 22.º a 25.º da Lei n.º 28/98, de 26 de Junho. Quanto ao não previsto explicitamente nestes artigos aplicar-se-ia, à partida, o regime geral do Código Civil.

Porém, a doutrina tem entendido que este segmento do poder regulamentar federativo seria ainda qualificável como sendo de natureza pública. PAULO OTERO<sup>326</sup> salienta, a este propósito, que se vem evidenciando que um “*conjunto materialmente diversificado de normas desportivas provenientes de organizações internacionais não*

---

<sup>324</sup> O Estatuto de utilidade pública foi suspenso em 2010, como consequência da não aprovação pela FPF dos novos estatutos. Recentemente, a 01/06/2011, foi levantada a suspensão do Estatuto de Utilidade Pública, como consequência da aprovação dos novos estatutos da FPF, após um processo moroso e mediático, que motivou, inclusivamente, ameaças de sanções por parte da FIFA às selecções nacionais e aos clubes portugueses no âmbito das competições europeias.

<sup>325</sup> A mesma ideia era transmitida pelos artigos 7.º e 8.º do Decreto-lei nº 144/93 de 26 de Abril, que deram origem aos actuais artigos 10.º e 11.º do Decreto-Lei 248-B/2008, de 31 de Dezembro, que têm a seguinte redacção: “*O estatuto de utilidade pública desportiva confere a uma federação desportiva a competência para o exercício, em exclusivo, por modalidade ou conjunto de modalidades, de poderes regulamentares, disciplinares e outros de natureza pública, bem como a titularidade de direitos e deveres especialmente previstos na lei*”; “*Têm natureza pública os poderes das federações desportivas exercidos no âmbito da regulamentação e disciplina da respectiva modalidade que, para tanto, lhe sejam conferidos por lei*”.

<sup>326</sup> *Legalidade e Administração Pública: o sentido da vinculação administrativa à juridicidade*, Coimbra, Almedina, 2003, p. 779.

*governamentais é tomado, segundo expressa imposição legal, como referencial de actuação administrativa: a Administração Pública, designadamente através das federações desportivas dotadas do estatuto de utilidade pública desportiva, converte-se em instrumento de execução e garantia de aplicação de normas desportivas internacionais, desenvolvendo nestes domínios faculdades regulamentares e disciplinares”.*

Caso se considere, como efectivamente a maioria da doutrina tende a considerar, que a regulamentação da actividade do empresário desportivo se insere dentro dos poderes públicos conferidos à FPF, por via da concessão do estatuto de utilidade pública desportiva, haverá sempre que analisar de que forma o Regulamento da FIFA foi transposto para ordenamento jurídico interno. A decisão do Tribunal foi no sentido de estabelecer a recepção por incorporação da solução internacional nos regulamentos da FPF.

No entanto, e porque do artigo 25.º do RJCTD não resulta a recepção plena dos regulamentos federativos internacionais, sobretudo se tivermos em conta que está em causa um determinado aspecto contratual, haveria que analisar, em concreto, o procedimento seguido pela FPF na transposição do regulamento federativo para a ordem jurídica interna. Entendeu o Tribunal da Relação de Lisboa que a recepção teve lugar com a simples divulgação, no sítio oficial da FPF, e através de comunicado oficial, do Regulamento da FIFA traduzido para português. Numa observação com a qual concordamos inteiramente, alerta JOSÉ MANUEL MEIRIM que o Tribunal “*acaba por conferir dignidade a um acto que nada tem de certeza e segurança jurídica, em domínio – o da criação de normas – em que tais valores deveriam ser redobradamente acautelados; o que os comunicados da direcção da FPF (...) se limitaram a fazer foi publicitar um Regulamento da FIFA (...). O tribunal estabelece, algo afoitamente, que tal publicitação traduz a apropriação,ipsis verbis, do que fora aprovado pela FIFA, sem que a FPF tenha sentido necessidade de proceder a qualquer modificação*”<sup>327</sup>. A exigência de cada Federação nacional adoptar o seu próprio regulamento, decorre imediatamente do Preâmbulo do próprio texto do RRAJ (constante do diploma disponível no sítio da FPF), no ponto 2, que estabelece que “*cada Federação nacional*

---

<sup>327</sup> JOSÉ MANUEL MEIRIM, “Anotações: Regulamentação da actividade de empresário desportivo (...)”, *cit.*, p. 56.

*será responsável pela elaboração de um regulamento próprio relativo à actividade dos agentes de jogadores, com base nas directivas que se seguem.”* A este propósito, o Tribunal da Relação refere, surpreendentemente, que “*não se desconhece que o Preâmbulo do Regulamento aprovado pela FIFA prevê que cada Federação será responsável pela elaboração de um regulamento próprio relativo à actividade dos agentes de jogadores, com base nas directivas que se seguem*”, mas rejeita retirar qualquer efeito cominatório ou sancionatório da ausência da elaboração de um Regulamento próprio por parte da FPF.

Nos termos do artigo 25.º, alínea d), do Decreto-Lei n.º 144/93, de 26/04 (Regime Jurídico das Federações Desportivas em vigor à data da ocorrência dos factos), o órgão com competência regulamentar seria a Assembleia-geral das federações. À Assembleia-geral da FPF cabe, nos termos do artigo 29.º, n.º 1, alínea d) dos Estatutos da FPF, deliberar sobre todos os assuntos submetidos à sua apreciação que não sejam da competência exclusiva de outros órgãos sociais da FPF. Ora, e também de acordo com os Estatutos da FPF, a direcção tem a competência, nos termos do artigo 33.º, n.º 1, alínea v), de aprovar e executar com força obrigatória geral, os manuais e regulamentos que resultem de adaptações dos manuais, regulamentos e directivas da FIFA e da UEFA, de aplicação obrigatória nos países membros de cada entidade. Parece-nos evidente que o facto de a FPF ter colocado um comunicado oficial no seu sítio não pode consubstanciar, nem legitimar, qualquer ideia de aprovação efectiva da parte da direcção da FPF do conteúdo do regulamento da FIFA.

Em jeito de conclusão, dir-se-á, acompanhando JOSÉ MANUEL MEIRIM, que “*o regulamento da FIFA, com ou sem adaptações, teria que ser necessariamente vertido, mediante deliberação da assembleia-geral, em regulamento da FPF. O que não parece ter ocorrido. Inexistindo tal procedimento, o Regulamento FIFA não podia ser considerado como imediatamente operativo na relação controvertida em causa*”. Tal evidência remete-nos para um terceiro considerando.

### **2.3. A inaplicabilidade do Regulamento Relativo aos Agentes de Jogadores (RRAJ) da FIFA ao caso concreto e a prevalência da estipulação contratual**

Considerou o Tribunal da Relação de Lisboa que “*a imperatividade do art. 12.º n.º 2 do referido Regulamento sobrepõe-se ao que consta da cláusula 8.ª do contrato*”. Em face das conclusões a que chegámos anteriormente, impõe-se uma terceira: a de que o artigo 12.º, n.º 2, do RRAJ, que proíbe a renovação tácita dos contratos celebrados entre empresários desportivos e jogadores ou clubes, seria inaplicável ao caso *sub judice*, devendo valer a cláusula contratual.

Assim, apenas se poderia concluir pela eventual inaplicabilidade da cláusula 8.ª do contrato, que previa a renovação tácita do mesmo se não fosse denunciado até seis meses antes da respectiva cessação, caso estivéssemos perante algum dos limites reconhecidos pela lei, e pela doutrina, à livre fixação do conteúdo contratual.

O regime aplicável ao contrato, como entendeu o Tribunal, será encontrado por referência às regras do mandato (artigos 1157.º e seguintes do CC). Deste modo, e porque as partes quiseram incluir no contrato a cláusula 8.ª, a mesma será válida, por força da aplicabilidade dos artigos 1157.º e seguintes do C.C. e do artigo 405.º, n.º 1 do CC, não se verificando nenhuma outra limitação decorrente de princípios gerais das obrigações, susceptíveis de afastar a cláusula contratual.

Demonstrada a validade de tal cláusula ao abrigo do nosso ordenamento jurídico, julgamos que o contrato se teria renovado por mais dois anos. Não tendo este sido pontualmente cumprido, nos termos do artigo 406.º, n.º 1 do C.C., estaríamos perante um incumprimento contratual susceptível de gerar um direito indemnizatório, a favor da empresária desportiva, recorrente nos autos em análise.

## **Conclusões finais**

1) O direito do desporto é caracterizado por uma internormatividade, que traduz a existência de diferentes formas de interpenetração de ordens jurídicas diferenciadas e vários ramos de direito.

2) A mercantilização e globalização do desporto, originaram a erosão da “especialidade” deste ramo de direito a favor do direito comum e a consequente perda de capacidade de regulação do fenómeno desportivo, partindo-se de consideração eminentemente desportivas.

3) A actividade do empresário desportivo é um campo particularmente fértil para aferirmos das ideias de internormatividade e de fenómenos de auto-regulação e de hetero-regulação.

4) Os primeiros “*sports agents*” surgiram nos Estados Unidos da América, intimamente ligados ao início da profissionalização do fenómeno desportivo, tendo-se enraizado no fenómeno desportivo norte-americano e mundial a partir da segunda metade do século XX.

5) Apesar de se assumirem actualmente como “*influential economical actors*” no desporto norte-americano, permanece por fazer uma regulamentação uniforme, subsistindo um tratamento jurídico diversificado entre os vários Estados, que potencia situações de conflitos de interesses e de abusos da parte destes profissionais.

6) Na União Europeia, apenas Portugal, França, Grécia, Bulgária e Hungria têm uma lei geral que define e disciplina a actividade dos empresários desportivos.

7) Um estudo independente solicitado por parte da Comissão Europeia em 2009, identificou trinta e duas modalidades desportivas, no âmbito das quais a figura do empresário desportivo tem presença activa, sendo que todas elas têm um denominador comum, que se relaciona com o potencial económico inerente a essas modalidades desportivas.

8) As funções desempenhadas pelo empresário desportivo, nos dias de hoje, extravasam, frequentemente, a simples negociação de um contrato de trabalho, dado o aconselhamento que prestam a nível financeiro, fiscal, legal, de imagem e pessoal, o que explica a dificuldade dos juristas em proceder à qualificação jurídica dos contratos por ele celebrados, no âmbito da sua actividade profissional, e em identificar o respectivo regime jurídico aplicável.

9) A variedade de contratos e a diversidade de funções desempenhada pelo empresário desportivo impede que seja possível, em abstracto, a qualificação dos contratos por si celebrados, como subsumível apenas a um regime jurídico, implicando antes uma apreciação casuística do mesmo.

10) Com base na pré-compreensão que temos dos contratos celebrados pelos empresários desportivos, alicerçada nas funções por eles desempenhadas e em todo o contexto sócio-económico em que emergiram e que se afirmaram, é possível identificarmos um círculo restrito de qualificações possíveis dos contratos em causa, a implicar uma análise dos elementos essenciais de cada um desses tipos contratuais.

11) A estabilidade, como elemento essencial do contrato de agência, afasta a possibilidade de o agente praticar actos isolados, ocasionais ou incidentais, determinando, em nossa opinião, a impossibilidade de subsumir qualquer contrato celebrado pelo empresário desportivo, no âmbito da sua actividade, ao regime legal do Decreto-Lei n.º 178/86, de 3 de Julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 118/93, de 13 de Abril.

12) Estaremos perante uma *mediação stricto sensu*, nos casos em que o empresário se vincula, exclusivamente, a exercer a tarefa de intermediação, através da promoção ou da angariação de negócios, colocando em contacto os possíveis interessados, e intervindo apenas na fase de negociação do contrato, que será posteriormente celebrado pelas partes.

13) Nas situações em que o empresário exerce a tarefa de intermediação, actuando no interesse de uma das partes, ficando obrigado apenas a promover e preparar

negócios no interesse dela, que esta depois celebrará por si mesma, exercendo a sua actividade no âmbito de uma colaboração pontual ou mesmo duradoura, estaremos perante uma *mediação lato sensu*.

**14)** Tratar-se-á de um *mandato*, o contrato do qual resulte, para o empresário desportivo, a obrigação de praticar actos jurídicos, no interesse do mandante, podendo tratar-se de um *mandato com ou sem representação*, consoante o empresário pratique actos jurídicos em nome próprio ou alheio.

**15)** Actualmente, é prática corrente que os empresários desportivos não se vinculem apenas à celebração de negócios jurídicos (seja através da sua efectiva celebração por conta de outrem, seja aproximando as partes para que estas o celebrem), mas também a um conjunto de serviços enquadráveis no regime geral da prestação de serviços, o que nos leva a qualificar esses contratos como contratos mistos atípicos.

**16)** O regime jurídico aplicável a estes contratos, independentemente de o qualificarmos como contrato típico de mandato, contrato legalmente atípico (mas socialmente típico) de mediação ou contrato misto atípico, será o regime do mandato.

**17)** Tal constatação evidencia a necessidade de uma profunda revisão legislativa do RJCTD, diploma que regulamenta a actividade do empresário desportivo, de forma a clarificar muitos dos aspectos consagrados no regime do mandato, inadequados a disciplinar os contratos celebrados pelo empresário desportivo no âmbito da sua actividade profissional.

**18)** A existência de uma deontologia para o empresário desportivo, traduzida na necessidade de observância de deveres para com o praticante desportivo, para com os clubes e entre os próprios empresários desportivos, reforça a urgência de uma intervenção legislativa abrangente e corajosa.

**19)** A jurisprudência, de que é exemplo o Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa de 14 de Outubro de 2008, referente ao processo 7929/08, não tem contribuído para uma clarificação deste problema, porquanto experimenta as mesmas dificuldades sentidas pelo intérprete, mas ao nível da aplicação do direito ao caso concreto, o que se



traduz em mais um argumento favorável à necessidade de revisão do RJCTD no que à definição, disciplina, enquadramento e definição de direitos e obrigações do empresário desportivo no âmbito da sua actividade profissional diz respeito.

## **Bibliografia**

ALARCÃO, Rui de

- *A confirmação de negócios anuláveis*
- *Sobre a Invalidade do Negócio Jurídico*, Coimbra, 1981

ANDRADE, Manuel

- *Teoria Geral da Relação Jurídica*, vol. II, 3.<sup>a</sup> Reimpressão, Almedina, Coimbra, 1972

ANTUNES, José A. Engrácia

- *Direito dos Contratos Comerciais*, Almedina, 2009

ALOMAR, Antonio J. Roca

- “Nueva regulación de los agentes de futbolistas en Inglaterra”, in [www.iusport.es](http://www.iusport.es), 1 de Fevereiro de 2008

AMADO, Leal

- *Vinculação versus Liberdade – o processo de constituição e extinção da relação laboral do praticante desportivo*, Coimbra Editora, 2002
- *Contrato de Trabalho Desportivo – Anotado*, Coimbra Editora, 1995

ARNAUT, António

- *Estatuto da Ordem dos Advogados Anotado*, Coimbra, 2001
- *Iniciação à Advocacia*, Coimbra, 2000

BARBOSA, Nuno

- “Uma deontologia para o agente de jogadores”, *I Congresso de Direito do Desporto – Memórias*, Estoril, Outubro de 2004, coordenação de Ricardo Costa e Nuno Barbosa, Coimbra, Almedina, 2005

BORRIONE, Giacomo

- “Osservazione sul contratto di procura sportiva nel pugilato professionistico”, *R.D.S.*, 1999

BRITO, Maria Helena

- *Concessão Comercial*, Almedina, Coimbra

CARRO, Miguel Cardenal

- “Las relaciones laborales en el deporte professional”, *Deporte y Derecho*

CARVALHO, André Dinis

- “A profissão de empresário desportivo – uma lei simplista para uma actividade complexa?”, *Desporto e Direito, Revista Jurídica do Desporto*, n.º 2, ano I, Janeiro/Abril de 2004, Coimbra Editora.

- “Empresário Desportivo – Condições de exercício de profissão – Direito à escolha de profissão”, *Desporto & Direito, Revista Jurídica do Desporto*, n.º 1, Setembro – Dezembro de 2003, Coimbra Editora.

CARVALHO, Maria José

- *Elementos Estruturantes do Regime Jurídico do Desporto Profissional em Portugal*, Coimbra Editora, 2009

CANOTILHO, J. J. Gomes

- Internormatividade desportiva e “homo sportivus”, *Direito do Desporto Profissional*, Contributos de um curso de pós-graduação, Instituto de Direito das Empresas e do Trabalho, Cadernos, n.º6, Almedina, Fevereiro de 2011

COLLARDEAU, Thomas

- *L’agent sportif*, Mémoire présenté dans le cadre du DEA de Droit des Affaires, Institut de Droit des Affaires d’Aix – Marseille, 2001.

CORDEIRO, Menezes

- *Da Boa Fé no Direito Civil*, pág. 747, Almedina, 2001

- *Manual de Direito Bancário*, Almedina, Coimbra, 3.ª edição, 2008

- *Manual de Direito Comercial*, 618, 2.ª edição, Almedina, Coimbra, 2007

- *Teoria Geral do Direito Civil*, AAFDL, Lisboa, 1987

CORDEIRO, António José Robalo

- “Crónica de Jurisprudência”, *Desporto & Direito*, Revista Jurídica do Desporto, n.º 6, Ano II, Maio-Agosto de 2005, Coimbra Editora

CORREIA, Lúcio

- “O Praticante Desportivo Profissional e o Empresário Desportivo na Nova Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto”, *Desporto & Direito – Revista Jurídica do Desporto*, n.º 11, ano IV, Janeiro – Abril de 2007, Coimbra Editora.

COSTA, Almeida

- “Anotação”, *RLJ*, n.º 3.776

DOMÍNGUEZ, Carlos Rodriguez

- “Consequências jurídicas da dopagem na relação laboral de desportistas: a quebra da boa-fé contratual como fundamento de despedimento disciplinar”, *Desporto & Direito, Revista Jurídica de Desporto*, ano V, Janeiro/Abril 2008

DUARTE, Rui Pinto

- Tipicidade e Atipicidade dos Contratos, Almedina, Coimbra, 2000

DUNN, D. L.

- “Regulation of Sports Agents, Since at First it Hasn’t Succeeded Try Federal Legislation”, *Hastings Law Journal*, n.º 39, 1988

EZABELLA, Felipe Legrazie

- *O agente Fifa e o direito civil brasileiro*, Quartier Latin, 2010

FARIA, Jorge Ribeiro de

- “Contratos Mistos (União de Contratos). Os Centros Comerciais (Shopping Centers). Problemática e Soluções”, *Revista da F.D.U.P.*, ano III, 2006, Coimbra Editora,

FERNANDES, Constantino

- *O Direito e os Desportos (Breve estudo de direito desportivo)*, Lisboa, 1946, Procural Editora

FLUHR, P. N.,

- “The Regulation of Sports Agents and the Quest for Uniformity”, *Sports Lawyers Journal*, n. ° 6, 1999

FRANCESCO, Matteo di

- *Il ruolo dell’agente di calciatori tra ordinamento sportivo e ordinamento statale*, Bari, Cacucci Editore, 2007

GARACH, Fernando Valenzuela

- *El Agente Comercial*, Cuadernos de Studia Albornotiana, Zaragoza, 1996

GARDINER, Simon

- *Sports Law*, Third edition, Cavendish Publishing, 2006

GIANNINI, Massimo Severo

- “Prime osservazione sugli ordenamenti giuridici sportivi”, *R.D.S.*, 1949

GOMES, Januário

- *Em Tema de Revogação do Mandato Civil*, Coimbra, Almedina, 1989

GOMES, João Viegas

- “Restrições à publicidade na área do desporto”, *Desporto & Direito, Revista jurídica do Desporto*, ano VII, Setembro/Dezembro 2009, n.º 19

GREENBERG, M. J. e GRAY, T. J.,

- *Sports Law Practice*, 2.<sup>a</sup> Ed., vol. I, Lexis Law Publishing, Charlottesville, 1998
- *Sports Law Practice*, 2.<sup>a</sup> Ed., vol. II, Lexis Law Publishing, Charlottesville, 1998

HITA, Luis Martín

- “Trabajo centrado en la delimitación de la figura de los agentes de jugadores profesionales”, *La Ley – Actualidad de los dias 10 y 11 de Noviembre de 1997*, também disponível em <http://www.iusport.es>.

- “La figura del representante de deportistas en el derecho estadounidense”, *Revista Jurídica del Deporte*, 2003 – 2, n.º 10.

JORGE, Pessoa

*O Mandato sem Representação*, Almedina, 2001

KARAQUILLO, J.P.

- Droit du Sport, Paris, Dalloz, 1997, 2.<sup>a</sup> edição

- “La réglementation de l’activité d’intermédiaire du sport: une réglementation de transition?”, in *Droit du Sport: la loi n.º 92-652 du 13 juillet 1992*, Paris, 1994

LACERDA, Barata

- *O Contrato de Mediação*, 2008, “Estudos do Instituto de Direito Consumo”, vol. I, Almedina, Coimbra, 2002

LEITÃO, Luis Manuel Teles de Menezes

- *Direito das Obrigações*, Vol. III, Contratos em especial, Almedina, 6.<sup>a</sup> edição, 2009

MARTINEZ, Pedro Romano

- *Direito do Trabalho*, 3.<sup>a</sup> edição, vol. II, 1.º tomo (1999), Pedro Ferreira – Editor, Lisboa

MEIRIM, José Manuel

- *Temas de Direito do Desporto*, Coimbra Editora, 2006

- Anotações: Regulamentação da actividade de empresário desportivo – Ac. Do TRL de 14.10.2008, Proc. 7929/08, anotado por JOSÉ MANUEL MEIRIM”, *Cadernos de Direito Privado*, n.º 30, Abril/Junho de 2010

MESQUITA, Henrique

- “Anotação ao Acórdão da Relação do Porto de 20/02/1997”, *R.L.J.*, n.º 131, 1998

MONCADA, Cabral de

*Lições de Direito Civil (Parte Geral)*, vol. II, 3.<sup>a</sup> edição, Coimbra, 1959

MONTEIRO, António Pinto

- *Contrato de Agência – Anotação ao Decreto-Lei n.º 178/86, de 3 de Julho*, 6.ª edição, Almedina, Coimbra, 2007
- *Contratos de Distribuição Comercial*, Almedina, 2002

MOREIRA, Guilherme

- *Instituições do Direito Civil Português*, vol. II – *Das Obrigações*, 2.ª edição, Coimbra, 1925

NEVES, Alfredo Castanheira

- *Questão de Facto – Questão de Direito ou o Problema Metodológico da Juridicidade*, Almedina, Coimbra, 1967

OTERO, Paulo

- *Legalidade e Administração Pública: o sentido da vinculação administrativa à juridicidade*, Coimbra, Almedina, 2003

PAUTOT, Serge

- *Le Sport et la loi*, Guide juridique pratique, Éditions Jûris Service, 1997

PÉREZ, Juan de Dios Crespo

- “Agentes deportivos: ¿Qué futuro?”, disponível em [www.iusport.es](http://www.iusport.es), 27 de Dezembro de 2006, alterado a 8 de Janeiro de 2008

PINTO, Carlos Alberto da Mota

- *Teoria Geral do Direito Civil*, 4.ª edição, Coimbra Editora

PLMJ

- *A nova legislação do desporto comentada*, Wolters Kluwer/ Coimbra Editora, Maio de 2010

RUIZ, Icíar Alzaga

- “La figura del representante de deportistas en el derecho estadounidense”, *Revista Jurídica del Deporte*, 2003-2, n.º 10

SÁ, Almeno de

- *Cláusulas contratuais gerais e directiva sobre cláusulas abusivas*, 2.<sup>a</sup> edição, 2000, Coimbra

SANINO, Mario

- *Diritto Sportivo*, Cedam, Padova

SERRA, Vaz

- Acórdão do S.T.J. de 16-02-1967, in *R.L.J.*, 100.º;

- *B.M.J.*, n.º 91

- “Objecto da Obrigação, a Prestação – suas Espécies, Conteúdo e Requisitos”, *BMJ*, n.º 74

- “União de Contratos – Contratos Mistos”, *BMJ*, n.º 91

SOBEL, L.S.

“The Regulation of Sports Agents: an Analytical Primer”, *Baylor Law Review*, n.º 39, 1987

SHROPSHIRE, Kenneth e DAVIS, Thymothy

- *The Business of Sports Agents*, University of Pennsylvania Press, Philadelphia, 2003

TELLES, Galvão

- *Obrigações*, 3.<sup>a</sup> edição, pág.187.

- *Manual dos Contratos em Geral*, refundido e actualizado, Coimbra Editora, 2002

VARELA, João de Matos Antunes

- *Das Obrigações em geral*, Vol. I, 10.<sup>a</sup> edição, Almedina, págs. 121 e ss.

- *Das Obrigações em Geral*, Vol. II, 7.<sup>a</sup> edição, Almedina

- “Do projecto ao Código Civil”, *BMJ*, n.º 161

VARELA, João de Matos Antunes e LIMA, Pires de

- *Código Civil Anotado*, Vol. III, 2.<sup>a</sup> edição, Coimbra Editora



VASCONCELOS, Pedro Pais

- *Contratos Atípicos*, 2.<sup>a</sup> edição, 2009, Almedina

WEISTART & LOWELL,

*The Law of Sports*, The Mitchie Company, Charlottesville, Virginia, 1985

ZOPPINI, Andrea

“I Procuratori Sportivi nell’Evoluzione del Diritto dello Sport”, *R.D.S.*, 1999, pág. 637.

## Webgrafia

- *Study on Sports Agents in the European Union*, Novembro, 2009, in [http://ec.europa.eu/sport/what-we-do/doc55\\_en.htm](http://ec.europa.eu/sport/what-we-do/doc55_en.htm)
- “Agentes deportivos: ¿Qué futuro?”, disponível em [www.iusport.es](http://www.iusport.es), 27 de Dezembro de 2006, alterado a 8 de Janeiro de 2008.
- “Trabajo centrado en la delimitación de la figura de los agentes de jugadores profesionales”, <http://www.iusport.es>.
- [www.fifa.com](http://www.fifa.com)
- [www.figc.it](http://www.figc.it)
- [www.fpf.pt](http://www.fpf.pt)
- [www.irb.com](http://www.irb.com)
- [www.fiba.com](http://www.fiba.com)
- [www.iaaf.org](http://www.iaaf.org)
- [www.eufootballagents.com](http://www.eufootballagents.com)
- <http://aeba-basketballagents.org>
- [www.spielervermittler-vereinigung.de](http://www.spielervermittler-vereinigung.de)
- [www.agentesdefutbolistas.com](http://www.agentesdefutbolistas.com)
- [www.agenticalcio.com](http://www.agenticalcio.com)
- [www.pro-agent.nl](http://www.pro-agent.nl)

## **Resumo**

O principal objectivo desta dissertação de mestrado relaciona-se com o estudo do regime jurídico aplicável aos empresários desportivos, no âmbito da sua actividade. Partindo da constatação que o direito do desporto como é disciplina internormativa, teremos oportunidade de confirmar isso mesmo na disciplina jurídica dos empresários desportivos.

A investigação que levámos a cabo ao nível de direito comparado, permitiu-nos perceber como surgiram e se afirmaram os empresários desportivos e as assimetrias legislativas que perduram até aos dias de hoje, gerando diversas hesitações na doutrina e na jurisprudência, no tratamento deste tema.

Após procedermos a um enquadramento geral da figura, centramo-nos no regime jurídico português e tentamos qualificar juridicamente os contratos celebrados pelo empresário desportivo, assim como proceder à enunciação do regime jurídico aplicável. As conclusões a que chegámos, aliado ao facto de nos parecer indispensável definir melhor várias questões de natureza deontológica, levam-nos a concluir pela absoluta necessidade de uma intervenção legislativa nesta matéria.

Não terminaremos, sem antes analisarmos um dos mais relevantes casos atinentes com este tema, decididos pela nossa jurisprudência, que ilustra bem tudo o que fomos referindo ao longo do trabalho.

## **Summary**

The main purpose of this thesis is to study the legal aspects concerning sports agents, within the law of sports.

The research that we did among other countries, allowed us to understand how sports agents emerged and confirmed their role as influential economical actors in sport. We could also notice the differences of legal regimes in Europe and United States of America, concerning the regulation of sports agents' activity.

After establishing a general framework of the sports agents' figure, we focus on the Portuguese legal system. We analyse the nature of the contracts established by the sports agent and try to define its' legal regime. We reached the conclusion that, despite Portugal is one of the few countries that have a law concerning this matter, there is a lot to be done.

Before the final conclusions, we also briefly review one of the most relevant cases regarding sports agents, decided by a civil Court in Portugal, in which we participated as a lawyer.